

2016

Relatório e Contas



Metropolitano de Lisboa

Índice

1.	Mensagem do Presidente	6
2.	Nota de abertura	8
3.	Apresentação e enquadramento	9
3.1	Evolução Histórica da rede	10
3.2	Missão, Visão e Valores	10
3.3	Política de Gestão	13
3.4	Empresas do Grupo ML	14
4.	Factos relevantes ocorridos em 2016	15
5.	Estrutura Organizacional	16
5.1	Organograma do ML	17
6.	Atividade	18
6.1	Atividade Comercial	18
6.2	Comunicação e Marketing	22
6.3	Exploração Operacional	24
6.4	Segurança de exploração (<i>Safety</i>)	25
7.	Gestão Corporativa	26
7.1	Segurança (<i>Security</i>)	26
7.2	Eficiência Energética	27
7.3	Sistema de Gestão da Qualidade	28
7.4	Auditoria Interna e Gestão do Risco	28
7.5	Recursos Materiais e Tecnológicos	29
7.6	Expansão, Modernização e Reabilitação da Rede	31
7.7	Inovação e Desenvolvimento	35
7.8	Relações Internacionais	36
8.	Recursos Humanos	37
9.	Situação Económica e Financeira	46
9.1	Fluxos Financeiros	46
9.2	Investimento Realizado	48
9.3	Estrutura Patrimonial	49
9.4	Gestão de Risco Financeiro	50
9.5	Resultados Globais da Empresa	53
9.6	Produtividade	57
10.	Governo Societário	58
11.	Cumprimento de Orientações Legais	59
12.	Notas Finais	80
12.1	Agradecimentos	80
12.2	Proposta de Aplicação de Resultados	80

ANEXO: Demonstrações Financeiras e respetivo Anexo, para o período findo em 31-12-2016 e 31-12-2015

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição percentual das receitas por título de transporte.....	20
Gráfico 2 - N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados	26
Gráfico 3 - Evolução das deslocações internacionais	36
Gráfico 4 - Efetivo por vínculo laboral	38
Gráfico 5 - Evolução do efetivo vs. evolução da rede.....	39
Gráfico 6 – Evolução do Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados (V.A.R.S.P.).....	41
Gráfico 7 - Evolução da taxa de absentismo	42
Gráfico 8 - Evolução da taxa de trabalho suplementar	43
Gráfico 9 - Distribuição do endividamento	51
Gráfico 10 - Maturidade do Financiamento	52
Gráfico 11 - Taxa de juro implícita.....	52
Gráfico 12 - Evolução dos Rendimentos Operacionais.....	54
Gráfico 13 - Evolução dos Gastos Totais.....	57

Índice de Quadros

Quadro 1 – Painel de Indicadores de Atividade – 2014-2016	7
Quadro 2 - Evolução do número de passageiros transportados	19
Quadro 3 - Evolução das receitas de transporte	20
Quadro 4 - Evolução da oferta	24
Quadro 5 - Evolução da eficiência na exploração.....	24
Quadro 6 - Consumos de energia.....	27
Quadro 7 - Custos de energia.....	27
Quadro 8 - Eficiência energética	27
Quadro 9 - Frota de Material Circulante	29
Quadro 10 - Disponibilidade do material circulante	29
Quadro 11 - Disponibilidade da infraestrutura	30
Quadro 12 - Rede atual	32
Quadro 13 - Motivos das saídas	38
Quadro 14 - Efetivo por áreas da Empresa	39
Quadro 15 - Reduções remuneratórias	40
Quadro 16 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial	40
Quadro 17 - Evolução do pessoal ativo e inativo	41
Quadro 18 - Acidentalidade laboral no ML	42
Quadro 19 - Sinistralidade nos empreendimentos do ML	42
Quadro 20 - Formação	44
Quadro 21 - Conflitualidade laboral	45
Quadro 22 - Variação de caixa e seus equivalentes	47
Quadro 23 - Atividade de Financiamento	47
Quadro 24 - Despesa de Investimento	48
Quadro 25 - Evolução do Investimento	49
Quadro 26 - Ativo Total	49
Quadro 27 - Passivo Total e Capitais Próprios.....	50
Quadro 28 - <i>Rating</i> do ML	50
Quadro 29 - Estrutura do Passivo Remunerado	51
Quadro 30 - Resultados.....	53
Quadro 31 - Rendimentos Operacionais	54

Quadro 32 - Gastos Operacionais.....	55
Quadro 33 - Gastos com Pessoal.....	56
Quadro 34 - Resultados Financeiros.....	56
Quadro 35 - Plano de Redução dos Gastos	57
Quadro 36 - Indicadores de Produtividade	57
Quadro 37 - Grelha resumo das boas práticas do governo societário	58
Quadro 38 – Grau de execução do Painel de Indicadores do PAO 2016.....	59
Quadro 39 – Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE.....	60
Quadro 40 - Financiamento.....	61
Quadro 41 - Variação do endividamento	61
Quadro 42 - Passivo remunerado.....	61
Quadro 43 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores	61
Quadro 44 - Pagamentos em atraso.....	62
Quadro 45 - Identificação dos membros do Conselho de Administração	62
Quadro 46 - Acumulação de funções	63
Quadro 47 - Estatuto do Gestor Público	63
Quadro 48 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração	64
Quadro 49 - Benefícios sociais	64
Quadro 50 – Encargos com viaturas.....	64
Quadro 51 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço.....	64
Quadro 52 - Identificação dos membros do Conselho de Administração	65
Quadro 53 - Acumulação de funções	65
Quadro 54 - Estatuto do Gestor Público	66
Quadro 55 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração	66
Quadro 56 - Benefícios sociais	66
Quadro 57 – Encargos com viaturas.....	67
Quadro 58 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço.....	67
Quadro 59 - Identificação dos membros do Conselho Fiscal	67
Quadro 60 - Remuneração anual	68
Quadro 61 - Identificação do SROC/ROC.....	68
Quadro 62 - Remuneração anual	68
Quadro 63 - Identificação e remuneração do auditor externo	68
Quadro 64 - Gastos com comunicações móveis.....	69
Quadro 65 - Gastos anuais associados a viaturas.....	70
Quadro 66 - Gastos com comunicações móveis.....	70
Quadro 67 - Gastos anuais associados a viaturas.....	70
Quadro 68 - Parque de veículos do ML	72
Quadro 69 - Plano de redução de custos	73
Quadro 70 – Unidade de Tesouraria do Estado	74
Quadro 71 – Disponibilidades na Banca Comercial.....	74
Quadro 72 - Cumprimento das recomendações do TC I	75
Quadro 73 - Cumprimento das recomendações do TC II	76
Quadro 74 - Informação que consta do <i>site</i> do SEE (portal da DGTF).....	77
Quadro 75 - Cumprimentos das orientações legais I	78
Quadro 76 - Cumprimentos das orientações legais II	79

Siglas e Acrónimos

Sigla / Acrónimo	Significado
AE	Acordo de empresa
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMT	Associação Mobilidade e Transportes
ANA	ANA Aeroportos de Portugal
APEL	Associação Portuguesa de Editores e Livreiros
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado
CA	Conselho de Administração
CASA	Centro de Apoio ao Sem-Abrigo
CCDTML	Centro cultural e desportivo dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa
CCP	Código dos contratos públicos
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVMC	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
CO ₂	Dióxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho de prevenção de corrupção
DC	Despacho conjunto
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGTF	Direcção-Geral do Tesouro e Finanças
EBITDA	Resultado operacional sem amortizações e provisões (e ajustamentos, caso existam)
ECSI	European Customer Satisfaction Index
EDP	Electricidade de Portugal
EGP	Estatuto de Gestor Público
EMEF	Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário
EMEL	Empresa Municipal de Mobilidade e Estacionamento de Lisboa, e.m. s.a.
EPAL	Empresa Pública de Águas de Lisboa
EPE	Entidade pública empresarial
EPR	Entidade pública reclassificada
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IGRF	Instrumentos de gestão de risco financeiro
ILD	Infraestrutura de longa duração
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições particulares de solidariedade social
ISC	Índice de satisfação do cliente
ISCTE	Instituto universitário de Lisboa
IUTP	União Internacional dos Transportes Públicos
KPI	Indicador chave de desempenho
kWh	Quilowatt-hora
LCPA	Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso
MAVT	Máquinas de Venda Automática
MK	Missão Kanimambo
MKBF	Quilometragem média entre falhas (<i>Mean kilometre between failures</i>)
ML	Metropolitano de Lisboa, E.P.E.
ML 90/95/97/99	Material circulante das séries de 1979, 1990, 1995 e 1999, respetivamente
MTBF	Tempo médio entre falhas (<i>Mean time between failures</i>)
NP / NP EN	Normas portuguesas
O.G.E.	Orçamento Geral do Estado
O/D	Origem / Destino
OCS's	Órgãos de Comunicação Social
ODS	Substâncias que empobrecem a camada de ozono (<i>Ozone Depleting Substances</i>)
OPRLO	Opção pela Remuneração do Lugar de Origem
OS	Órgãos sociais
OSIRIS	Projeto europeu para a melhoria da gestão de crises ambientais
PBG	Princípios de Bom Governo
PDE	Procedimento dos défices excessivos
PDF	Portable Document Format

Sigla / Acrónimo	Significado
PIB	Produto interno bruto
PLAGO	Sistema de planeamento e gestão de pessoal, de horários e de material circulante
PMO	Parque de material e oficinas
PMP	Prazo médio de pagamentos
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
POC	Plano oficial de contabilidade
POCP	Plano oficial de contabilidade pública
POGSE	Plano de organização e gestão da segurança da empresa
PPRCIC	Plano Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
PSG	Programa de Gestão do Sistema
RCC	Regulamento de circulação de comboios
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REN	Rede Elétrica Nacional
ROC	Revisor Oficial de Contas
RS	Regulamento de sinalização
RSPVE	Regulamento de segurança de pessoal nas vias eletrificadas
RURT	Regulamento de utilização das redes de telecomunicações
SADI	Sistema Automático de Detecção de Incêndios
SAP BW	Módulo do sistema SAP – Bussiness Warehouse
SAP PM	Módulo do sistema SAP – Programa da manutenção
SAP R/3	Sistema que oferece um conjunto de módulos com diversas aplicações de negócio
SEE	Setor empresarial do Estado
SEOPTC	Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações
SETF	Secretário de Estado do Tesouro e Finanças
SFA	Serviços e fundos autónomos
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SGQA	Sistema de Gestão da Qualidade e do Ambiente
SIMAS	Serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos dos Municípios de Oeiras e Amadora
SIRIEF	Recolha de Informação Económica e Financeira
SNC	Sistema de normalização contabilística
SROC	Sociedade de Revisores Oficial de Contas
SSIT	Sistema de Supervisão de Instalações Técnicas
SWOT	Forças (<i>Strenghts</i>) / Fraquezas (<i>Weaknesses</i>) / Oportunidades (<i>Opportunities</i>) / Ameaças (<i>Threats</i>)
TC	Tribunal de Contas
ton.	tonelada
TSU	Taxa Social Única
UT	Unidades triplas
VA.R.S.P.	Valor atual das responsabilidades com serviços passados
VA	Vista Alegre Atlantis

1. Mensagem do Presidente

O presente relatório refere, com detalhe e rigor, a atividade do Metropolitano de Lisboa e os resultados obtidos, no exercício de 2016, ano em que a Empresa completou 57 anos ao serviço da cidade de Lisboa.

O Conselho de Administração atualmente em funções, nomeado com efeitos a 1 de janeiro de 2017, nos termos da RCM n.º 16/2017, de 30.12.2016, publicada no Diário de República, 1.ª série, n.º 11, de 16.01.2017, está bem consciente da relevância estratégica do ML para a mobilidade de Lisboa e do seu papel insubstituível na construção de uma cidade mais sustentável e com melhor qualidade de vida, como é fácil de concluir pela evolução constante da extensão e do número das suas estações.

Neste contexto, entendemos ser de elementar justiça deixar uma palavra pública de reconhecimento ao anterior Conselho de Administração e aos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa que, quase milagrosamente, conseguiram manter o ML a funcionar, tentando minimizar os impactos negativos resultantes, em grande parte, da adoção de soluções manifestamente insustentáveis.

O ano de 2016 ficou caracterizado pelo elevado acréscimo da procura, que veio consolidar o crescimento que já se havia verificado nos dois anos anteriores, após o forte decréscimo assistido a partir do ano de 2011 e até 2013, tendo-se verificado um acréscimo de 8,7% nos Passageiros com Título Pago, correspondendo aproximadamente a um aumento de 11,1 milhões de passageiros.

O ano de 2016 caracterizou-se, ainda, por um aumento generalizado de oferta em todas as linhas, com especial incidência da linha Azul, na sequência da abertura à exploração da extensão à Reboleira em abril de 2016.

O Conselho de Administração, nomeado para o triénio 2017-2019, está focado em resolver, tão rapidamente quanto possível, os problemas que a empresa atualmente enfrenta, que afetam a sua operacionalidade e a qualidade do serviço prestado.

Estamos conscientes de que é necessário um novo modelo de mobilidade urbana, mais assente no transporte público, que permita cidades descarbonizadas, com melhor qualidade de vida, construindo cidades mais atrativas e competitivas.

É, assim, devida uma palavra de agradecimento aos colaboradores do Metro que, com a sua dedicação e esforço diários, fazem da empresa uma entidade de referência no domínio da mobilidade urbana.

Uma palavra de agradecimento é, também, devida às empresas participadas FERCONSULT e METROCOM, pelo contributo que têm dado para o desempenho do Metropolitano de Lisboa.

Por último, um agradecimento, também, aos diferentes titulares dos órgãos sociais que, em estreita cooperação com o Conselho de Administração, sempre trabalharam com o objetivo de assegurar o bom funcionamento da empresa.

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos



Quadro 1 – Painel de Indicadores de Atividade – 2014-2016

INDICADORES DE ATIVIDADE		2014	2015	2016	Var. 2016/2015	
					Abs	%
Indicadores de PROCURA						
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	135 012	139 028		-	-
PT (Passageiros Transportados) (comparáveis com 2016)*	10 ³	135 012	142 704	153 191	10 486	7,3
PKT (Passageiros x km)	10 ³	650 711	667 981	-	-	-
PKT (Passageiros x km) (comparáveis com 2016)*	10 ³	650 711	685 636	735 161	49 525	7,2
Indicadores de OFERTA						
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	2 802	2 865	3 039	173	6,0
Qualidade de Serviço						
Regularidade	%	86,5	84,6	80,5	-	(4,2) p.p.
Taxa de Ocupação	%	23,2	23,9	24,2	-	0,3 p.p.
INDICADORES DE RH						
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1 426	1 381	1 363	(18)	(1,3)
Número médio de efetivos	Un.	1 439	1 408	1 369	(39)	(2,8)
Massa Salarial	m€	44 130	44 742	44 741	(1)	(0,0)
Indemnizações por Rescisão	m€	969	1 354	372	(983)	(72,6)
ESTRUTURA ACIONISTA						
Total do Capital Social	M€	1 628,9	1 818,1	2 176,5	358,4	19,7
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100	-	0,0 p.p.
SITUAÇÃO PATRIMONIAL						
Ativo não corrente	M€	4 990,5	5 092,3	5 229,1	136,8	2,7
Ativo corrente	M€	101,0	78,0	77,9	(0,1)	(0,1)
Total Ativo	M€	5 091,4	5 170,3	5 307,0	136,7	2,6
Capital Próprio	M€	9,4	107,2	412,6	305,3	284,7
Passivo	M€	5 082,0	5 063,1	4 894,4	(168,7)	(3,3)
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5 091,4	5 170,3	5 307,0	136,7	2,6
INVESTIMENTOS						
Infraestruturas de Longa Duração	M€	6,3	13,4	5,2	-8,1	(60,8)
Outros Investimentos	M€	2,5	0,6	0,2	-0,5	(72,2)
DESPESA DE INVESTIMENTO	M€	8,8	14,0	5,4	(8,6)	(61,3)
INDICADORES DE ESTRUTURA						
Passivo Remunerado	M€	3 823	3 724	3 487	(236,5)	(6,4)
Autonomia Financeira %	%	0,18	2,07	7,77	-	5,7 p.p.
Solvabilidade %	%	0,18	2,12	8,43	-	6,3 p.p.
INDICADORES FINANCEIROS						
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	17	20	22	2	11,1
Volume de Negócios	M€	92,0	93,8	101,2	7,4	7,9
EBITDA (corrigido) ¹	M€	30,17	(7,21)	1,26	8,48	(117,5)
Margem do EBITDA (corrigido)	%	32,80	(7,69)	1,25	-	(116,2) p.p.
Rendimentos Operacionais (ajustados) ²	M€	135,46	105,71	106,30	0,59	0,6
Gastos Operacionais (ajustados) ³	M€	94,06	103,90	97,04	(6,86)	(6,6)
Gastos Operacionais (ajustados) por Passageiro Transportado	€	0,70	0,73	0,63	(0,09)	(13,0)
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais (ajustados)	%	144,01	101,74	109,55	-	7,7 p.p.

1) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

2) Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

3) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos de reforma e Plano de Pensões + indemnizações por rescisão

* Valor de Pass.km reexpresso para 2015, de modo a serem comparáveis com 2016, ano em que se passou a utilizar a taxa de fraude detetada

2. Nota de abertura

Os atuais membros do Conselho de Administração para o mandato 2017-2019 foram nomeados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2017, de 16 de janeiro (com efeitos ao dia 1 de janeiro de 2017):

Conselho de administração – Nomeação 01-01-2017	
Presidente	Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos
Vogal	Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal	Maria Helena Arranhado Carrasco Campos
Vogal	Rui Nelson Ferreira Dinis

Pelo exposto, considera-se adequado apresentar referência ao Conselho de Administração que acompanhou o desenvolvimento da atividade da empresa ao longo do exercício de 2016, considerando que o mesmo, nomeado a 7 de janeiro de 2016 pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 1-A/2016, cessou funções em 31 de dezembro de 2016, na sequência da designação dos atuais membros, e que por esse motivo, não ratificará este documento de prestação de contas:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Nomeação 07-01-2016	
Presidente	Tiago Alexandre Abranches Teixeira Lopes Farias
Vogal	Luís Carlos Antunes Barroso
Vogal	José Realinho de Matos
Vogal	Maria Helena Arranhado Carrasco Campos
Vogal	António Manuel Domingues Pires

3. Apresentação e enquadramento

Inaugurado em 29 de dezembro de 1959, o sistema de transporte metro consistia numa linha em Y constituída por dois troços distintos, Sete Rios (atualmente Jardim Zoológico) / Rotunda (atualmente Marquês de Pombal) e Entre Campos / Rotunda (Marquês de Pombal), confluindo num troço comum, Rotunda (Marquês de Pombal) / Restauradores.

O 1.º escalão de construção após abertura inicial da rede (1959), foi concretizado em fases sucessivas, entrando em exploração o troço Restauradores/Rossio (1963), o troço Rossio/Anjos (1966) e a ligação Anjos/Alvalade (1972).

Em 1975, o ML é nacionalizado e três anos depois, em 1978, constituída a Empresa Pública, passando a denominar-se, com a publicação dos novos estatutos, Metropolitano de Lisboa E.P..

Em 1988, dezasseis anos depois da última inauguração são abertas ao público duas novas extensões, Sete Rios (Jardim Zoológico) / Colégio Militar/Luz e Entre Campos / Cidade Universitária.

Ao longo da década de 90 a expansão continua, marcada pela abertura da linha Vermelha em 1998, sendo esta a primeira linha completamente independente a ser inaugurada desde a entrada em exploração da rede, em 1959.

A 26 de julho de 2009, assume a sua atual denominação como Entidade Pública Empresarial.

Na segunda década do século XXI, ocorreram as duas últimas expansões da rede, com o acesso ao Aeroporto (2012) e à Reboleira (2016). Atualmente, a Empresa opera através de uma rede composta por quatro linhas, com cerca de 44,5 km de comprimento e 56 estações.

Ilustração 1: Diagrama de rede



3.1 Evolução Histórica da rede

1959 – Abertura à exploração da rede de metro, sob a forma de Y, com 6,5 km e onze estações, ao longo de dois eixos distintos, Sete Rios/ Rotunda e Entre Campos/Rotunda, confluindo ambos no troço comum, Rotunda/Restauradores;

1963 – No seguimento do 1º escalão de construção da rede, entra em exploração o troço Restauradores/Rossio, seguindo-se em 1966 o troço Rossio/Anjos, e finalmente em 1972 a ligação Anjos/Alvalade;

1988 – Inauguradas duas novas extensões: Sete Rios (Jardim Zoológico) - Colégio Militar/Luz, e Entre Campos – Cidade Universitária;

1993 – Extensão Cidade Universitária/Campo Grande e Alvalade/Campo Grande. A estação Campo Grande é a primeira estação elevada da rede;

1995 – Desconexão do nó da Rotunda. Passam a existir duas linhas distintas;

1997 – Extensões Colégio Militar/Pontinha (linha Azul) e Rotunda/Rato (linha Amarela);

1998 – Troço Rossio/Baixa-Chiado/Cais do Sodré (linha Verde). É inaugurada a primeira linha completamente independente (linha Vermelha);

2002 – Troço Campo Grande/Telheiras (linha Verde);

2004 – Inauguração dos troços Campo Grande/Odivelas (linha Amarela) e Pontinha/ Amadora Este (linha Azul). O ML sai, pela primeira vez, dos limites do concelho de Lisboa;

2007 – Extensão Terreiro do Paço/Santa Apolónia (linha Azul);

2009 – Troço Alameda/S. Sebastião (linha Vermelha) e a interseção com as restantes linhas, formando-se uma verdadeira rede de metro;

2012 – Extensão Oriente/Aeroporto (linha Vermelha), com 3,6 km de rede e três novas estações – Moscavide, Encarnação e Aeroporto;

2016 – Extensão Amadora Este/Reboleira (linha Azul), com 937 m e ligação intermodal com a linha CP de Sintra.

3.2 Missão, Visão e Valores

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. é uma Entidade Pública Empresarial com personalidade jurídica, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, rege-se por estatutos próprios¹ e pela lei aplicável às empresas públicas².

Em outubro de 2016³, o Conselho de Administração aprovou o “Manual do Sistema de Gestão”, documento base para a definição das diretrizes da gestão da Carris, Metro, Transtejo e Soflusa.

¹ Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

² Desde 2011 que o ML foi reclassificado como EPR (entidade pública reclassificada), ou seja, foi equiparado a Serviços e Fundos Autónomos (SFA), sendo assim integrado no universo do Orçamento do Estado, o que implica a obrigação do mesmo de apoiar financeiramente o ML, disponibilizando os fundos necessários para que a empresa satisfaça os compromissos assumidos.

³ Deliberação n.º 1217139, de 13 de outubro de 2016.

No referido Manual do Sistema de Gestão, apresentam-se enunciadas as principais linhas orientadoras referentes à Missão, Visão e Valores do ML:

Missão

Prestar um Serviço de Transporte Público de Passageiros, em modo metro, orientado para o cliente, promovendo a mobilidade sustentável.

Visão

Ser o operador de transporte público estruturante e garante da mobilidade urbana de Lisboa, segundo os melhores padrões de qualidade, segurança e eficácia económica, social e ambiental.

Valores

- I. Inovação e Desenvolvimento:
 - Procura contínua de novos serviços e produtos, assentes na evolução tecnológica ao serviço do cliente.
- II. Responsabilidade:
 - Ambiental: ao nível do rendimento energético e garantia da proteção ambiental decorrentes da atividade desenvolvida;
 - Social: ao nível da mobilidade daqueles que se deslocam na Área Metropolitana de Lisboa;
 - Económica: garantia da sustentabilidade da Empresa, numa perspetiva empresarial e laboral.
- III. Qualidade:
 - Através da criação de valor e utilidade do serviço ao cliente.
- IV. Rigor e Integridade:
 - Promoção de práticas exigentes do ponto de vista da ética e dos comportamentos, quer em termos empresariais, quer em termos individuais, enquanto Organização que se rege por princípios de honestidade, transparência, iniciativa social e responsabilidade ambiental;
 - Cumprimento de processos rigorosos como suporte do serviço prestado, garantindo a sua fiabilidade e confiança.
- V. Competência e Segurança:
 - Manter e reforçar a imagem e credibilidade da Empresa como fator de afirmação externa e interna;
 - Garantir a segurança integrada de pessoas e bens.

O Metro de Lisboa assume a sua missão com os seus clientes no cumprimento da “Carta do Cliente” na qual a Empresa assume os seguintes compromissos:



I. Oferta de serviço de transporte:

- Propor os desenvolvimentos da rede que melhor correspondam às necessidades de mobilidade na área metropolitana de Lisboa;
- Implementar horários de comboios que respondam eficazmente à procura existente.

II. Segurança:

- Promover e aplicar as ações necessárias para garantir elevados padrões de segurança no serviço de transporte;
- Em permanente colaboração com as forças da autoridade, assegurar a implementação das medidas necessárias para garantir a segurança dos clientes nos comboios e estações.

III. Regularidade:

- Manter elevados índices de regularidade do serviço, promovendo as ações possíveis para minimizar os transtornos causados por perturbações da circulação, seja por motivos decorrentes da própria operação seja por fatores externos.

IV. Informação e apoio ao cliente:

- Disponibilizar de uma forma clara, perceptível e rigorosa, em espaços próprios de estações e comboios e nos demais suportes de comunicação com o cliente, toda a informação relevante sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço.

V. Disponibilidade dos equipamentos:

- Assegurar que os equipamentos existentes nas estações - designadamente elevadores, escadas e tapetes rolantes, equipamentos de venda e canais de acesso - se encontram em perfeitas condições de funcionamento, promovendo, quando tal não aconteça, a respetiva reparação no menor espaço de tempo possível.

VI. Limpeza e conservação:

- Garantir que as estações, comboios e equipamentos se encontram em bom estado de conservação e limpeza, sendo, para o efeito, regularmente vistoriados e limpos.

VII. Recursos humanos:

- Garantir a formação inicial e contínua dos recursos humanos ao serviço do Metro, para que executem o seu serviço de forma competente e profissional, assegurando a condução dos comboios em condições de segurança conforto e atendendo os clientes com qualidade e rigor.

VIII. Acessibilidades:

- Em colaboração com as entidades competentes, assegurar que o serviço prestado possa ser facilmente utilizado por todos, implementando as medidas necessárias para permitir a acessibilidade daqueles clientes cuja mobilidade se encontre, por algum modo, reduzida; para estes últimos, está a ser desenvolvido um programa gradual de implementação de acessibilidades nas estações ainda não preparadas para o efeito.

IX. Sugestões e reclamações:

- Colocar ao dispor dos clientes os meios necessários para a apresentação de sugestões e reclamações;



- Assegurar a análise cuidadosa das reclamações, promovendo internamente as devidas medidas de correção e melhoria, providenciando em tempo útil a respetiva resposta.

A colaboração dos clientes é fundamental para atingir os índices de qualidade propostos. A utilização do Metro pressupõe o respeito por parte dos clientes de regras simples que permitirão uma melhor qualidade do serviço prestado, com benefícios para todos. Assim, os clientes devem:

- Viajar com título de transporte válido e apresentá-lo a um agente do Metro sempre que for solicitado;
- Validar sempre o título de transporte, à entrada e saída das estações. Se não o fizer, o cliente incorre numa situação de transgressão;
- Não fumar nas instalações e comboios do Metro. Se o fizer, o cliente estará a incorrer em infração prevista e punida por lei;
- Respeitar as normas existentes relativas ao transporte de animais, bicicletas e outros objetos particulares que, pelo seu volume ou conteúdo, possam causar incómodo ou constituir perigo;
- Passar os canais de acesso com cuidado, esperando que as portas se encerrem após a passagem do cliente anterior, antes de validar o seu título;
- Não entrar ou sair dos comboios após o aviso sonoro e luminoso de fecho de portas;
- Permitir que os canais de acesso às estações e lugares dos comboios destinados a clientes com mobilidade reduzida sejam utilizados apenas por aqueles a que se destinam;
- Ajudar a manter as estações e comboios limpos, utilizando os recipientes existentes para a recolha de lixo;
- Comportar-se de um modo responsável e cumpridor, seja relativamente a outros clientes, seja em relação aos agentes ao serviço do Metro, respeitando sempre as indicações que estes transmitam.

3.3 Política de Gestão

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E., enquanto empresa estruturante dos transportes da região de Lisboa, pretende contribuir para o desenvolvimento de um novo e dinâmico modelo empresarial, com foco na melhoria da intermodalidade, eficiência e aumento da qualidade dos serviços prestados.

O Sistema de Gestão concretiza os seguintes princípios que traduzem a Política de Gestão:

- A satisfação do cliente como objetivo central;
- Uma liderança empenhada e comprometida;
- Responsabilidades partilhadas e claramente definidas;
- O Envolvimento e qualificação das colaboradoras e dos colaboradores;
- A gestão da Organização como um sistema composto por processos interrelacionados;
- A melhoria contínua do desempenho;
- A tomada de decisões de forma sustentada;
- O estabelecimento de relações de parceria com os Fornecedores;
- A gestão dos impactes ambientais;
- O cumprimento integral dos requisitos aplicáveis;

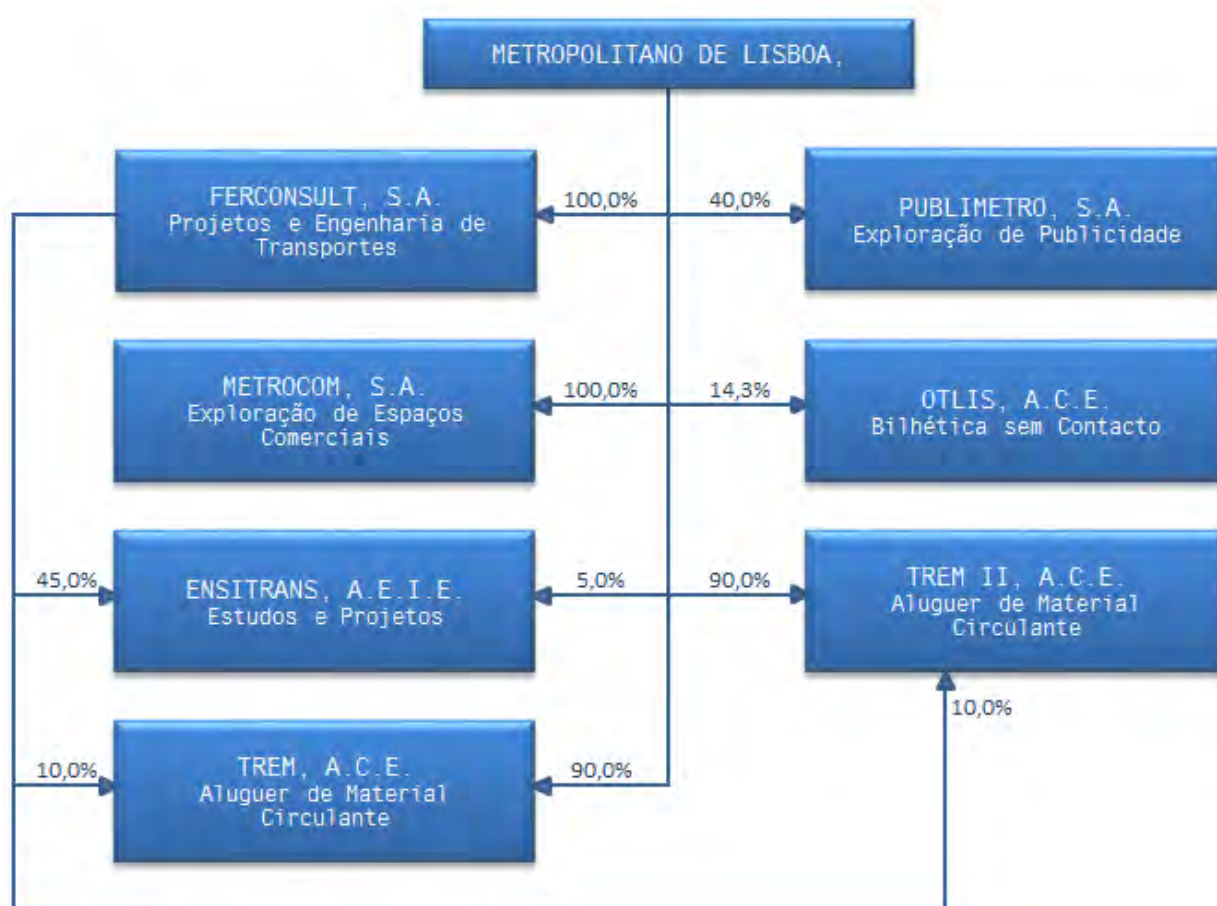


- O controlo dos perigos e riscos;
- A inovação como fator diferenciador da qualidade do serviço prestado.

3.4 Empresas do Grupo ML

Diagrama de participações do ML em 31 de dezembro de 2016:

Ilustração 2: Empresas do Grupo ML



O Grupo METRO é formado pelo Metropolitano de Lisboa, E.P.E. e pelas suas subsidiárias, entidades sobre as quais o METRO exerce um controlo, que se consubstancia no poder de definir as políticas financeiras e operacionais dessas entidades, de forma a obter benefícios decorrentes das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto.

Assim, o METRO detém a totalidade do capital da subsidiária FERCONSULT, S.A. - Projetos e Engenharia de Transportes, empresa especializada nas áreas de Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, que atua nos mercados nacional e internacional.

O METRO detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação de 50% do capital da empresa ENSITRANS, A.E.I.E., cujo objeto principal consiste no desenvolvimento de estudos e projetos.

O METRO detém direta e indiretamente, através da sua participada FERCONSULT, uma participação na TREM, ACE de (100% do capital da empresa) e na TREM II, ACE (100% do capital da empresa) cujo objeto principal consiste na aquisição e locação de equipamento ferroviário para o ML.

Pertence também ao Grupo METRO a empresa METROCOM, S.A. – Exploração de Espaços Comerciais, cujo objeto é promover e comercializar espaços adequados, existentes na rede de metro de Lisboa, gerir os contratos, nomeadamente no que respeita a lojas, escritórios, vitrinas, programar e organizar novas formas de comercialização de produtos nas estações e demais espaços da rede como eventos ocasionais (feiras de livros e outras) e ações promocionais.

O METRO detém ainda participações no capital da PUBLIMETRO, S.A, (40%), empresa para exploração publicitária de meios, nos veículos e espaços METRO e na OTLIS – Operadores de Transportes da Região de Lisboa (Agrupamento Complementar de Empresas), cujo objeto principal é o desenvolvimento, implementação e gestão de novas tecnologias na área da bilhética sem contacto. Responsável pelo Sistema VIVA, presta serviços a mais de duas dezenas de empresas nas áreas da mobilidade e transporte. A OTLIS é detida em partes iguais por Metropolitano de Lisboa, E.P.E., Companhia Carris de Ferro, S.A, CP - Comboios de Portugal, E.P.E., Transtejo / Soflusa, S.A., Barraqueiro Transportes, S.A., Transportes Sul do Tejo, S.A. e Rodoviária de Lisboa, S.A..

4. Factos relevantes ocorridos em 2016

O exercício de 2016 foi caracterizado, por um lado, pela continuidade do modelo de gestão integrado com a Carris, Transtejo e Soflusa, seguido desde maio de 2015 pela aplicação do Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, e por outro, pelo refletir sobre uma nova estratégia para o modelo de gestão a seguir pelo ML, decorrente da aplicação da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que estabelece a total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S. A, e determina o fim da marca *Transportes de Lisboa* a partir do primeiro dia de 2017.

O Plano Estratégico dos Transportes, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, que previa a constituição de uma entidade denominada “*Transportes de Lisboa, E.P.E.*”, veio determinar o início da reflexão sobre a estratégia a seguir para a gestão conjunta, em primeiro lugar, da Carris e ML, materializada com a saída do Decreto-Lei n.º 98/2012, de 3 de maio, que estabelece o regime de acumulação de funções dos membros executivos dos Conselhos de Administração destas duas empresas, seguindo-se em 2015 a Transtejo e Soflusa, com a nomeação em Resolução de Conselho de Ministros de 8 de janeiro dos cinco administradores executivos destas quatro entidades. O dia 4 de agosto de 2016, com a divulgação do Decreto-Lei supra mencionado, é um marco importante na história destas quatro empresas de transportes, pois, vem reverter o percurso conjunto seguido desde 2012 por estas entidades. Pelo exposto, podemos constatar que 2016 constitui um ano de grande mudança para o ML, o qual vem colocar novos desafios no delinear de uma nova estratégia de Modelo Organizacional.

Ao nível da operação, e dando seguimento ao plano de expansão da rede ML, em Abril de 2016 foi inaugurada a estação Reboleira no Troço Amadora Este/Reboleira – Linha Azul, contribuindo para o aumento da oferta do serviço público de transporte, e assim, dar cumprimento aos objetivos estratégicos delineados pela empresa.



5. Estrutura Organizacional

Dando continuidade ao modelo de gestão conjunta seguido pelas empresas de transportes públicos de Lisboa (Metro, Carris e Grupo Transtejo), e com a nomeação a 7 de janeiro de 2016 de um novo Conselho de Administração para este conjunto de empresas, iniciou-se uma nova perspetiva sobre o modelo de Gestão das empresas, implicando ajustamentos no modelo organizacional, com revisão das atribuições de algumas unidades orgânicas e ligeiras alterações na Macroestrutura de Gestão.

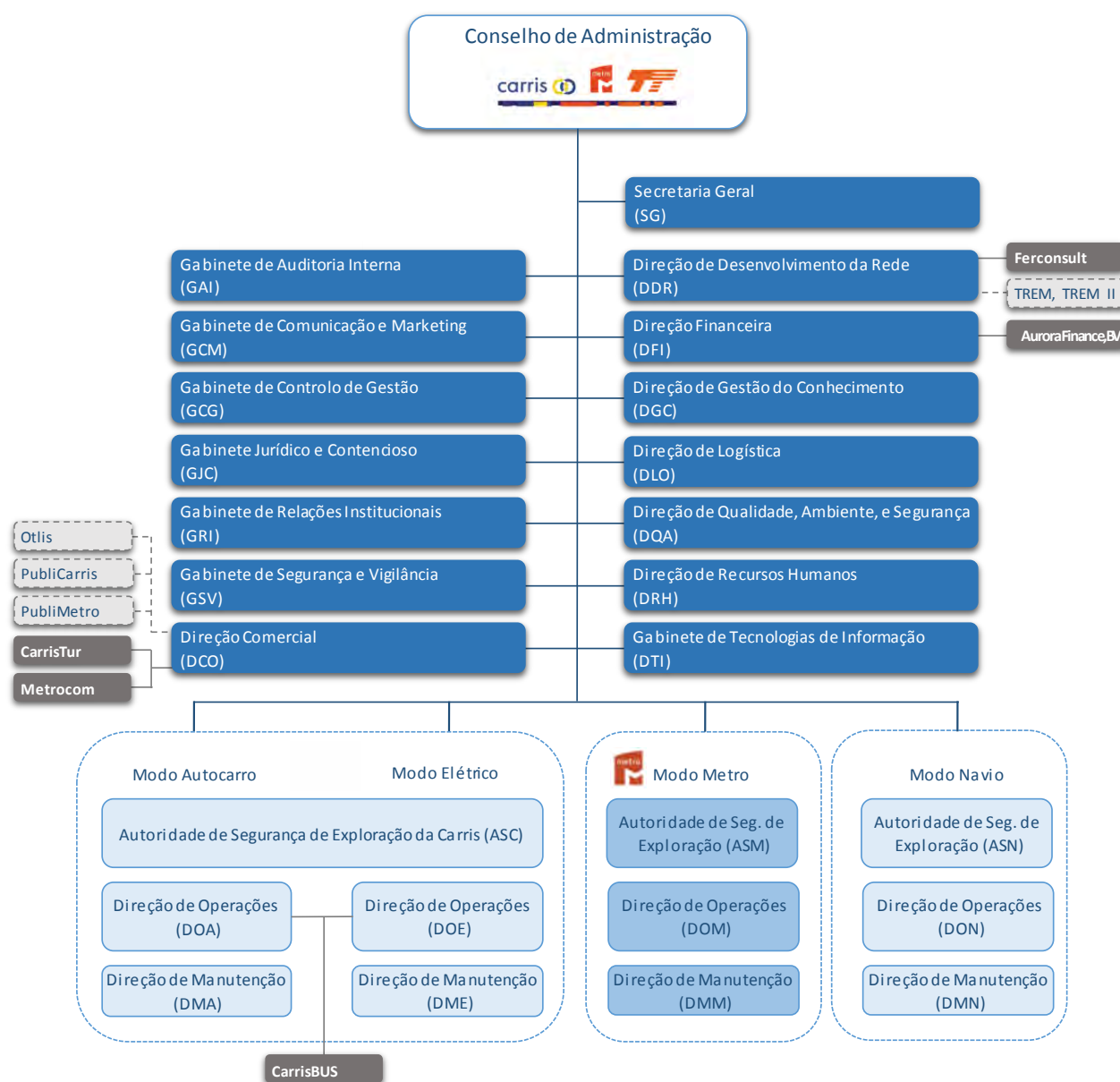
O modelo organizacional revisto e aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de abril de 2016, mantém-se comum a todas as empresas até final do 1.º trimestre de 2017, sendo caracterizado pela concentração das áreas corporativas e de suporte, individualizando as áreas operacionais e de manutenção de cada um dos quatro modos de transporte (Autocarro, Elétrico, Metro e Navio).

Com a nomeação de um novo Conselho de Administração, exclusivo para o ML, em 1 de janeiro de 2017 para o mandato 2017-2019, de forma a dar uma melhor resposta ao novo enquadramento legislativo⁴, a partir do 2º trimestre de 2017 será implementado um novo modelo organizacional na empresa.

⁴ Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que estabelece a “total autonomia jurídica do Metropolitano de Lisboa, E. P. E., da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., da Transtejo — Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa — Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., revogando os Decretos-Leis n.º 98/2012, de 3 de maio, e 161/2014, de 29 de outubro”.

5.1 Organograma do ML

Ilustração 3: Organograma



6. Atividade

6.1 Atividade Comercial

6.1.1 Enquadramento

A atividade comercial centrou-se fundamentalmente na consolidação da tendência de crescimento da procura que se vem verificando nos últimos anos, bem como na melhoria do serviço prestado ao seu cliente, otimizando as sinergias conseguidas com a partilha dos serviços de atendimento e espaços cliente das empresas de transporte de Lisboa, Carris, ML e Grupo Transtejo.

Em paralelo reforçaram-se as parcerias com *players* estratégicos, através da implementação de novos projetos geradores de receitas complementares, potenciadores de uma mobilidade mais sustentada e ajustada aos desejos dos nossos clientes.

6.1.2 Atividade desenvolvida

No âmbito das ações desenvolvidas em 2016, destacam-se as seguintes, face à mais-valia observada no serviço prestado ao cliente:

- Criação dos novos títulos 24h combinados - Metro/Carris/TT e Metro/Carris/CP, em resposta à crescente afluência turística que se tem verificado na cidade de Lisboa;
- Implementação da funcionalidade de realização de pagamento com cartões de crédito e de débito internacional nos equipamentos de venda (MAVT's e MSAVT's);
- Participação no evento Web Summit 2016, adaptando a oferta, a informação aos participantes e o modelo de guarnecimento das estações às necessidades do evento. Foram ainda criados dois locais de venda exclusivos do título Web Summit Pass, no Aeroporto e na FIL;
- Participação na organização do evento Rock in Rio Lisboa 2016, nomeadamente através da criação e coordenação de uma equipa de voluntários com o objetivo de promoção e comercialização de títulos de transporte no interior do recinto;
- Elaboração do Inquérito de Satisfação ao Cliente referente ao ano de 2015: O resultado obtido de 7,26 evidencia uma melhoria ligeira face ao anterior, sendo ressalvada como positiva a intenção dos inquiridos em permanecer clientes do Metro bem como recomendarem o serviço a um familiar ou amigo. Com necessidade de melhoria, identificou-se o serviço das reclamações (qualidade e tempo de resposta), bem como o tempo de espera dado pelo centro de atendimento telefónico.

Do ponto de vista organizacional, 2016 caracterizou-se pela implementação de um conjunto de medidas, visando a sustentabilidade dos modelos de suporte à gestão comercial, a saber:

- Implementação em fevereiro de um novo modelo de guarnecimento de estações e consequente reorganização da rede de vendas, visando a existência de um agente ML em todas as estações de Metro e um maior atendimento e apoio ao cliente fora dos postos de venda;
- Implementação em setembro de um Plano de Contingência para fazer face à falha do fornecimento dos cartões Viva Viagem, com uma duração de três meses, realçando-se neste período, dois momentos particularmente exigentes: o dia 10 de outubro, marcado pelas iniciativas de protesto da ANTRAL e FPT, onde as vendas de cartões Viva Viagem



atingiram o recorde de 29.100 cartões, e entre os dias 5 e 10 de novembro (aquando da realização do Web Summit), em que o Metro foi responsável pela venda de cerca de 82.000 cartões Viva Viagem;

- Destaca-se ainda em 2016 a atualização pela OTLIS da plataforma SIIT - Sistema de Informação Intermodal de Transportes, cuja fase de implementação originou diversas perturbações na disponibilidade da ferramenta e consequentemente na qualidade do serviço prestado pelos Espaços Cliente e produção de cartões Lisboa Viva.

6.1.3 Procura

O comportamento da Procura, com um elevado acréscimo no ano de 2016, veio consolidar o crescimento que já se havia verificado nos dois anos anteriores, após o forte decréscimo assistido a partir do ano de 2011 e até 2013.

A comprová-lo evidencia-se o resultado do indicador Passageiros com Título Pago, com um acréscimo de +8,7%.

A este aumento de passageiros, não foi alheio o clima de estabilidade social vivido na Empresa, a partir do segundo semestre de 2015.

Por outro lado, o crescimento continuado do turismo na cidade de Lisboa veio também contribuir para o aumento verificado, como se pode observar através da variação de +12,4% nos passageiros com títulos ocasionais.

A partir do ano de 2015 os valores da procura passaram a ser medidos pelo número de validações efetuadas. A utilização do número de validações para cálculo dos indicadores da procura é tanto mais relevante quanto o facto de estar a ser prevista a sua utilização na repartição das receitas entre os vários operadores.

De referir ainda que, no ano de 2016, foi alterado o método de cálculo dos passageiros em fraude, passando a ser adotada a taxa de fraude detetada. Até este ano a taxa de fraude utilizada era fixa e estimada.

Quadro 2 - Evolução do número de passageiros transportados⁵

Passageiros		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10 ³	34 939	37 190	41 809	4 620	12,42
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³	18 308	18 932	20 867	1 934	10,22
Zapping	10 ³	11 556	12 500	14 256	1 756	14,05
Outros títulos ocasionais	10 ³	5 075	5 758	6 687	929	16,13
Passes	10 ³	90 055	91 674	98 197	6 524	7,12
Navegante urbano	10 ³	38 597	40 169	43 538	3 368	8,39
Navegante rede	10 ³	7 241	7 472	8 296	824	11,03
Intermodais	10 ³	15 884	15 973	17 088	1 115	6,98
Combinados	10 ³	28 332	28 059	29 275	1 216	4,33
Total com títulos pagos	10 ³	124 994	128 863	140 007	11 143	8,65
Transporte gratuito e fraude	10 ³	10 018	13 841	13 184	(657)	(4,75)
Total transportados	10 ³	135 012	142 704	153 191	10 486	7,35
Percurso médio por passageiro	km	4,820	4,805	4,799	(0,006)	(0,12)
Passageiro x km transportados	10 ³	650 711	685 636	735 161	49 525	7,22

⁵ De modo a garantir a comparabilidade, foram reformulados os valores de 2014, colocando-os na mesma base de 2015 / validações. A fraude de 2015 foi reformulada por forma a ser comparável com o valor de 2016.

6.1.4 Receitas tarifárias

As receitas tarifárias situaram-se acima das receitas auferidas no ano transato, apresentando um acréscimo de +7,8%.

Para este acréscimo, os títulos ocasionais contribuíram com uma variação positiva de +13%, enquanto as receitas dos Passes se situaram acima de 2015 em +2,6%.

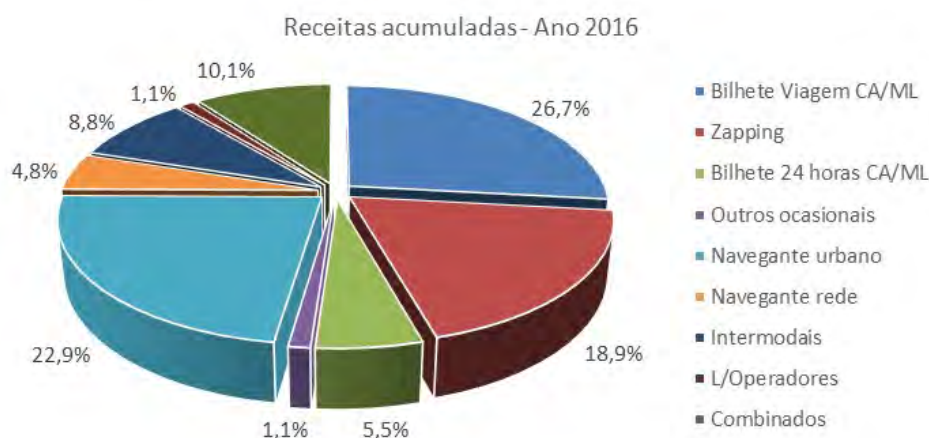
Numa análise mais detalhada, verifica-se o facto de o acréscimo de receita dos títulos ocasionais ter sido conseguido na sua totalidade através do acréscimo de quantidades vendidas, uma vez que, em 2016, a exemplo do que já havia acontecido em 2014 e 2015, não existiu qualquer aumento tarifário.

No que se refere aos passes, o acréscimo foi generalizado a todos os títulos.

Quadro 3 - Evolução das receitas de transporte⁶

Receitas de títulos de transporte (sem IVA)		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Títulos ocasionais	10 ³ €	40 232	42 907	48 470	5 563	13,0
Bilhete Viagem Carris Metro	10 ³ €	21 736	22 492	24 785	2 294	10,2
Zapping	10 ³ €	13 686	14 972	17 529	2 557	17,1
Outros títulos ocasionais	10 ³ €	4 809	5 443	6 155	712	13,1
Passes	10 ³ €	42 945	43 090	44 224	1 133	2,6
Navegante urbano	10 ³ €	20 418	20 719	21 203	484	2,3
Navegante rede	10 ³ €	4 098	4 208	4 469	261	6,2
Intermodais	10 ³ €	8 103	8 097	8 199	102	1,3
Combinados	10 ³ €	10 326	10 067	10 353	286	2,8
Total das receitas	10 ³ €	83 177	85 997	92 693	6 696	7,8
Comparticipações 4-18 / sub23 / social +	10 ³ €	1 892	1 998	2 130	132	6,6
Total das receitas com participação	10 ³ €	85 069	87 995	94 823	6 828	7,8

Gráfico 1 - Distribuição percentual das receitas por título de transporte



⁶ As receitas de títulos são as respeitantes aos indicadores da área comercial, não sendo consideradas as receitas apuradas pela área financeira. Em 2013 foram introduzidas na rubrica "Outros" as receitas referentes aos títulos vendidos *em back office*.

6.1.5 Receitas não tarifárias

A receita não tarifária apurada em 2016, fruto dos negócios geridos pela área comercial, incluindo contratos permanentes, totalizou cerca de 7 milhões de euros.

Os negócios relativos à rentabilização do património, frota/estações e subconcessões dos espaços comerciais e dos meios publicitários, contribuíram com cerca de 3,5 milhões de euros, representando igual valor as receitas obtidas com a venda de cartões, serviços associados e comissões de venda.

As subconcessões dos espaços comerciais (Metrocom) e dos meios publicitários (MOP) em 2016 geraram cerca de 2,9 milhões de euros.

O arrendamento de imóveis, aluguer de espaços temporários e aluguer de fibra ótica, ganhou maior significado em 2016, atingindo um valor próximo dos 550 mil euros, realçando-se neste caso o contributo significativo do resultado do início do arrendamento do edifício da Avenida Barbosa du Bocage, bem como a renegociação do contrato com as três operadoras de telecomunicações para cobertura de rede móvel, incluindo agora a estação Reboleira, e o novo contrato de aluguer de fibra ótica com a GoWi-Fi, empresa que garante presentemente o sinal Wi-Fi nos cais das estações.

Com impacto menos significativo nas receitas mas beneficiando a imagem do Metropolitano de Lisboa e a dinamização das suas estações, manteve-se o esforço na angariação de eventos e filmagens para a sua infraestrutura, bem como no apoio logístico para os principais eventos da cidade.

Em 2016 destaca-se um anúncio da McDonald's, a rodagem de um filme no Parque de Material e Oficinas II, o lançamento de uma coleção da marca de sapatos ECCO na estação Cais do Sodré e o habitual Serviço Especial contratado pelo Maratona Clube de Portugal.

6.1.6 Combate à Fraude

A publicação da Portaria n.º 241-A/2013, de 31 de julho e o despacho n.º 8946-A/2015, de 11 agosto, que estabelecem as regras gerais de cálculo de compensações financeiras e de repartição de receitas dos passes intermodais entre operadores de transporte coletivo de passageiros da Área Metropolitana de Lisboa, com base nas validações registadas pelo sistema de bilhética, vem, ainda, dar maior relevo à importância do combate à fraude pelo impacto negativo que esta tem nas receitas da empresa.

Assim, a recuperação de receitas por contenção e posterior redução da fraude, assume uma importância fundamental.

Analisada a taxa de fraude detetada, que resulta do número de coimas emitidas face às abordagens efetuadas, observa-se uma taxa detetada de 6,73% em 2016 face aos 7,44% registados em 2015, resultando não só da diminuição do número de abordagens efetuadas, mas fundamentalmente do número de coimas emitidas.

O limitado número de efetivos, ao serviço nas equipas de fiscalização, bem como a necessidade da empresa em suspender o serviço de fiscalização durante o período do plano de contingência (setembro a dezembro), associado à obsolescência dos equipamentos de fiscalização, cujo concurso para substituição foi lançado em 2016, foram fatores determinantes para os resultados obtidos.

Como nota final, Importará salientar que a competência para a instauração e instrução dos processos de contraordenação, relativos ao tipo de infrações, bem como a decisão de aplicação das respetivas coimas, não se encontra atribuída aos operadores de transporte analisados, mas, e nos termos da Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Contudo, ainda não foi

possível que esta Autoridade implementasse o sistema de cobrança, o que tem originado o agravamento do sentimento de impunidade dos clientes em fraude, tornando cada vez mais recorrente a sua prática.

6.1.7 Reclamações

Em 2016 aumentou o número de motivos de reclamações relativamente ao ano transato.

Em 2016, o número de reclamações foi de 5.998, tendo sido registadas 4.340 no ano de 2015, o que representa um aumento de 38%.

Este aumento do número de reclamações é consequência das fortes restrições orçamentais a que a empresa esteve sujeita nos últimos anos, que conduziram à necessidade de imobilização de comboios por períodos mais longos, a demora no tempo de resposta na resolução de avarias nos equipamentos mecânicos, a que acresce o incumprimento contratual do fornecedor único de cartões Viva Viagem, o que levou a empresa a racionalizar a comercialização destes suportes tarifários.

6.1.8 Espaço Cliente

No ano de 2016 foram atendidos cerca de 67.300 clientes, dos quais 30.700 no Espaço Cliente do Campo Grande e cerca de 36.600 no Espaço Cliente do Marquês de Pombal. Este aumento, em cerca de 8% no número de clientes atendidos, face a 2015, veio confirmar a importância crescente que este serviço vem assumindo junto dos nossos clientes.

6.1.9 Cartões Lisboa Viva

No ano de 2016 o ML personalizou cerca de 137 mil cartões Lisboa Viva, menos 600 cartões do que no ano transato.

Em maio o Grupo Transtejo (Transtejo e Soflusa) iniciou a emissão de cartões Lisboa Viva. Em consequência, verificou-se uma redução do número de cartões emitidos pelo ML (4,7%) e pela Carris (12,1%). Como os cartões vendidos pela Carris são produzidos pelo ML, este facto penalizou a empresa duplamente.

6.2 Comunicação e Marketing

No âmbito das atividades desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se as seguintes iniciativas:

Comunicação externa

- Inauguração da estação Reboleira no Troço Amadora Este/Reboleira – Elaboração de uma campanha de comunicação para assinalar a inauguração da nova estação da linha Azul;
- Semana Europeia da Mobilidade – Promoção das campanhas “Dia do transporte público” e “Passe a passe”, em parceria com os operadores de transportes da área metropolitana de Lisboa, com oferta de vouchers de carregamento gratuito de passe mensal; Foi ainda realizado um questionário interno por forma a conhecer os hábitos de viagem e utilização do transporte público por parte dos colaboradores da empresa;
- “Travelling all Lisboa” e “Travelling Cacilhas” – Campanha para divulgação dos novos títulos de transporte, os quais possibilitam a realização de viagens (as vezes que quiser) durante 24 horas;



- “Apoio Portugal” – Realização de campanha digital de apoio à seleção de Futebol com incentivo à utilização do transporte público;
- “Natal na Carris, Metro e Transtejo 2016” – Realização de Concertos de Natal nas estações de metro e fluviais e também numa carreira de autocarro. Numa ação dedicada às escolas e crianças da AML, o “Elétrico dos Sonhos”, em parceria com a Carristur, contou com a animação das monitoras do Serviço Educativo do Museu da CARRIS. Esta ação teve uma vertente social uma vez que o preço da viagem reverteu na totalidade para o Banco do Bebê. O “Comboio de Natal”, numa ação dedicada a crianças de IPSS e de Escolas do Ensino Básico, em parceria com o Teatro de Carnide e o Pavilhão do Conhecimento, contou com a presença do Pai Natal. Esta ação decorreu na estação Alvalade na bonita carruagem histórica ML7.
- Grandes eventos – Conjunto de campanhas realizadas ao longo do ano, sobre várias temáticas ligadas ao Futebol (Campeonato Nacional e UEFA – Champions League) e à Música (NOS Alive, Adele, AC/DC, Scorpions, Super-Bock Super-Rock e muitos outros) com o intuito de promover a utilização do transporte público no acesso a eventos com grande afluência de pessoas. Nesta categoria, salienta-se ainda o apoio dado aos eventos “TallShips” e “WebSummit”.

Campanhas Internas

- Atribuição de dorsais para participação nas corridas “Lisboa, a Mulher e a Vida”; “Juntos pelo Futuro | Meia maratona Vodafone e mini maratona EDP”; “Meia Maratona EDP e Mini Maratona Vodafone” e “Juntos pelo Futuro | Grande Prémio de Natal EDP”, em contrapartida com a doação de bens a favor do Banco do Bebê e da IPSS Ajuda de Mãe Ativa;
- Dia Internacional da Mulher (workshop de maquilhagem); Dia Internacional do Café (oferta de café); Dia Mundial do Livro e dos Direitos de Autor (oferta de descontos na plataforma da LEYA); Dia Mundial da Internet (divulgação de dicas de segurança);
- Cerimónia comemorativa do 57º aniversário do Metro – Numa sessão interna realizada no Auditório do Alto dos Moinhos foram reconhecidos os colaboradores com maior antiguidade na empresa (20, 30 e 40 anos);
- O Lar de Idosos da Assistência Social Evangélica, em Chelas, recebeu uma sessão de convívio e animação em parceria com a Equipa Gema. Alguns colaboradores da empresa apadrinharam os seniores deste lar sob a iniciativa “Caixinha dos Desejos”;
- Destacam-se ainda as iniciativas abertas aos colaboradores e respetivos descendentes como sejam “Mostra a tua máscara”; “Open Day Kids”; “Elétrico dos Sonhos” e “Comboio de Natal”.

Parcerias estratégicas

- “Festas de Lisboa” – Parceria de comunicação com a EGEAC para a divulgação das várias iniciativas integradas nas Festas da cidade.
- Foram realizadas diversas parcerias, ao nível da divulgação de acontecimentos em Cinema, Teatro, Espetáculos, Bailado, Eventos e Festivais, através da cedência de espaço nas redes de divulgação da Carris, Metro e Transtejo. Em contrapartida foram disponibilizados convites duplos para a realização de passatempos para os clientes.



6.3 Exploração Operacional

6.3.1 Oferta

O ano de 2016 caracterizou-se por um aumento generalizado de oferta em todas as linhas, com especial incidência da linha azul derivado da abertura à exploração da extensão à Reboleira em abril de 2016. Por outro lado, a empresa procurou responder sempre a necessidades pontuais de oferta acrescida derivadas de eventos extraordinários, como desportivos, concertos ou Congressos onde se destacou a WebSummit.

Quadro 4 - Evolução da oferta

Evolução da oferta (serviço público)		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Lugares x km						
Linha Azul	10 ³	929 777	955 641	1 068 121	112 480	11,77
Linha Amarela	10 ³	759 351	769 087	784 801	15 713	2,04
Linha Verde	10 ³	432 827	436 452	441 606	5 154	1,18
Linha Vermelha	10 ³	680 289	704 156	744 104	39 948	5,67
Total	10 ³	2 802 244	2 865 336	3 038 632	173 295	6,05
Circulações						
Linha Azul	n.º	106 590	106 442	111 925	5 483	5,15
Linha Amarela	n.º	114 563	114 458	114 975	517	0,45
Linha Verde	n.º	126 157	127 278	127 578	300	0,24
Linha Vermelha	n.º	105 731	107 153	107 576	423	0,39
Total	n.º	453 041	455 331	462 054	6 723	1,48

Durante o ano de 2016, a empresa conseguiu cumprir na sua generalidade o Plano de Atividades e orçamento (PAO), quer em termos de realização de lugares x km, quer na realização das circulações estimadas, com exceção da linha verde em que previa a circulação de comboios de 6 carruagens com o encerramento para alargamento dos cais da estação de Arroios, o que acabou por não vir a acontecer. Desta forma, o número de lugares x km ficaram penalizados, enquanto que o número de circulações acabou por ficar beneficiado.

Quadro 5 - Evolução da eficiência na exploração

Eficiência na exploração		2014	2015	2016	Var. 2016/15
Taxa de realização de lugares x km					
Linha Azul	%	104,27	106,76	106,73	(0,03) p.p.
Linha Amarela	%	99,37	100,09	99,72	(0,37) p.p.
Linha Verde	%	97,27	97,01	62,55	(34,46) p.p.
Linha Vermelha	%	99,68	101,09	106,84	5,75 p.p.
Na rede	%	100,67	101,97	95,25	(6,73) p.p.
Taxa de realização de circulações					
Linha Azul	%	96,33	96,01	97,53	1,51 p.p.
Linha Amarela	%	96,46	96,16	96,45	0,29 p.p.
Linha Verde	%	97,22	97,01	103,86	6,85 p.p.
Linha Vermelha	%	97,41	97,26	97,44	0,18 p.p.
Na rede	%	96,85	96,62	98,90	2,28 p.p.



6.4 Segurança de exploração (*Safety*)

Durante do exercício de 2016, a Autoridade de Segurança de Exploração no modo Metro (ASM), deu cumprimento às obrigações em matéria de *safety* decorrentes da aplicação do Despacho n.º 1094/98 (2.ª série), de 19 de janeiro, emitido pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

Estas ações, desenvolvidas no cumprimento da sua missão, incidiram em três vertentes, destacando-se:

1. Cumprimento dos reportes previamente estabelecidos com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT, I.P.):
 - a. Plano Anual de Segurança de Exploração para o ano 2017;
 - b. Relatório semestral e anual de acompanhamento do Plano de Segurança de Exploração de 2016;
2. Cumprimento dos reportes previamente estabelecidos pelo Gabinete de Investigação de Segurança e de Acidentes Ferroviários (GISAF).
 - a. Nível 1: Acidentes graves no âmbito ferroviário (mortes, ferimentos em mais de 5 pessoas ou danos superiores a 2 milhões de euros) - 0 Ocorrências;
 - b. Nível 2: Acidentes graves que não causaram as consequências referidas no nível 1 mas que poderiam ter causado. – 0 Ocorrências;
 - c. Nível 3: Situações de menor gravidade tais como quedas no salão de passageiros (16 ocorrências) e à entrada e saída do mesmo (18 ocorrências).
3. Acompanhamento permanente da circulação de comboios verificando a existência de eventuais incidentes ou acidentes, analisando-os de forma a identificar ações de melhoria, procurando deste modo emitir recomendações e alertas para a promoção de um sistema cada vez mais seguro, e cumprimento das normas e regulamentos em vigor.
4. Elaboração do plano anual de segurança para 2017 de acordo com os requisitos estabelecidos pelo IMT bem como dos respetivos indicadores de controlo. Neste âmbito, foram identificados os riscos associados à atividade, as possíveis causas dos mesmos, as potenciais consequências e a forma de mitigação das mesmas.
5. Participação com a Ferconsult no estudo das diversas soluções para o projeto de expansão da ligação Cais do Sodré ao Rato.
6. Apoio à Ferconsult no projeto de Sinalização Ferroviária para o Metro de Argel.

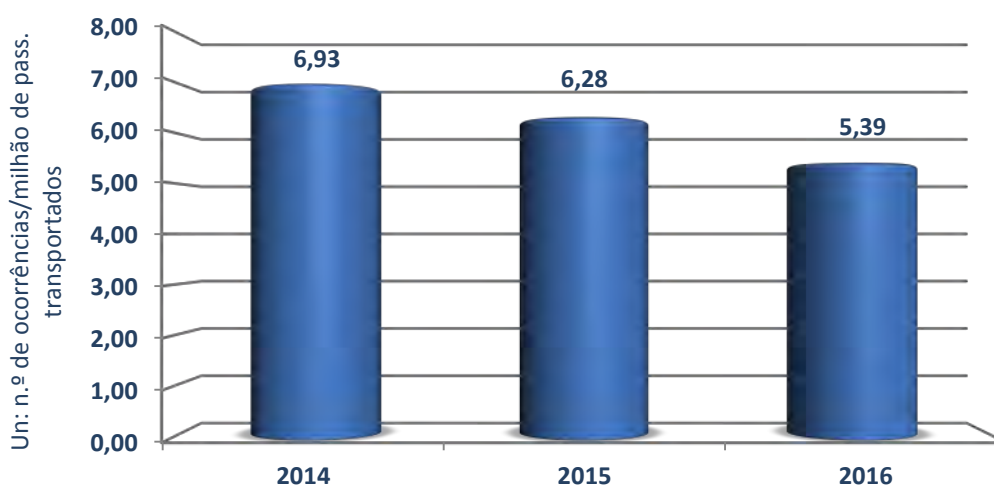


7. Gestão Corporativa

7.1 Segurança (*Security*)

No ano de 2016, à semelhança do ano anterior, verificou-se um decréscimo dos incidentes registados na rede ML, tendo atingido um valor médio final de 5,39 incidentes por milhão de passageiros transportados, o que se traduz, comparativamente ao ano anterior, numa redução dos incidentes na ordem dos 14,2%.

Gráfico 2 - N.º de ocorrências com passageiros por milhão de passageiros transportados



De referir que os resultados alcançados neste tipo de incidentes, refletem o esforço empreendido, quer pelas forças de segurança, quer pelo pessoal da Empresa, no sentido de minimizar o número de incidentes, contribuindo também para este objetivo as campanhas de sensibilização de segurança realizadas junto dos clientes. Esta agregação de esforços é ainda mais relevante quando os registos indicam um aumento do número de passageiros transportados durante o ano de 2016, na ordem dos 7,4%.

Salienta-se que a perceção de segurança nas instalações do Metropolitano leva a generalidade dos passageiros a descuidar a atenção sobre os seus bens, potenciando a ocorrência de incidentes. Daí, a importância da realização e intensificação de campanhas de sensibilização, com a colaboração da Polícia de Segurança Pública (PSP).

As situações que têm maior impacto neste indicador são as verificadas a bordo dos comboios e em estações de interface, onde a ação de segurança é mais crítica.

Outro aspeto relativo à segurança, foi a realização de simulacros em estreita ligação com as áreas operacionais de modo a detetar oportunidades de melhoria quer na articulação entre todos os intervenientes, quer na adequação dos procedimentos e meios existentes, numa atuação em situação de emergência.

Tem continuado a ser dado conhecimento da rede às diversas forças de segurança e de socorro, para melhorar a sua capacidade de intervenção.

7.2 Eficiência Energética

Na sequência do projeto “Eficiência Energética”, durante o ano de 2016, o ML deu continuidade às atividades referentes a esta temática, promovendo uma gestão racional e eficiente dos consumos energéticos.

Com a adoção destes procedimentos, o ML deu cumprimento às obrigações legais enquanto empresa do setor empresarial do Estado, quer no respeitante à redução do consumo energético quer quanto às emissões de gases de efeito de estufa.

O ano de 2016 caracterizou-se pela manutenção das medidas já adotadas e pelo estudo de medidas a implementar nos anos subsequentes nomeadamente ao nível dos consumos de energia na iluminação das estações e ventilação. Verificou-se, no entanto, neste exercício, um aumento no consumo de energia de 7,63% em relação ao ano transato, como consequência do prolongamento à Reboleira e do aumento da oferta.

No entanto, em relação a 2010, ano de referência (*baseline*), anterior ao início de implementação das medidas de racionalização de energia, verificou-se uma acentuada redução de 17,9%.

Quadro 6 - Consumos de energia

Consumos de energia		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Iluminação	10 ³ kWh	20 261	23 125	23 433	308	1,33
Força motriz	10 ³ kWh	14 783	13 654	15 480	1 826	13,38
Energia de tração	10 ³ kWh	40 100	39 128	43 318	4 190	10,71
Outros consumos	10 ³ kWh	11 180	9 187	9 358	171	1,86
Total	10³ kWh	86 324	85 094	91 589	6 495	7,63

Quadro 7 - Custos de energia

Custos de energia		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Custo médio kWh	€	0,0880	0,0882	0,0875	(0,0007)	(0,79)
Custo médio kWh (s/ tarifa acesso redes)	€	0,0562	0,0550	0,0529	(0,0021)	(3,82)
Tarifa acesso redes	€	0,0319	0,0332	0,0346	0,0014	4,22

Quadro 8 - Eficiência energética

Indicadores de energia		2014 *	2015	2016	Var. % 2016/15	
					Abs.	%
Eficiência energética	pass. x km/kWh	7,54	7,85	8,03	0,18	2,25
Emissões de CO ₂	gCO ₂ /pass. x km	47	56	55	(1,23)	(2,20)
Consumo de energia total por Ckm	kWh/carr. x km	3,94	3,80	3,86	0,06	1,49

* Para efeitos de comparabilidade, os dados de 2014 foram refeitos, na sequência do método de apuramento da procura ser efetuado através dos passageiros das validações.

7.3 Sistema de Gestão da Qualidade

A existência de uma administração comum às quatro empresas em vigor até 31 de dezembro de 2016, bem como a implementação de um novo modelo organizacional, teve impacto na reformulação de atribuições e implicações ao nível dos processos do Sistema de Gestão. Neste sentido, foi implementado um novo Sistema de Gestão, também este comum às empresas Metropolitano de Lisboa, Carris e Grupo Transtejo de modo a adaptá-lo à nova realidade da organização.

Como resultado das auditorias internas ao Sistema e de conformidade Legal e das auditorias externas efetuadas pela SGS enquanto entidade certificadora de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001 e 14001, confirmou-se a manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente de acordo com estes dois referenciais.

O Metropolitano de Lisboa continua assim, empenhado no cumprimento integral dos requisitos legais aplicáveis à Empresa em matéria de ambiente e qualidade, sendo que se destaca a resolução de problemas relacionados com equipamentos contendo gases de refrigeração e gestão de resíduos.

Relativamente a medidas de controlo operacional, destaca-se a manutenção dos licenciamentos para descarga de águas residuais em instalações no concelho de Lisboa, realização de auditorias às estações e espaços comerciais que permitiu aferir a qualidade do serviço prestado e a redução do consumo de água em 5,2% em comparação com 2015.

7.4 Auditoria Interna e Gestão do Risco

Durante o ano de 2016, o Gabinete de Auditoria Interna continuou a assumir as funções de auditoria e de consultoria das quatro e ainda das respetivas participadas⁷ (sempre que determinado pelo CA), pelo que teve necessidade de dividir as suas iniciativas, designadamente as auditorias efetuadas (planeadas e ad hoc) por estas empresas face aos recursos disponíveis.

No ano de 2016, destaca-se a realização dos seguintes trabalhos de auditoria no ML:

- Auditoria à gestão da obra de ampliação/remodelação da estação Areeiro (aprovação do relatório final);
- Auditoria aos recursos humanos (em curso).

Foram ainda efetuadas ações de *follow-up* mensais da implementação das recomendações decorrentes dos relatórios de auditorias anteriores, como é o caso da auditoria aos saldos dos clientes e da auditoria à gestão da obra de ampliação/remodelação da estação Areeiro.

Importa destacar igualmente a atividade de acompanhamento de auditorias externas (realizadas por órgãos de fiscalização), designadamente a Auditoria do Tribunal de Contas sobre o “Controlo do sector empresarial do Estado pelo Ministério das Finanças”.

Foi criado em 2016 um mecanismo de *whistleblowing* (Canal MAIS TRANSPARÊNCIA) que contribui para promover a transparência da Organização e que consiste num canal direto de comunicação de suspeitas de fraudes, de conflitos de interesse e/ou de práticas de corrupção, de acordo com as boas práticas de GRC (*Governance, Risk Management & Compliance*), visando assegurar o cumprimento legal, bem como os princípios éticos e de conduta, a identificação de situações anómalas e de riscos potenciais.

No que respeita ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), encontra-se em vigor a 4ª edição (2014), que manteve a estrutura de apresentação e a tipologia de riscos adotada na edição anterior, dando

⁷ De salientar a realização de uma auditoria no âmbito da participada Ferconsult - Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A. ao Concurso SULTANGALI- ARNAVUTKUY, METRO LINE – Metro Istanbul.

cumprimento à Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção de 1 de julho de 2009. No PPRCIC são identificadas as áreas que podem estar sujeitas à prática de atos de corrupção, os principais riscos daí decorrentes, os controlos internos implementados que visam a mitigação e prevenção desses riscos, os respetivos impactos e a probabilidade de ocorrência⁸.

No ano de 2016 foi elaborado o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) referente ao ano de 2015.

7.5 Recursos Materiais e Tecnológicos

7.5.1 Material Circulante

No final de 2016, a frota de Material Circulante do ML era composta pelas seguintes unidades e tipologias:

Quadro 9 - Frota de Material Circulante

Parque de Material Circulante		2014	2015	2016
ML 90	n.º	54	54	54
ML 95	n.º	114	114	114
ML 97	n.º	54	54	54
ML 99	n.º	111	111	111
Total		333	333	333

O parque de material circulante é composto por 111 unidades triplas operacionais.

No ano 2016 verificou-se a rotura de aprovisionamentos de materiais sobresselentes para a manutenção do material circulante, sobretudo devido a constrangimentos orçamentais de anos anteriores, à morosidade dos procedimentos de contratação a que a empresa está sujeita, com principal destaque para os processos plurianuais, e à especificidade das componentes requeridas que levam a prazos de entrega dilatados por parte dos fornecedores. Esta situação levou à redução acentuada da disponibilidade da frota para exploração da rede, por atraso na execução de tarefas de manutenção periódica e obrigatória dos *bogies*.

Quadro 10 - Disponibilidade do material circulante

Manutenção do material circulante		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Disponibilidade do material circulante	%	86,65	83,30	77,28	-	(6,03) p.p.
MKBF - Quilometragem média entre falhas	km	14 381	14 586	14 583	(3)	(0,02)

⁸ Disponível no site da empresa em http://www.metrolisboa.pt/wp-content/uploads/Planodeprevencaoderiscosdecorrupcaoefracoesconexas_2014.pdf

7.5.2 Gestão de Infraestruturas

Manteve-se estável em 2016 a disponibilidade e operacionalidade da infraestrutura principal, isto é, a infraestrutura e sistemas técnicos relevantes para a circulação de comboios na rede, designadamente os sistemas de sinalização ferroviária, via-férrea, alimentação de energia de tração e sistemas de controlo da circulação.

Quadro 11 - Disponibilidade da infraestrutura⁹

Manutenção da infraestrutura		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Disponibilidade da infraestrutura	%	99,66	99,85	99,83	-	(0,02) p.p.
MTBF - Tempo médio entre falhas	horas	113	179	172	(7)	(4,02)

Ao nível da Gestão das Infraestruturas existentes, 2016 caracterizou-se pela execução de alguns projetos internos, bem como pelo lançamento de concursos públicos visando a introdução de melhorias nos equipamentos, destacando-se a execução da transferência do “Data Center” existente no edifício da Barbosa du Bocage para a estação Saldanha II.

Neste ano assistiu-se à conclusão dos projetos envolvendo duas soluções para a remodelação do Espaço Cliente na estação Aeroporto.

Procedeu-se também ao acompanhamento das interferências das obras de terceiros (CML e promotores particulares) nas infraestruturas da rede Metro.

7.5.3 Sistemas e Tecnologias de Informação

No âmbito da reestruturação organizacional implementada em 2016, a área das Tecnologias de Informação enfrentou novos desafios no acompanhamento das alterações de postos de trabalho, acessos aos sistemas de informação e integração de novos utilizadores na rede Metro.

Para além da atividade contínua e permanente de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em exploração no Metro, ao longo de 2016, foram desenvolvidas melhorias / beneficiações em três vertentes específicas:

I. Implementação de melhorias funcionais

A implementação de melhorias funcionais foi realizada em diversos sistemas, destacando-se as seguintes ações:

Portal - Implementação de várias soluções, tais como: Implementação de um canal *Whistleblowing* (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa), Implementação do site Portal de Sistema de Gestão e ferramentas para inscrição em trabalho suplementar ou em determinadas ocasiões.

Site ML - Criação de *banners* e *mini-sites*.

Sistema BW - Implementação de novos indicadores, tal como a Gestão de composições (detalhe).

Sistema SAP R/3 - implementação de várias melhorias e funcionalidades, merecendo destaque:

- Implementação do orçamento financeiro por áreas;
- Melhorias no sistema de compras, nomeadamente relatório para plano de consumo de materiais e respetiva despesa de aquisição;

⁹ Foram considerados apenas os sistemas de Sinalização, Energia e Via Férrea por terem impacto na exploração.

- Implementação de melhorias na gestão de equipamentos para integração de equipamentos da Carris e Grupo Transtejo;
- Melhorias à aplicação do sistema de Gestão de Qualidade e Ambiente – implementação de avaliação de eficácia;
- Melhorias no sistema de manutenção, salientando-se a implementação de funcionalidades na gestão da frota, ferramenta para solicitação de trabalhos de conservação e implementação de relatórios diversos como: consumos médios por mês na gestão de viaturas de serviço e lista de notas consideradas no indicador da eficiência das infraestruturas;
- Implementação de melhorias na gestão documental, implementação de uma ferramenta de gestão de assuntos do Conselho de Administração e funcionalidade de envio para destinatários finais na consola da Administração, diferenciação de documentos por empresa;
- Implementação de um indicador de reclamações para a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes;
- Atualização do módulo de recursos humanos, em conformidade com as alterações decorrentes da aplicação ao ML da Lei do Orçamento de Estado.

II. Implementação de projetos

No que se refere à implementação de projetos, salientam-se os seguintes:

- Implementação de uma ferramenta de consultas expeditas comum (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa);
- Renovação da Plataforma VPN;
- Renovação do posto de trabalho – aquisição de PCs (8%);
- Mudança do Sistema de Informação da Transtejo para o Datacenter de Carnide (realização parcial).

III. Estudo/análise para a implementação de projetos futuros

- Estudo e análise para a implementação do orçamento financeiro por áreas;
- Estudo e análise para a implementação de consultas expeditas comum (Carris, Metro, Transtejo e Soflusa);
- Estudo e análise para a implementação de uma aplicação de fardamentos para o grupo Transtejo;
- Estudo e análise para a implementação de uma solução de monitorização de contratação que possibilite o controlo de limite trienal e valores acumulados.

7.6 Expansão, Modernização e Reabilitação da Rede

No âmbito do plano de expansão da rede, com a inauguração da estação Reboleira em abril, entraram em exploração mais 937 metros de rede. Com este prolongamento da linha Azul prevê-se uma melhoria do serviço de transportes prestado na Área Metropolitana de Lisboa.

No final de 2016 o ML dispunha de 44,5 km de rede, com as seguintes características:



Quadro 12 - Rede atual

Rede atual		
Linhas	N.º estações	km de rede
Azul	18	13,825
Amarela	13	11,082
Verde	13	9,002
Vermelha	12	10,550
Rede atual	56	44,459

7.6.1 Expansão da Rede



Prolongamento da linha Azul – Amadora Este / Reboleira

No contexto do prolongamento da linha de metro à Reboleira foram terminadas em 2016 as seguintes empreitadas:

- Contrato para a execução da Empreitada de Acabamentos do Prolongamento à Reboleira;
- Contrato para a execução da Empreitada de Sinalização Ferroviária;
- Contrato para a execução da Empreitada de montagem e fornecimento de equipamentos para a sala do PST da estação;
- Contrato para a Execução da Empreitada das Intervenções no Parque Armando Romão.

7.6.2 Modernização da Rede



Remodelação das estações da linha Verde – Estações Areeiro e Arroios

O lado norte da estação Areeiro está encerrado para a devida remodelação e instalação de meios mecânicos que garantam uma melhor acessibilidade à estação, que devido a incumprimentos por parte do empreiteiro ficaram por concluir.

Realizaram-se os trabalhos de novos projetos que visam a remodelação do átrio norte da estação Areeiro e a ampliação dos cais de embarque da estação Arroios de 70 para 105 metros, para que possam passar a circular comboios com 6 carruagens na linha Verde.

7.6.3 Plano de Promoção e Acessibilidade

Ao nível do “Plano de Promoção de Acessibilidade”, executaram-se novos projetos visando a conclusão da instalação dos elevadores nas estações Colégio Militar/Luz e Roma.

Foi concluído o procedimento para instalação do elevador na estação Roma.

Foi ainda planeada a execução de projetos de intervenções a efetuar na estação Praça de Espanha.

7.6.4 Reabilitação da Superestrutura

Em 2016 foram concluídos os projetos para a reabilitação dos viadutos das Olaias, Odivelas e Calçada da Carriche bem como das estruturas pré-esforçadas da cobertura da estação Cais Sodré e das estruturas de apoio do átrio da estação Baixa Chiado. Foram ainda elaboradas as peças do procedimento para lançamento do concurso público para reabilitação dos viadutos.

Durante o ano de 2016 iniciaram-se os projetos de reparação das patologias das estações Olivais, Carnide, e Cais do Sodré.

7.6.5 Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental:

A atividade do ML em 2016 centrou-se essencialmente na continuidade dos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento.

Em termos de Expansão da rede, em 2016 não foi desenvolvido qualquer Estudo de Impacte Ambiental.

Contudo, existindo novos empreendimentos em estudo, e tendo em conta a aplicabilidade do regime de Avaliação de Impacte Ambiental à eventual execução da Extensão entre Rato (linha Amarela) e Cais do Sodré (linha Verde) e do Prolongamento da linha Vermelha, entre São Sebastião e Campolide, iniciaram-se os primeiros contactos institucionais com a Direção Geral do Património Cultural (para identificação de património classificado e em vias de classificação, bem como de áreas de potencial arqueológico) e com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (para identificação de locais incluídos na Rede Natura 2000), relativamente a estes projetos.

No que diz respeito aos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental, deu-se continuidade aos já existentes no âmbito dos projetos em desenvolvimento no ML, conforme se explicita seguidamente.

Assim, em 2016 esteve em curso a fase de Pós-Avaliação (no âmbito dos respetivos procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental), com o envio, para a Agência Portuguesa do Ambiente, dos Relatórios de Acompanhamento Ambiental e dos Relatórios de Monitorização Ambiental referentes ao seguinte projeto:

Prolongamento da linha Azul entre Amadora Este e Reboleira

No respeitante à Fase de Construção dos novos projetos, procedeu-se ao Acompanhamento Ambiental das empreitadas de construção, assegurando a implementação das medidas de minimização recomendadas nos respetivos Estudos de Impacte Ambiental e/ou exigidas pelas respetivas Declarações de Impacte Ambiental, para os casos dos projetos com Avaliação de Impacte Ambiental, e nos restantes casos das medidas de minimização exigidas nos Cadernos de Encargos dessas empreitadas.

Neste âmbito, em 2016, esteve em curso o Acompanhamento Ambiental das seguintes empreitadas:

Linha Azul

Amadora Este / Reboleira

- Empreitada referente ao Contrato n.º 25/2015-ML - Proc. n.º 507/14-SGAJ – “Execução da empreitada de Acabamentos do Prolongamento à Reboleira da Linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (fecho da empreitada);



- Empreitada referente ao Proc. n.º 508/14-SGAJ- “Execução da Empreitada de Sinalização Ferroviária referentes ao Prolongamento à Reboleira da Linha Azul, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (fecho da empreitada).

Linha Verde

- Empreitada referente ao Contrato n.º 91/2014-ML - Proc. N.º 16/2014-CPC – “Empreitada de Reparação e Restauro das Patologias dos Túneis e Poços de Bombagem, da linha Verde do Metropolitano de Lisboa E.P.E.” (fecho da empreitada).

Linha Vermelha

- Empreitada referente ao Contrato n.º 90/2016 – “Empreitada de Execução de Construção Civil, Baixa-Tensão, Telecomunicações, Sistema de Detecção e Extinção de Incêndios e AVAC no Data Center da estação Saldanha II, da linha Vermelha, do Metropolitano de Lisboa, E.P.E.” (fecho da empreitada).

7.6.6 Outros projetos

- Empreitada referente ao Proc. n.º 10/2015 – CPC - “Empreitada de substituição das escadas mecânicas das estações Saldanha I (Linha Amarela), Intendente (Linha Verde) e respetivos trabalhos de integração de baixa tensão e de pré-instalação de SADI, da rede do Metropolitano de Lisboa E.P.E. (fecho da empreitada).

Relativamente à Fase de Exploração dos novos projetos, procedeu-se à Monitorização Ambiental exigida para o Prolongamento da linha Azul, entre Amadora Este e Reboleira, designadamente com a realização das 1ª e 2ª campanhas de Ruído e Vibrações na Fase de Exploração, com o que se deu como concluída a exigência da Declaração de Impacte Ambiental para os fatores ambientais Ruído e Vibrações.

7.6.7 Estudos de planeamento de rede

No âmbito do Plano de Expansão da Rede do Metropolitano de Lisboa 2010-2020, aprovado através do Despacho MOPTC de 11 de Setembro de 2009, foram seguidos e desenvolvidos os estudos de previsão de tráfego e concomitantemente a preparação de dados para a Análise Custo-Benefício em duas hipóteses de traçado de dois prolongamentos previstos:

- Linha Amarela, entre as estações Rato e Cais do Sodré;
- Linha Vermelha, entre as estações S. Sebastião e Campo de Ourique.

Foi realizado o estudo de “Previsões de Tráfego para duas alternativas de Prolongamento da Rede do Metropolitano de Lisboa” pela empresa VTM, tendo-se solicitado uma avaliação das condicionantes macroeconómicas que podem apontar para diferentes evoluções de repartição modal a médio e longo prazo, isto é, poder-se ou não ter uma procura mais favorável ao transporte coletivo na cidade e na Área Metropolitana e, por conseguinte, com incidência na rede do ML.

Decidida e anunciada em Conselho de Ministros em janeiro de 2016, a execução do Estudo de Viabilidade Técnica do prolongamento Rato / Cais do Sodré foi iniciada em abril de 2016.

Foi publicada uma primeira versão do Estudo de Viabilidade Rato / Cais do Sodré, em maio de 2016.

No que respeita ao prolongamento da linha Vermelha, entre São Sebastião e Campo de Ourique, foram estudadas, também, diversas hipóteses de traçado, com três estações intermédias – Campolide, Amoreiras e Campo de Ourique – tendo-se elaborado um documento de Viabilidade técnica do traçado e publicado em agosto de 2016.

7.7 Inovação e Desenvolvimento

No âmbito da Gestão do Conhecimento foram identificadas, em 2016, oportunidades de financiamento comunitário e promoção do intercâmbio de melhores práticas no setor de atividade.

Numa primeira fase foram identificados projetos, ainda que já em curso, aos quais fosse possível dar seguimento, por forma a efetuar transferência de *know-how* de novas tecnologias e métodos:

- **NGTC (7º Programa Quadro)** - Análise das funcionalidades do sistema de sinalização ferroviário ERTMS e sua adaptação para o modo Metro;
- **WG40/norma IEC62290-3** – Norma de âmbito mundial no sentido de permitir a intercomunicação de sistemas CBTC (Communications-Based Train Control) de diferentes fabricantes.

De referir que, através do 8.º Programa-Quadro Europeu (**Horizonte 2020**) para a inovação e desenvolvimento (80 mil milhões de euros de investimento até 2020) e do **Portugal 2020**, foram ainda identificadas oportunidades de participação em novos projetos de que se destacam:

Horizonte 2020:

- **CORSEC** – Desenvolvimento de ferramenta informática que permita efetuar uma análise de risco de segurança durante eventos de massas, em tempo real, incidindo sobre análises comportamentais;
- **CERBERUS** – Ferramenta empresarial de Cybersegurança para a avaliação de vulnerabilidade e gestão de sistemas e infraestruturas de transportes críticos.
- **MaaSmarTT** – Análise das estratégias e ferramentas de Social Media que os operadores de transporte público utilizam para responder às necessidades dos utilizadores assim como ajudar no aumento da qualidade de serviço.
- **Go2Market** – Integração de informações provenientes de diferentes modos de transporte (Urbanos, Autoestrada, Internacional, etc.), por forma a dotar os operadores e passageiros de uma visão intermodal do sistema de transporte;
- **InShare** – Explorar o potencial de serviços de mobilidade partilhada, no sentido de fornecer melhor acessibilidade em zonas de menor oferta de transportes públicos e para grupos de população atualmente excluídos.
- **NUMBAT** – Melhoria do conhecimento da matriz entradas-saídas, utilizando novas tecnologias em vez de inquéritos.
- **EMPOWER** – Exploração do uso de incentivos positivos através de *Smartphones* e Internet que possam provocar mudanças nos modos de transporte escolhidos, levando os utilizadores a adotar trajetos diários mais sustentáveis.
- **ESPRIT2** – Desenvolvimento de sistema de veículos elétricos ligeiros da categoria L que podem ser acoplados para ganhar espaço. Graças a sistemas de engate pioneiros, até oito (8) veículos ESPRIT podem ser acoplados para uma eficiente redistribuição de frotas. Pretende-se que este sistema complemente os sistemas de transporte existentes, em áreas onde o mesmo é escasso ou economicamente inviável.

Portugal 2020:

- **PPS Mobilidade Urbana e Inclusiva** – Análise e monitorização da oferta e procura de transportes públicos. Definição de políticas integradas de apoio à inclusão das pessoas de mobilidade reduzida no sistema de transportes urbanos.
- **Portugal 2020** – Eficiência energética nos edifícios da Administração Pública Central.

Destaca-se ainda o projeto **MetaSUB** – Detecção e identificação dos organismos microscópicos presentes nas redes de transporte urbanas, dando especial ênfase às redes de metro, tendo como objetivos melhorar o design, o uso e o impacto na saúde destas infraestruturas.



7.8 Relações Internacionais

Em 2016, a atividade das Relações Internacionais manteve-se alinhada com os condicionalismos orçamentais da Empresa e determinações tutelares para o setor empresarial do Estado. Neste sentido registou-se a participação do Metro em onze reuniões dos organismos internacionais a que pertence, prosseguindo o esforço de contenção de custos evidenciado nos últimos anos, conforme quadro seguinte:



A participação nestas organizações internacionais tem permitido ao ML conhecer as melhores práticas internacionais, aprendendo com a experiência das restantes redes de metro e permitindo definir prioridades de atuação para melhorar o desempenho da organização.

Destacam-se os principais acontecimentos ocorridos em 2016:

No âmbito da UITP – União Internacional dos Transportes Públicos:

- Reunião da Comissão Economia dos Transportes, em Viena (Maio);
- Reunião da Comissão de Transportes e Cidade, em Barcelona (Setembro);
- Reuniões da Comissão de Segurança em Zurique (Abril) e Liverpool (Novembro);
- Reunião da Comissão de Marketing e Desenvolvimento do Produto (Novembro)



No âmbito do Grupo NOVA – Benchmarking de Metros¹⁰:

O Metro organizou a Reunião de Gestão anual do grupo NOVA, nas suas instalações, que este ano foi estendida por mais um dia em virtude do anterior cancelamento da reunião anual. Nesta reunião foram apresentados os factos mais relevantes ocorridos na Empresa no ano anterior, assim como os principais indicadores e perspetivas para 2016-17.

O Metro manteve-se igualmente empenhado nas restantes atividades do NOVA, nomeadamente na recolha anual de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) e na participação nos estudos rápidos (*clearinghouse*) e outros da iniciativa dos membros.

¹⁰ O Grupo NOVA é um programa de avaliação comparativa ferroviária internacional de que fazem parte metros de 14 cidades.

8. Recursos Humanos

A Gestão de Recursos Humanos do Metropolitano de Lisboa, em 2016, caracterizou-se pela consistência do esforço no desenvolvimento do capital Humano da Organização.

No ano em análise, a Empresa deu cumprimento às medidas determinadas pela Lei do OE de 2016, continuando, assim a otimização dos recursos operacionais, sendo que em termos de gestão do seu efetivo, a Empresa procurou garantir uma dinâmica de adequação das competências aos postos de trabalho.

Ao longo do exercício de 2016, destacaram-se as seguintes iniciativas no âmbito da Gestão dos Recursos Humanos do Metropolitano de Lisboa:

- Assinatura da renovação do Acordo de Empresa I (aplicável à generalidade dos trabalhos da empresa) a 16 de novembro, que se manterá pelo período de 5 anos, com início a partir de 1 de janeiro de 2017, igualmente, a 16 de dezembro foi assinado a renovação do Acordo de Empresa II (aplicável aos técnicos superiores).
- O protocolo de colaboração com a Associação “O Companheiro”, que visa colaborar na realização de programas de reinserção social de ex-reclusos, através do desenvolvimento de atividades de caráter oficial, designadamente na reparação dos componentes dos bancos do material circulante da Empresa, é uma iniciativa que faz, já, parte das práticas da Empresa, dado o sucesso da parceria encetada pela Direção de Manutenção modo Metro.
- No âmbito da sua política de Responsabilidade Social, em 2016 a Empresa administrou gratuitamente a vacina da gripe e do tétano aos seus trabalhadores. Em paralelo com a Agenda da Saúde 2016, realizaram-se vários rastreios de prevenção de doenças crónicas com maior prevalência na população portuguesa, nomeadamente, em comemoração do Dia Internacional da Mulher realizou-se um Rastreio da Osteoporose e Circulação Venosa, no Dia Internacional do Homem realizou-se um Rastreio de Prevenção do Cancro da Próstata e no Mês do Coração realizou-se a Campanha “Neste mês de maio Previna, Proteja e valoriza a SUA Saúde”.
- Foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo Protocolo de Vigilância da Saúde visando contribuir para uma ampla prevenção dos riscos profissionais existentes na empresa.
- O Núcleo de Apoio Social, em parceria com o Núcleo da Saúde, teve uma intervenção privilegiada no combate ao absentismo, realizando o acompanhamento domiciliário dos trabalhadores em situação de baixa por doença, de forma alinhada com a estratégia da organização.

8.1.1 Efetivo ¹¹

Quanto aos efetivos, foi dada continuidade à medida determinada pelo Acionista, de otimização dos recursos humanos, na Empresa, sendo que a tendência foi já no sentido da estabilização do efetivo, após dois anos em que o número de saídas foi bastante significativo.

No decorrer do ano, e por via de autorização da Tutela, foram integrados nos quadros da empresa, colaboradores que se encontravam ao serviço do metropolitano com vínculo laboral a termo incerto.

¹¹ Considera-se efetivo da Empresa, os colaboradores com vínculo à Empresa e que à data de 31 de dezembro prestavam serviço no ML.

Quanto às saídas, conforme se indica no quadro abaixo, apesar da revogação por mútuo acordo continuar a ser o vetor com maior importância, no ano em análise, registou-se um crescimento, significativo, das saídas por reforma, quando comparadas com os anos anteriores. No que respeita a saídas por revogação verifica-se um forte decréscimo, o que traduz a estratégia da empresa no sentido de inverter a tendência até então verificada.

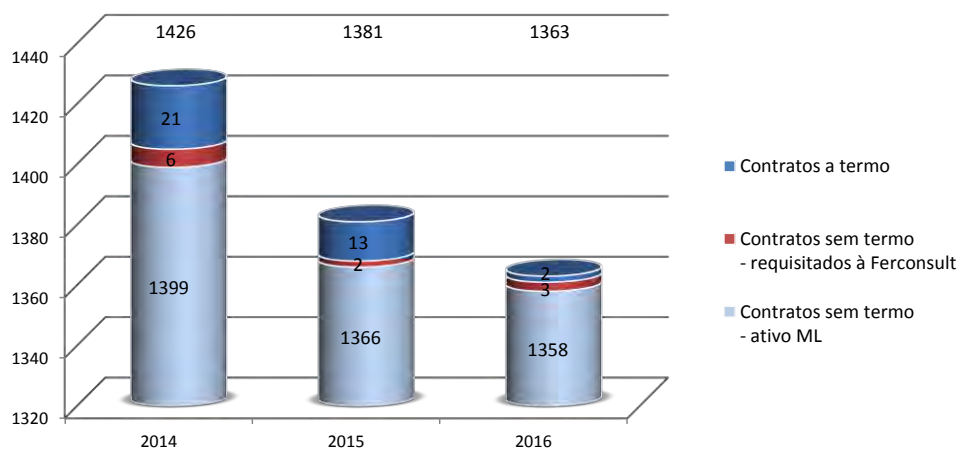
Assinala-se, no global, uma redução de 20 efetivos, apresentando-se no quadro seguinte a decomposição dos principais motivos:

Quadro 13 - Motivos das saídas

Motivos das saídas	2014	2015	2016	Un: n.º	
				Var. 2016/15	
				Abs.	%
Reforma	2	2	5	3	150,0
- Velhice	-	1	4	3	300,0
- Invalidez	2	1	1	0	0,0
Termo do contrato de cedência	-	4	1	(3)	(75,0)
Revogação por mútuo acordo e denúncia unilateral	18	31	8	(23)	(74,2)
Cessação de contrato a termo	1	8	-	(8)	(100,0)
Cedência do trabalhador	-	1	1	0	0,0
Termo da comissão de serviço	-	6	-	-	-
Licença sem vencimento	1	-	-	-	0,0
Despedimento	3	-	1	1	0,0
Falecimento	2	3	4	1	33,3
Total	27	55	20	(35)	(63,6)

O quadro e gráfico seguintes evidenciam o efetivo a 31 de dezembro de acordo com o vínculo à Empresa, assim como, à distribuição por área:

Gráfico 4 - Efetivo por vínculo laboral



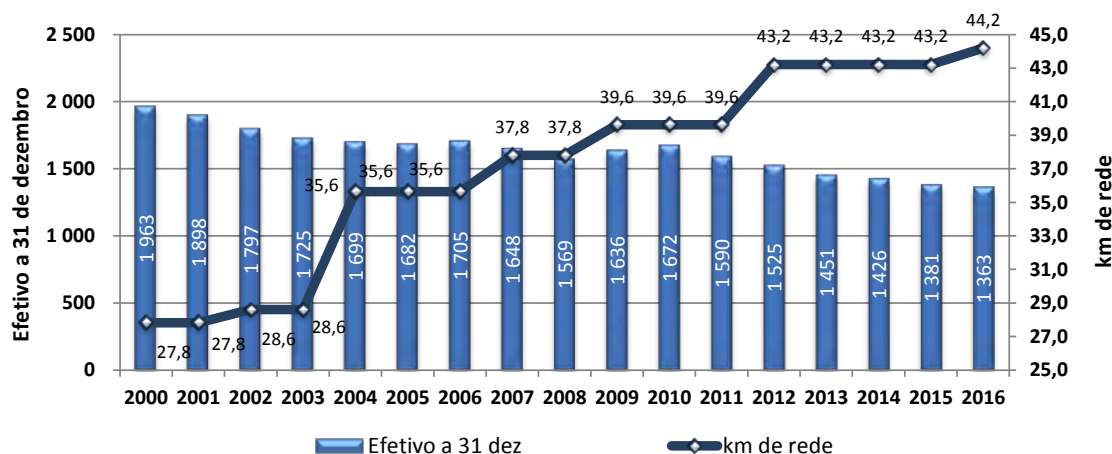
Quadro 14 - Efetivo por áreas da Empresa

Efetivo real		2014	2015	2016
Exploração Operacional	n.º	783	-	-
Direção de Operações	n.º	-	358	354
Direção Comercial	n.º	-	424	426
Gestão da Infraestrutura e Material Circulante	n.º	364	-	-
Direção de Manutenção	n.º	-	341	335
Gestão da Superestrutura e do Investimento	n.º	59	-	-
Direção de Desenvolvimento da Rede	n.º	-	45	58
Restantes áreas	n.º	220	213	190
Total	n.º	1 426	1 381	1 363

* Reestruturação das áreas da Empresa em resultado da Deliberação n.º 1/RCA n.º 21/15, de 14 de maio.

As áreas operacionais representam maior expressão, na estrutura, conforme quadro acima.

Gráfico 5 - Evolução do efetivo vs. evolução da rede



Apesar da tendência sublinhada pelo gráfico acima, da evolução inversamente proporcional do efetivo, face ao acréscimo da extensão da rede em exploração, demonstra-se, o esforço desenvolvido, no sentido de cumprimento da prestação do serviço público.

8.1.2 Política Salarial

Dando cumprimento, ao estatuído no art.º 18º (Prorrogação de efeitos), da Secção I, Capítulo III, da Lei N.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016) concretizou-se a reversão de 20%, por trimestre, dos efeitos da norma de redução remuneratória, tendo o seu efeito sido eliminado a partir de outubro de 2016.

Ainda de acordo com o estabelecido na LOE, o Metropolitano de Lisboa procedeu à aplicação do regime remuneratório em vigor na Administração Pública, relativamente a algumas remunerações adicionais, bem como, à não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais.

De acordo com o n.º 1 da Lei n.º 11/2016, de 4 de abril – Reposição dos complementos de pensão no sector público empresarial, a partir da entrada em vigor da LOE, foi reposto pagamento de todos os complementos de pensão nas empresas do sector público empresarial aos trabalhadores no ativo e aos antigos trabalhadores aposentados, reformados e demais pensionistas, com efeitos a 31 março de 2016.

A aplicação das normas de redução remuneratória teve os seguintes impactos sobre as principais remunerações pagas aos trabalhadores do ML:

Quadro 15 - Reduções remuneratórias

	Un.: Euro				
	2014	2015	2016	Var. 2016/15	
				Abs	%
Redução em Remunerações	2 415 681	1 710 633	706 587	(1 004 046)	(59)
Redução em Subsídio de Natal	161 694	104 291	38 732	(65 559)	(63)
Redução em Subsídio de Férias *	35 684	144 502	70 067	(74 435)	(52)
	2 613 059	1 959 426	815 386	(1 144 040)	(58)

* Por decisão do Tribunal Constitucional, foram repostos, em 2014, os subsídios de férias, não tendo sido efetuados cortes entre maio e setembro.

Conforme exposto no quadro anterior, as reduções salariais, quando comparadas com as do ano de 2015, revelam uma acentuada diminuição (próxima de 60%).

Os gastos com pessoal e a massa salarial verificados em 2016 registam ligeiros decréscimos. Dentro dos gastos com pessoal, destaca-se a redução de cerca de 963 mil euros nas indemnizações pagas por rescisão de contrato.

Quadro 16 - Gastos com Pessoal e Massa Salarial

	Un.: milhares de €				
	2014	2015	2016	Var. 2016/15	
				Abs.	%
Gastos com Pessoal	67 754	66 123	66 082	(40)	(0,1)
Massa Salarial	44 130	44 742	44 741	(1)	(0,0)

8.1.3 Evolução do pessoal

Conforme já referido no ponto 8.1.1., em 2016 constatou-se uma tendência de estabilização do efetivo, após dois anos consecutivos em que o número de saídas foi muito significativo. Assim sendo, e conforme se poderá constatar pelo Quadro 17, o rácio “Pessoal ativo/Pessoal inativo” entre 2015 e 2016 melhorou, traduzindo um total 1.363 pessoas ativas sobre 1.367 pessoas inativas, subdivididas entre pré-reformados, reformados e pensionistas, a 31 de dezembro do período em análise.

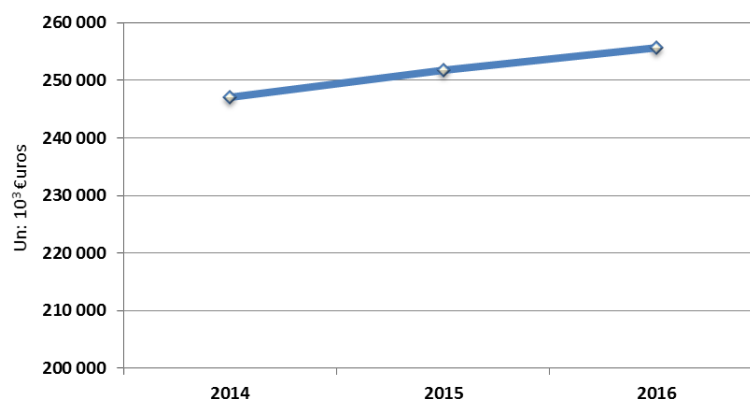
Quadro 17 - Evolução do pessoal ativo e inativo

		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Pessoal ativo	peçoas	1 426	1 381	1 363	(18)	(1,3)
Pessoal inativo	peçoas	1 411	1 403	1 367	(36)	(2,6)
Pré-reformados	peçoas	2	1	1	0	0,0
Reformados	peçoas	1 164	1 155	1 094	(61)	(5,3)
Pensionistas	peçoas	245	247	272	25	10,1
Pessoal ativo / Pessoal inativo	peçoas	1,01	0,98	1,00	0,01	1,3
V.A.R.S.P.*	10 ³ €	247 102	251 727	255 738	4 011	1,6
V.A.R.S.P. / Pessoal total	10 ³ €	87,100	90,419	93,677	3,26	3,6

* V.A.R.S.P. - Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados

A empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social, que beneficia quer os atuais reformados/pensionistas, como pré-reformados, e o compromisso da mesma sobre valores futuros a pagar ao pessoal ativo que integrou os quadros da empresa até ao dia 31 de dezembro de 2003, inclusive. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios, pelo que, o V.A.R.S.P. foi de 255.738 milhares de euros (+1,6% em relação ao ano anterior), atingindo o valor *per capita* do pessoal de 93,7 milhares de euros (+3,6% em relação a 2015).

Gráfico 6 – Evolução do Valor Atual das Responsabilidades com Serviços Passados (V.A.R.S.P.)



8.1.4 Sinistralidade Laboral

Em 2016 registaram-se 115 acidentes de trabalho, assinalando-se um aumento de 16,2% face a 2015. Ainda assim, o número médio de dias perdidos diminuiu face ao ano anterior, situando-se em 36,72 dias (50,31 em 2015). De referir ainda a redução do índice de gravidade para 1,77 (-22,6% face a 2015).

Em valores totais, verificou-se uma redução 15,2% do número de dias perdidos face a 2015.

Quadro 18 - Acidentalidade laboral no ML

Acidentabilidade laboral		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Acidentes	n.º	105	99	115	16	16,2
Dias perdidos	n.º	6 357	4 981	4 223	(758)	(15,2)
Índice de duração	dias	60,54	50,31	36,72	(14)	(27,0)
Índice de incidência	10 ³	6,08	4,55	6,03	1,48	32,4
Índice de frequência	10 ⁶	34,40	35,46	41,55	6,09	17,2
Índice de gravidade	10 ³	2,85	2,29	1,77	(0,52)	(22,6)

O quadro seguinte reflete os índices de sinistralidade dos trabalhadores dos Empreiteiros nos Empreendimentos ML, no período decorrido entre 2014 e 2016. No ano de 2016, ocorreram 2 acidentes de trabalho que originaram 87 dias de trabalho perdidos, o que originou um aumento do índice de gravidade comparativamente aos anos anteriores.

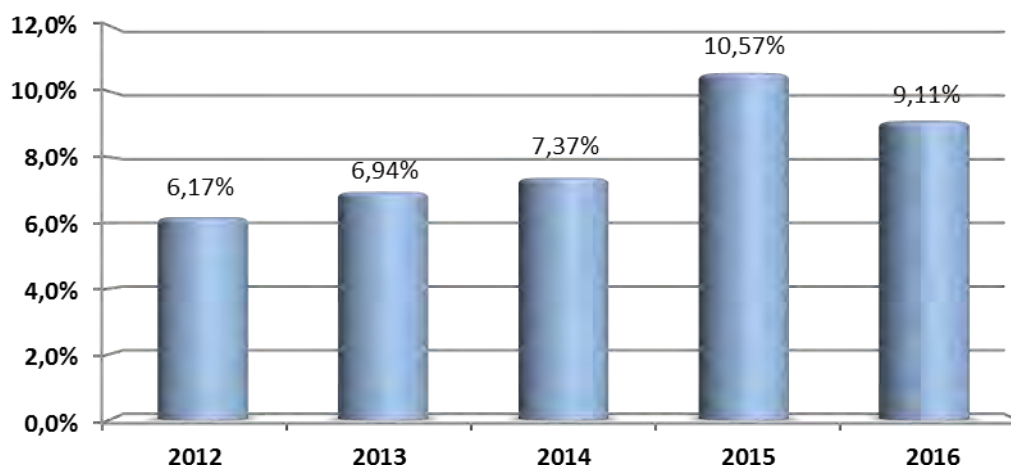
Quadro 19 - Sinistralidade nos empreendimentos do ML

Sinistralidade nos empreendimentos ML		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Homens-hora trabalhadas	horas	54 419	113 153	95 560	(17 593)	(15,5)
Acidentes	n.º	1	4	2	(2)	(50,0)
Dias perdidos	n.º	42	133	87	(46)	(34,6)
Índice de duração	dias	42,0	33,3	43,5	10	30,8
Índice de incidência	10 ³	2,16	3,80	3,10	(1)	(18,4)
Índice de frequência	10 ⁶	18,38	24,10	20,90	(3)	(13,3)
Índice de gravidade	10 ³	771,79	801,00	910,00	109,00	13,6

8.1.5 Absentismo

No ano em análise, a taxa de absentismo inverteu a tendência de crescimento iniciada em 2012, tal como se evidencia no gráfico abaixo.

Gráfico 7 - Evolução da taxa de absentismo



As ausências ao serviço, em 2016, foram inferiores ao período homólogo, revelando-se assim uma otimização da gestão dos tempos de trabalho.

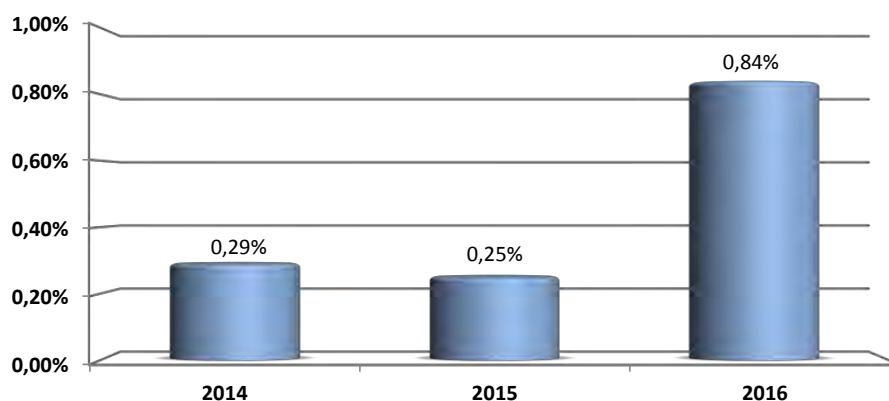
Importa salientar que, no ano transato, a Empresa passou a considerar neste indicador todas as ausências não obrigatórias por Lei, o que poderia ter gerado um crescimento da taxa de absentismo. No entanto, verificou-se o inverso, tal como já referido, uma vez que os trabalhadores se ausentaram menos ao serviço.

Como nos anos anteriores, as ausências por doença continuam a ser o vetor com maior expressão neste indicador (86.189 horas em 2016), seguido das ausências por acidente de trabalho (32.869 horas).

8.1.6 Trabalho Suplementar

Garantindo o cumprimento dos limites fixados para a sua prestação por Colaborador (200 horas/ano), verificou-se em 2016 um crescimento da realização do trabalho suplementar, tendo-se registado mais 14.350 horas do que no ano transato. Esta situação foi motivada, essencialmente, pela necessidade de reforço na cobertura da bilhética, de forma a assegurar a venda de títulos de transporte, num período em que o fornecimento destes não estava a ser garantido por questões externas à Empresa. Para além disso, a abertura da estação Reboleira, no ano em análise, gerou uma necessidade de trabalho suplementar, a fim de garantir o cumprimento dos prazos definidos. No entanto, este indicador continua a registar valores marginais.

Gráfico 8 - Evolução da taxa de trabalho suplementar



8.1.7 Formação

O ano de 2016 foi marcado pela continuidade no reforço do investimento na área da formação, refletido no aumento do número de ações realizadas (+182,9%), do número de participantes (+128,2%) nessas ações e das horas de formação (+84,7%). Apesar deste reforço significativo, o incremento nos custos de formação foi limitado a 17% relativamente ao ano anterior, uma vez que 33% do volume de formação correspondeu a formação interna.

Das ações concretizadas durante o ano de 2016, devem ser realçadas as que compõem as vertentes Técnica/ Operacional e de Segurança, que, no conjunto, representam 54% do volume de formação, a que não é indiferente a elevada tecnicidade das funções diretamente associadas à prestação do serviço de transporte.

Quadro 20 - Formação

Formação		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Ações	n.º	198	164	464	300	182,9
Participantes	n.º	780	848	1 935	1 087	128,2
Horas	n.º	6 117	6 686	12 346	5 660	84,7
Custos	10 ³ €	32	46	54	8	17,4
Horas por efetivo médio	horas/ pessoa	4,25	4,75	9,02	4,27	89,8

Durante o ano de 2016, decorreram ainda diversas formações, das quais se destacam:

1. Formação Comportamental

No âmbito do desenvolvimento das competências comportamentais, realça-se a formação da equipa de fiscalização em segurança pessoal preventiva, com o objetivo de incrementar a segurança na sua atividade, prevenindo e eliminando fatores de risco em situações de conflito.

Destaca-se ainda a continuação da realização de Workshops de *teambuilding* com o objetivo de integração dos elementos das equipas, reforçando o “espírito de equipa” e o sentimento de inclusão ao grupo.

2. Programa de Inglês

O desenvolvimento de competências de língua inglesa foi reforçado com o alargamento deste programa, que passou assim a abarcar várias vertentes, nomeadamente:

- Programa individual de inglês dirigido a quadros;
- Programa especialmente dirigido às equipas de fiscalização de forma a otimizar a relação com o cliente pela diferenciação no seu atendimento
- Programa dirigido a secretariado de forma a valorizar a compreensão e expressão oral, bem como a redação de documentação de caráter administrativo na língua inglesa com a aplicação do vocabulário de atendimento na língua inglesa.

3. Formação inicial de formadores

Neste âmbito devemos realçar a promoção e qualificação da capacidade técnica e pedagógica de formadores eventuais, permitindo, simultaneamente, reforçar a qualidade da formação interna pelo estímulo da mobilização das competências capazes de induzir uma relação pedagógica mais eficaz.

8.1.8 Conflitualidade Laboral

A Empresa congratula-se por, em 2016, a atividade se ter caracterizado por um ambiente sem conflitualidade laboral, conforme se indica no quadro abaixo, traduzindo assim, um entendimento entre as estruturas representativas dos trabalhadores e da gestão.

Quadro 21 - Conflitualidade laboral

Conflitualidade laboral		2014	2015	2016	Var. 2016/15	
					Abs.	%
Número de pré-avisos de greve recebidos	n.º	11	25	0	(25)	(100,0)
Greves desconvocadas	n.º	1	16	0	(16)	(100,0)
Greves a serviços específicos (trab. em dia feriado/ trab. suplementar) – sem adesão registada	n.º	0	1	0	(1)	(100,0)
% média de adesão	%	54,5%	56,0%	0,0%	-	-56,0 p.p.
Nº de horas não trabalhadas por greve	n.º	22 519	23 168	0	(23 168)	(100,0)



9. Situação Económica e Financeira

9.1 Fluxos Financeiros

Em 2016, a gestão económica e financeira do Metropolitano de Lisboa foi caracterizada pelos seguintes factos:

- Os Rendimentos Operacionais tiveram um acréscimo de 4,1 milhões de euros (+3,1%), devido essencialmente ao aumento de 7,3 milhões de euros da receita tarifária (+8,1%), consubstanciado no aumento da Procura, uma vez que não houve atualizações tarifárias. Por outro lado, os outros rendimentos e ganhos tiveram uma variação negativa de 3,2 milhões de euros (-7,8%), em resultado do decréscimo das diferenças de câmbio favoráveis reconhecidas no período (-3,8 milhões de euros), respeitante a dois colaterais que a empresa constitui em obrigações americanas (ver nota 11 do “Anexo às Demonstrações Financeiras”).
- Os Gastos Operacionais mantiveram a trajetória descendente, que se traduziu numa redução de 10,41 milhões de euros relativamente ao ano de 2015, com especial destaque para os Outros Gastos e Perdas, que diminuíram 6,2 milhões de euros aproximadamente, para Imparidades de Dívidas a receber, que reduziram cerca de 1,3 milhões de euros, e para os Fornecimentos e Serviços Externos, que decresceram 1,4 milhões de euros.
- Foi mantido o Modelo de Financiamento suportado com o apoio do Acionista, através de aumentos de capital – por conversão de créditos e entradas de numerário - que permitiram fazer face ao serviço da dívida.

É de salientar que em 2016 o ML deu continuidade à recuperação dos níveis de autonomia financeira através do aumento do Capital Próprio, suportado pelo Acionista conforme acima referido, e que se traduziu no aumento em 5,7 pontos percentuais do Rácio de Autonomia Financeira, e 6,3 pontos percentuais do Rácio de Solvabilidade, apesar dos valores destes mesmos rácios ainda estarem longe dos níveis aceitáveis de estabilidade financeira da empresa, estando a mesma ainda muito dependente de Capitais de Terceiros.

Por outro lado, desde 2011 que o ML está incluído na lista de entidades reclassificadas no perímetro das Administrações Públicas, EPR – Entidades Públicas Reclassificadas, equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, decorrendo para a empresa impactos relevantes em matéria de enquadramento orçamental, reporte de informação e observância de legislação específica aplicável, designadamente sujeição à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso¹², Lei do Enquadramento Orçamental¹³ e obrigatoriedade de preparação de Propostas Orçamentais a submeter à Direção Geral do Orçamento (DGO) para inscrição direta no Orçamento de Estado (OE).

Em 2016, os *cash-flows* gerados pela atividade de prestação de serviço público mantiveram a trajetória positiva, fruto do crescimento da receita tarifária e da continuada contenção de gastos operacionais, sem recurso a indemnizações compensatórias

A caixa gerada pelas operações e o recebimento de 1,67 milhões de euros, relativo a subsídios ao Investimento (Fundos Comunitários 0,48 milhões de euros e PIDDAC 1,19 milhões de euros), permitiu libertar a tesouraria necessária para liquidar as despesas de investimento e cobrir o défice gerado pelos fluxos de caixa das atividades de financiamento.

¹² Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

¹³ Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto Lei n.º 91/2001 de 20 de agosto, republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, alterada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho, e mais recentemente, alterada pela Lei n.º 151/2012, de 12 de setembro, implicando obrigações de reporte à Direção Geral do Orçamento / Ministério das Finanças.

O Metropolitano obteve financiamento no valor de 358,49 milhões de euros, tendo pago 225,37 milhões de euros relativos a empréstimos bancários, 14,93 milhões de euros relativos a operações de *leasing*, 3,86 milhões de euros relativos a empréstimos obrigacionistas e 116,27 milhões de euros relativos a gastos e perdas de financiamento. Deste modo, as atividades de financiamento geraram um *cash-flow* negativo de 1,94 milhões de euros.

Quadro 22 - Variação de caixa e seus equivalentes

Un: milhares de euros

Demonstração Fluxos Caixa	2016	2015	2014	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Fluxo Atividades Operacionais	20 978	10 745	47 707	10 233	95,2
Fluxo das Atividades Investimento	(9 509)	(9 365)	(8 211)	(144)	1,5
Fluxo das Atividades Financiamento	(1 944)	(9 746)	(33 876)	7 802	(80,0)
Variação de caixa e seus equivalentes	9 525	(8 366)	5 620	17 891	(213,8)
Caixa e seus equivalentes no início do período	15 440	23 806	18 186	(8 366)	(35,1)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	24 965	15 440	23 806	9 525	61,7

Em 2016, o Estado manteve a política de financiamento às Empresas Públicas Reclassificadas, substituindo a concessão de empréstimos por dotações de capital sempre que os fundos se destinam ao serviço da dívida ou investimento.

O quadro 23 detalha o financiamento do Metropolitano em 2016: o Estado aumentou o capital em 358,4 milhões de euros, concretizado através de entradas de capital.

Quadro 23 - Atividade de Financiamento

Un: milhares de euros

Atividades de financiamento	2016	2015	2014	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Aumentos de Capital	358 410	189 272	549 684	169 137	89,4
Financiamento	358 410	189 272	211 327	169 137	89,4
Conversão de créditos	0	0	338 357	0	-
Empréstimos Bancários - IGCP/DGTF	0	0	0	0	-
Descoberto DO	84	0	0	0	-
Financiamento	358 494	189 272	549 684	169 137	89,4
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos Bancários	225 368	71 503	121 503	153 866	215,2
Empréstimos Tesouro	0	0	315 628	0	-
Operações de leasing	14 932	28 247	20 250	(13 315)	(47,1)
Empréstimos obrigacionistas	3 866	7 731	7 731	(3 866)	(50,0)
Cancelamento antecipado derivados	0	0	0	0	-
Juros e gastos similares	116 272	91 462	95 460	24 810	27,1
Juros Empréstimos Tesouros	0	0	38 881	0	-
Depósito a Prazo (caução)	0	76	259	(76)	(100,0)
Suprimentos Concedidos	0	0	0	0	-
Pagamentos	360 438	199 018	599 712	161 420	81,1
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(1 944)	(9 746)	(33 876)	7 802	(80,0)

9.2 Investimento Realizado

Em 2016, registou-se uma quebra do investimento, em sequência da conclusão das empreitadas respeitantes ao projeto com maior peso no total do investimento atual do ML (68%), nomeadamente o projeto de prolongamento da Linha Azul no troço Amadora Este/Reboleira, inaugurado, como já referido anteriormente, em abril, tendo totalizado no exercício em análise um valor de aproximadamente 3,7 milhões de euros investidos.

As remodelações da Rede, com destaque para as intervenções na Linha Verde e na Linha Vermelha, que totalizaram um investimento de 787,84 mil euros, contemplaram o desenvolvimento de projetos de intervenção para colmatação de fissuras e tratamento de patologias nos túneis e galerias, bem como, trabalhos de remodelação das estações Areeiro e Arroios, que venham a permitir a circulação da comboios de 6 carruagens na Linha Verde.

Foram ainda desenvolvidos trabalhos no âmbito da regularização e fecho de contratos da empreitada do Empreendimento Alameda / S. Sebastião (Linha Vermelha), cujo valor total investido foi de 549,25 mil euros.

Quadro 24 - Despesa de Investimento

Un: Euros

	FBCF	ICT	DI
	Formação Bruta de Capital Fixo	Investimento a Custos Técnicos	Despesa de Investimento
A - ILD	5 240 014	8 057 424	8 708 616
Extensão Amadora Este / Reboleira	3 670 649	3 670 649	4 056 821
Extensão Oriente / Aeroporto	20 703	20 703	20 423
Extensão Alameda / S. Sebastião	549 246	549 246	549 246
Extensão Alvalade / Campo Grande - Terrenos	60 943	60 943	60 943
Interface do Terreiro do Paço	37 057	37 057	37 057
Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade	36 825	36 825	36 883
Remodelação da linha Azul	3 071	3 071	3 071
Remodelação da linha Amarela	111 510	111 510	111 510
Remodelação da linha Verde	445 067	445 067	710 311
Remodelação da linha Vermelha	228 188	228 188	228 188
Remodelação da Rede - Outros	76 756	76 756	76 756
Autoinvestimento	0	2 817 409	2 817 409
B - ML	178 444	178 444	178 444
Parques de material e oficinas	14 490	14 490	14 490
Material circulante	0	0	0
Equipamentos e outros	133 699	133 699	133 699
Investimentos correntes	30 256	30 256	30 256
Autoinvestimento	0	0	0
Investimento total	5 418 459	8 235 868	8 887 060

A FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo, (5,42 milhões de euros) compreende o montante de investimentos que foi capitalizado e reconhecido nas contas do Ativo Fixo da Empresa.



Quadro 25 - Evolução do Investimento

Investimento	2016	2015	2014	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	5 418 459	14 008 513	8 826 957	(8 590 054)	-61,32
Investimentos a Custos Técnicos (ICT)	8 235 868	17 083 124	10 267 910	(8 847 256)	-51,8
Despesas de Investimento (DI) - inclui custos financeiros	8 887 060	17 734 597	11 146 431	(8 847 537)	-49,9

9.3 Estrutura Patrimonial

9.3.1 Balanço do Exercício

Em 2016 o ML manteve o critério, indicado pela Tutela, de apresentar no Balanço os valores da atividade de construção de infraestruturas de longa duração (ILD), evidenciando o impacto do investimento realizado em infraestruturas por conta do Estado e as responsabilidades correspondentes.

O valor do ativo totalizou 5.307 milhões de euros, com a seguinte distribuição:

Quadro 26 - Ativo Total

Un: milhões de euros

Ativo	2016	2015	2014 (Reexpresso)	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Não corrente	4 986	4 827	4 704	159	3,3
Corrente	0	0	0	0	-
ILD	4 986	4 827	4 704	159	3,3
Não corrente	243	265	287	(22)	(8,4)
Corrente	78	78	101	(0)	(0,1)
ML	321	343	388	(22)	(6,5)
Ativo total	5 307	5 170	5 091	137	2,6

O acréscimo do Ativo em Infraestruturas de Longa Duração (Ativo – ILD) resulta maioritariamente dos gastos suportados pelo Metropolitano na atividade de Investimento em Infraestruturas, registados numa conta de valores a receber.

O investimento em Infraestruturas de Longa Duração reduziu, em relação ao ano anterior, 8,13 milhões de euros, tendo também o investimento ML sofrido um decréscimo de 0,46 milhões de euros.

Fruto do apoio do Estado através de reforços de Capital, o Capital Próprio da Empresa continuou a sua tendência ascendente, consolidando o valor positivo para 413 milhões de euros.

O passivo total reduziu 3,3%, devido à amortização dos financiamentos, totalizando 4.894 milhões de euros.



Quadro 27 - Passivo Total e Capitais Próprios

Un: milhões de euros

Passivo e Capital Próprio	2016	2015	2014 (Reexpresso)	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Não corrente	3 071	3 200	3 512	(129)	(4,0)
Corrente	702	594	341	108	18,2
ILD	3 773	3 794	3 853	(21)	(0,6)
Não corrente	642	759	1 022	(117)	(15,4)
Corrente	480	510	208	(30)	(5,9)
ML	1 122	1 269	1 229	(147)	(11,6)
Passivo total	4 894	5 063	5 082	(169)	(3,3)
Capitais próprios	413	107	9	305	284,7
Total do passivo e capitais próprios	5 307	5 170	5 091	137	2,6

9.4 Gestão de Risco Financeiro

O ML tem vindo a consolidar a sua estrutura de capitais através do permanente reforço de capitais que o acionista tem promovido e a consequente redução do endividamento.

9.4.1 Rating do Metropolitano de Lisboa

Quadro 28 - Rating do ML

Rating Metro	Standard & Poor's	
	Rating	Outlook
17 de janeiro de 2014	B	Negativo
28 de fevereiro de 2014	BB	Negativo
9 de maio de 2014	BB	Estável
27 de fevereiro de 2015	BB	Estável
23 de março de 2015	BB	Positivo
16 de fevereiro de 2016	BB+	Estável
14 de fevereiro de 2017	BB+	Estável

A classificação do ML como Empresa Pública Reclassificada em finais de 2011, fez com que a Standard & Poor's tivesse revisto a partir de 2012 os seus critérios de análise de risco da Empresa. Em consequência desta nova metodologia, o *Rating* do ML passou a seguir a evolução do *Rating* da República Portuguesa.

O racional para esta avaliação foi o seguinte:

1. Continuação do apoio financeiro prestado pelo Estado, a que acresce o facto da maioria da dívida detida pelo ML ser garantida pela República Portuguesa.
2. O apoio e comprometimento, demonstrado pelo Estado, na satisfação dos compromissos de serviço da dívida, com verbas previstas para este efeito, no orçamento de 2016.

9.4.2 Evolução do Passivo Remunerado

Em 2016, a Empresa amortizou dívida no valor de 236,57 milhões de euros, reduzindo em 6,4% o passivo remunerado.

Quadro 29 - Estrutura do Passivo Remunerado

Un: milhares de euros

Passivo remunerado	2016	2015	2014	2013	Var. 2016/2015	
					Abs.	%
Empréstimos obrigacionistas	1 310 000	1 317 731	1 325 463	1 333 194	(7 731)	(0,6)
BEI	651 849	723 351	794 854	866 357	(71 503)	(9,9)
Outros de longo prazo / Tesouro	1 206 262	1 356 262	1 206 262	1 521 891	(150 000)	(11,1)
Shuldschein	300 000	300 000	450 000	500 000	0	0,0
Leasing financeiro	18 998	26 332	46 860	59 386	(7 334)	(27,9)
Dívida de médio e longo prazo	3 487 109	3 723 677	3 823 439	4 280 828	(236 568)	(6,4)
Dívida de curto prazo	84	-	-	-	-	-
Total	3 487 194	3 723 677	3 823 439	4 280 828	(236 484)	(6,4)

Os empréstimos obrigacionistas têm um peso preponderante na estrutura do endividamento do Metro (38%), apresentando igualmente as maturidades mais elevadas; seguem-se as dívidas do tesouro com um peso de 35% e com uma maturidade de cinco anos.

Gráfico 9 - Distribuição do endividamento

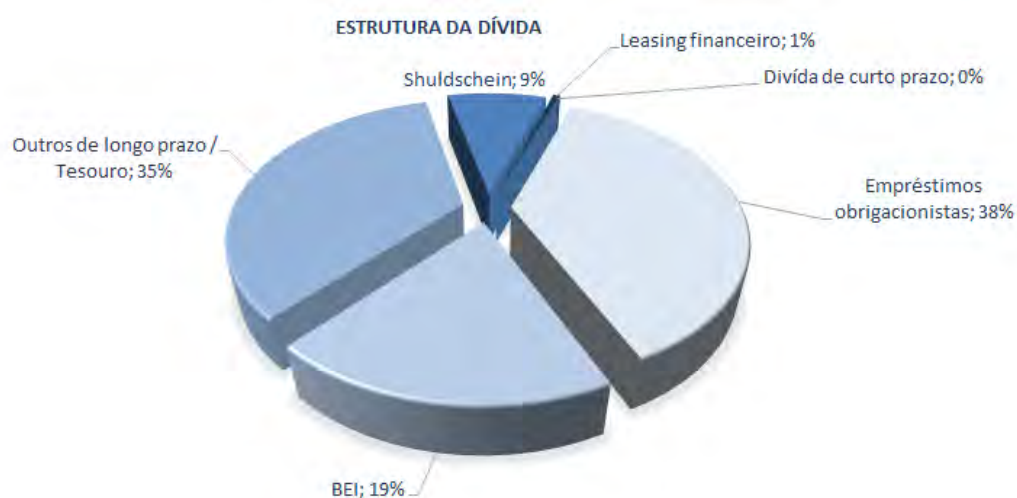
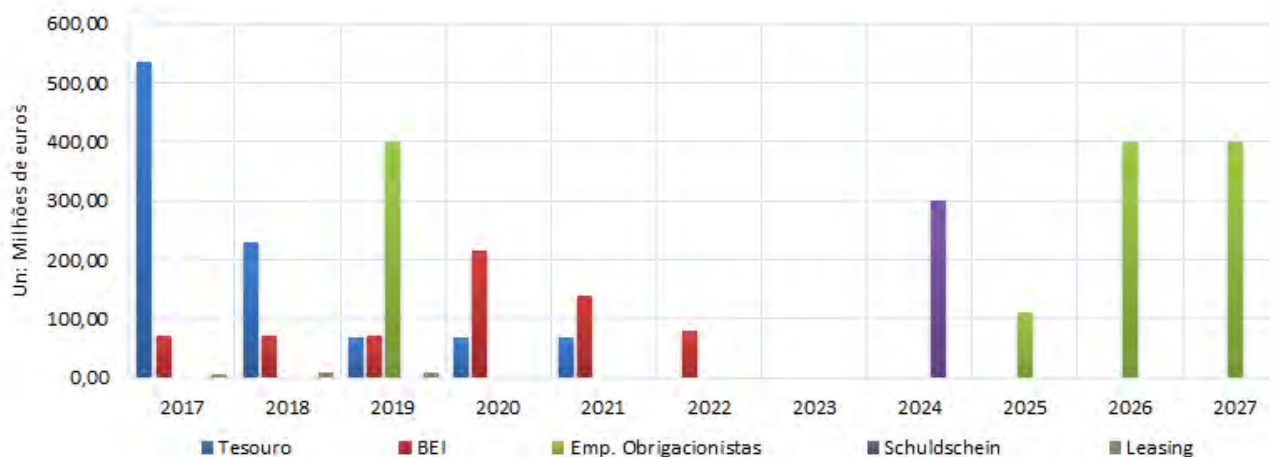


Gráfico 10 - Maturidade do Financiamento



9.4.3 Evolução da taxa de juro implícita

O gráfico seguinte mostra a evolução da taxa de juro implícita no endividamento desde 2002. Como se pode constatar, esta taxa de juro mantém uma trajetória favorável até 2010. A partir deste ano, com a descida das taxas de juro de referência, os *cash-flows* gerados pelos instrumentos de cobertura de risco iniciam uma trajetória acelerada de perdas, agravando significativamente a taxa de juro implícita.

A inversão desta tendência, a partir de 2012, é consequência do menor custo dos empréstimos contraídos junto do Tesouro. A taxa implícita de 3,24% é influenciada pelo impacto associado ao cancelamento dos derivados com maior risco de perdas.

Gráfico 11 - Taxa de juro implícita



9.5 Resultados Globais da Empresa

No exercício de 2016 o Metropolitano de Lisboa deu continuidade à integração da gestão operacional com a CARRIS, iniciada em 2012, e à qual se juntou em 2015 o grupo Transtejo, permitindo uma otimização dos recursos disponíveis em cada uma das empresas, através da partilha de meios humanos e materiais e da contratação conjunta de fornecimento de bens e serviços, maximizando assim o efeito de escala de gestão integrada.

A política de contenção de custos seguida pelo ML desde 2011 tem resultado na redução consecutiva dos gastos operacionais, que face a 2015 reduziram 10,4 milhões de euros (-7,1%), o que aliado ao efeito do aumento da receita tarifária (+8,1%) permitiu melhorar o resultado operacional da Empresa em aproximadamente 14,51 milhões de euros (+107%), cifrando-se em 945 mil euros positivos.

Em sequência do acima exposto, o resultado antes de impostos ascendeu a cerca -42,4 milhões de euros, representando uma melhoria de 22,8 milhões de euros relativamente aos resultados registados no ano anterior.

Quadro 30 - Resultados

Un: milhares de euros

Resultados	2016	2015	2014 (reexpresso)	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Rendimento do Serviço Público	97 823	90 486	88 125	7 337	8,1
Outros rendimentos	38 310	41 541	63 961	(3 231)	(7,8)
Total de Rendimentos Operacionais	136 133	132 026	152 086	4 107	3,1
Total de Gastos Operacionais	135 189	145 596	157 320	(10 407)	(7,1)
Resultado Operacional	945	(13 569)	(5 234)	14 514	107,0
EBITDA Corrigido *	1 264	(7 212)	30 170	8 475	117,5
Resultado Financeiro	(43 295)	(51 536)	(45 536)	8 241	16,0
Resultado antes de Impostos	(42 350)	(65 105)	(50 770)	22 755	35,0

* EBITDA corrigido (sem provisões, ajustamentos, imparidades e aumentos/reduções de justo valor, subsídios ao investimento e equivalência patrimonial/subsidiárias).

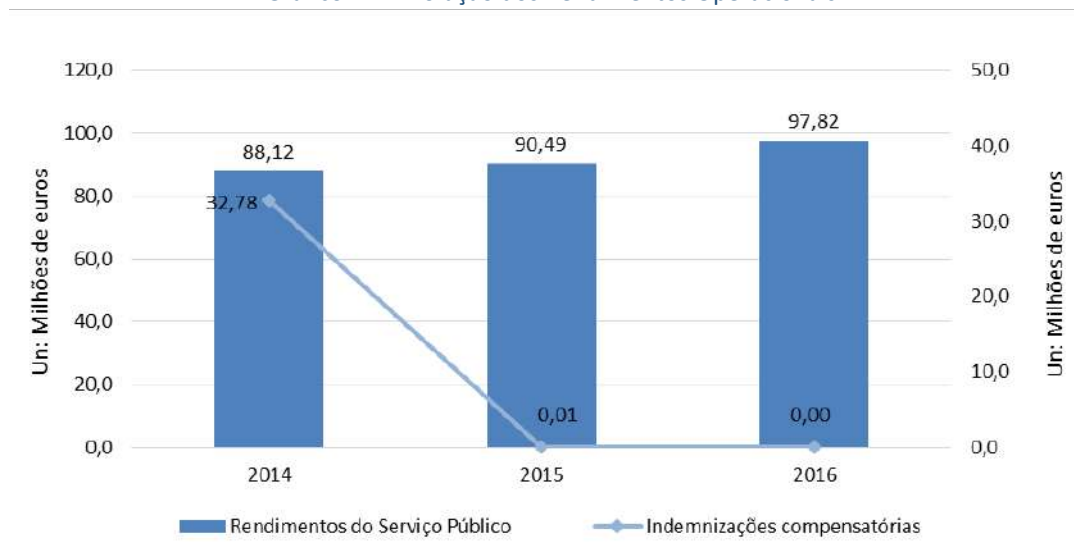
Face ao Resultado Operacional de 2016, o EBITDA, corrigido de um conjunto de rubricas *non-cash*¹⁴ (Especialização de subsídios ao investimento e Equivalência patrimonial/Subsidiárias), alcançou o valor positivo de aproximadamente 1,26 milhões de euros, traduzindo-se numa melhoria deste indicador em 8,48 milhões de euros face a 2015 (+117,5%).

¹⁴ Estas rubricas, por aplicação do referencial contabilístico SNC, influenciam o EBITDA, distorcendo o conceito de “cash-flow operacional” representado por este indicador.

9.5.1 Evolução dos Rendimentos Operacionais

A análise do gráfico abaixo permite constatar a recuperação dos Rendimentos de Serviço Público desde a sua quebra em 2013, isto principalmente devido ao aumento de 8,6% do número de passageiros transportados com título pago (validações), que permitiu um acréscimo de 7,3 milhões de euros (+8,1%) de receita gerada pela venda de passes e bilhetes, face a 2015.

Gráfico 12 - Evolução dos Rendimentos Operacionais



Da análise comparativa dos Rendimentos Operacionais, conforme detalhe apresentado no quadro 31, destaca-se ainda o decréscimo dos outros rendimentos em 3,23 milhões de euros (-7,8%), em resultado, como já referido anteriormente, do decréscimo das diferenças de câmbio favoráveis reconhecidas no período (-3,8 milhões de euros), respeitante a dois colaterais que a empresa constitui em obrigações americanas (ver nota 13 do “Anexo às Demonstrações Financeiras”).

Quadro 31 - Rendimentos Operacionais

Un: Euros

Rendimentos Operacionais	2016	2015	2014 (Reexpresso)	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Vendas de Passes e bilhetes	95 875 888	88 643 929	86 021 693	7 231 959	8,2
Compensação 4_18/sub_23/Social +	1 947 310	1 841 805	2 082 580	105 505	5,7
Subsídios PAII	-	-	20 690	0	-
Receita Serviço público	97 823 198	90 485 734	88 124 963	7 337 464	8,1
Indemnização compensatória e reforço orçamental	-	6 000	32 775 104	(6 000)	(100,00)
Receitas não tarifárias	3 365 898	3 337 351	3 879 048	28 547	0,86
Trabalhos p/ Própria Empresa	2 448 842	3 223 624	1 551 256	(774 782)	(24,03)
Imparidades	-	-	105 064	0	-
Aumentos justo valor	26 690 393	23 091 328	13 618 875	3 599 064	15,59
Outros rendimentos e ganhos	5 357 429	11 564 191	12 031 380	(6 206 762)	(53,67)
Imparidade de ativos (Reversões)	447 586	318 268	-	129 318	40,63
Ganhos com subsidiárias	-	-	-	0	-
Outros rendimentos	38 310 147	41 540 763	63 960 727	(3 230 616)	(7,8)
Total	136 133 345	132 026 497	152 085 691	4 106 848	3,1

9.5.2 Gastos Totais por Natureza

O quadro seguinte compara a evolução dos gastos operacionais, que registaram um decréscimo de 10,41 milhões de euros (-7,1%) face a 2015.

Quadro 32 - Gastos Operacionais

Un: €uros

Gastos Operacionais	2016	2015	2014 (Reexpresso)	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Gastos com o pessoal	66 082 399	66 122 884	67 754 065	(40 484)	(0,1)
Fornecimentos e serviços externos	30 513 040	31 909 157	31 322 364	(1 396 116)	(4,4)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2 180 092	2 439 098	2 639 558	(259 006)	(10,6)
Perdas imputadas subsidiárias	5 149 393	4 545 391	20 124 337	604 002	13,3
Imparidades	186 846	1 460 128	0	(1 273 282)	(87,2)
Outros gastos e perdas	6 264 920	12 451 188	3 569 549	(6 186 268)	(49,7)
Provisões	1 328 157	2 283 081	181 548	(954 924)	(41,8)
Amortizações	23 483 834	24 384 780	27 044 540	(900 946)	(3,7)
Imparidades de Ativos depreciables	0	0	4 683 754	0	-
Total	135 188 682	145 595 706	157 319 715	(10 407 025)	(7,1)

A análise do Quadro 32 permite distinguir duas linhas de evolução distintas, associadas a diferentes naturezas de gastos:

- Os Gastos diretamente associados à produção do serviço de transporte (Pessoal, Fornecimentos e Serviços Externos e Custo das Matérias consumidas) que, no seu conjunto, decresceram 1,69%, em resultado das medidas de racionalização e contenção implementadas.
- Gastos associados ao reconhecimento de variações no património da Empresa (*non-cash costs*) que, em 2016, representam 22% dos gastos, com um decréscimo de 2,53 milhões de euros:
 - Perdas derivadas da alteração da participação no TREM, A.C.E.: 3,28 milhões de euros;
 - Perdas em empresa do grupo (Ferconsult): 2,22 milhões de euros;
 - Reforço de provisões para riscos associados a operações com instrumentos financeiros de cobertura de risco: 1,32 milhões de euros;
 - Registo das imparidades de dívidas a receber: 187 mil euros;

Por outro lado, destaca-se ainda a diferença de -6,19 milhões de euros (-49,7%) em Outros gastos e perdas face a 2015, explicada pela variação no reconhecimento de custos relacionados com exercícios anteriores registado em 2015 e que naturalmente não tiveram impacto em 2016.

Conforme se poderá constatar pelos dados apresentados no quadro 33, relativamente à variação dos Gastos com Pessoal, destaca-se essencialmente a reposição dos complementos de pensões a partir de 31 de março, dando cumprimento ao estabelecido no n.º 1 da Lei n.º 11/2016, de 4 de abril. Por outro lado, a redução em 1,01 milhões de euros nos outros gastos (-59,5%), deveu-se sobretudo ao decréscimo acentuado das indemnizações por despedimento (-71,1%).

Quadro 33 - Gastos com Pessoal

Un: €uros

Gastos com Pessoal	2016	2015	2014	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Remunerações	47 904 239	56 494 330	56 107 982	(8 590 091)	(15,2)
Complemento de Pensões	9 860 581	258 996	279 486	9 601 584	3 707,2
Responsabilidades c/ Pensões	7 629 313	7 669 186	9 977 961	(39 872)	(0,5)
Outros gastos	688 266	1 700 371	1 388 636	(1 012 105)	(59,5)
Total	66 082 399	66 122 884	67 754 065	(40 484)	(0,1)
Massa salarial	44 741 180	44 742 113	44 130 328	(933)	(0,0)

Os fornecimentos e serviços externos tiveram um decréscimo de cerca de 1,4 milhões de euros (-4,4%), devido essencialmente à redução em 2,2 milhões de euros em trabalhos especializados (-69,6%), justificado pela diminuição em cerca de 2,3 milhões de euros dos gastos com assistência jurídica nos processos judiciais relativos a Instrumentos financeiros de cobertura de risco (-95,6%).

Os resultados financeiros registaram uma variação positiva, na ordem dos 8,2 milhões de euros, justificada pela redução dos juros suportados com financiamentos de médio e longo prazo (-24,3%).

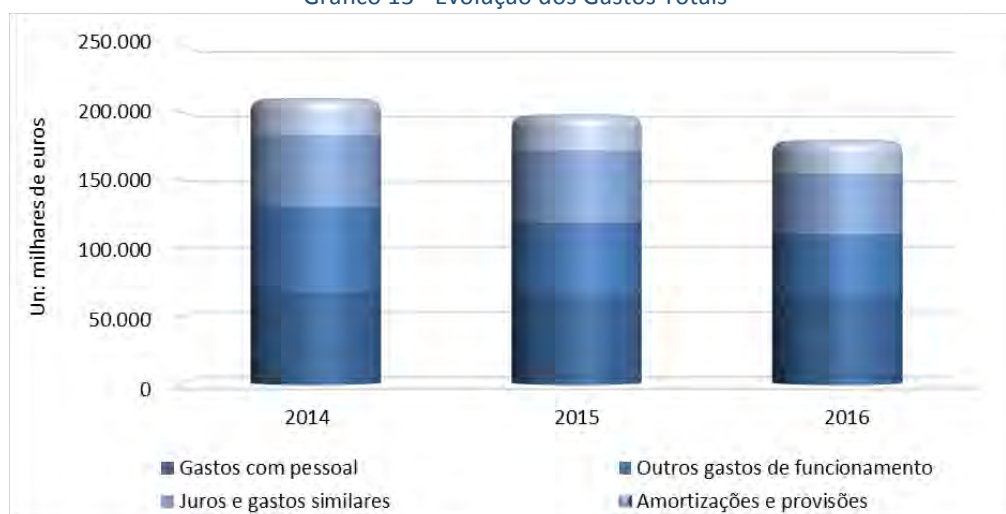
Quadro 34 - Resultados Financeiros

Un: €uros

Resultados financeiros	2016	2015	2014 (Reexpresso)	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Aplicações financeiras	36 028	159	4 631	35 869	22 574,5
Outros ganhos financeiros	1 061 192	1 243 609	7 520 772	(182 417)	(14,7)
Gastos financeiros de exploração	(44 391 928)	(52 320 579)	(52 434 378)	(7 928 651)	(15,2)
Juros suportados c/ financ. banc./DGTF	(19 288 463)	(19 139 083)	(22 040 031)	149 380	0,8
Juros a liquidar	(25 103 466)	(33 181 496)	(30 394 346)	(8 078 030)	(24,3)
Gastos locação financeira		(459 374)	(626 543)	(459 374)	(100,0)
	(43 294 709)	(51 536 185)	(45 535 517)	8 241 476	16,0

O gráfico seguinte mostra as reduções significativas registadas pelas grandes rubricas de gastos no período de 2014 a 2016, com maior incidência nos juros e gastos similares e nos outros gastos de funcionamento, onde se incluem os Fornecimentos e Serviços externos e o Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas. Constatase, assim, que o ML tem mantido o esforço no cumprimento do objetivo estabelecido no n.º 1 do artigo 61.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, através de medidas de otimização de recursos que permitam a redução nas principais rubricas de gastos operacionais.

Gráfico 13 - Evolução dos Gastos Totais



Pelo exposto, e conforme se demonstra no quadro seguinte, o ML superou o objetivo de redução dos gastos operacionais estabelecido para o período 2016/2010, em cumprimento do previsto no artigo acima mencionado (-15% no total de custos referido no quadro abaixo), atingindo a redução global de 23,4%.

Quadro 35 - Plano de Redução dos Gastos

RUBRICAS	2016	2015	2010	Un: milhares de euros	
				Var. 2016/2010	
				Abs.	%
Consumos	2 180	2 439	2 607	(427)	(16,4)
Fornecimentos e serviços externos	30 513	31 909	38 674	(8 161)	(21,1)
Gastos com pessoal	66 082	66 123	87 657	(21 575)	(24,6)
Total	98 776	100 471	128 938	(30 162)	(23,4)

9.6 Produtividade

Da análise do quadro 36, e apesar das dificuldades na gestão de pessoal, dado a redução do número de efetivos, tem sido possível ao ML manter a tendência de crescimento da oferta em resposta ao aumento do número de passageiros transportados, mesmo não sendo ainda viável melhorar os níveis de serviço, nomeadamente em termos de tempo de intervalo entre comboios.

Quadro 36 - Indicadores de Produtividade

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE	2014	2015	2016	Var. 2016/2015	
				Abs.	%
Ckm (Carruagens x km)/Efetivo Médio	15 214	15 899	17 341	1 442	9,1
LKO (Lugares x km)/Efetivo Médio	10 ³	1 947	2 035	188	9,1

A evolução positiva em termos de recursos disponíveis resulta essencialmente do reforço do processo de gestão integrada com a Carris, a que se juntou em 2015 o Grupo Transtejo, ao nível da integração dos colaboradores das áreas corporativas.



10. Governo Societário

Nos termos do novo regime jurídico do sector público empresarial, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas estão obrigadas a apresentar, anualmente, um relatório autónomo de boas práticas de governo societário, no qual deverá constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo Capítulo II do referido Decreto-Lei, sob epígrafe “Princípios de Governo Societário”.

Neste contexto, o Metropolitano de Lisboa dando cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do referido diploma, elabora um relatório de Governo Societário referente ao ano de 2016, que é publicado em documento autónomo.

Quadro 37 - Grelha resumo das boas práticas do governo societário

Relatório do Governo Societário		Identificação		Divulgação	
		S	N	S	N
I. Sumário Executivo		✓		✓	
II. Missão, objetivos e políticas		✓		✓	
III. Estrutura de Capital		✓		✓	
IV. Participações Sociais e Obrigações legais detidas		✓		✓	
V. Órgãos Sociais - Identificação e funcionamento		✓		✓	
A. Mesa da Assembleia Geral		✓		✓	
B. Administração e supervisão		✓		✓	
C. Fiscalização		✓		✓	
D. Revisor Oficial de Contas		✓		✓	
E. Auditor Externo		✓		✓	
VI. Organização Interna		✓		✓	
A. Estatutos e comunicações		✓		✓	
B. Controlo interno e gestão de riscos		✓		✓	
C. Regulamentos e códigos		✓		✓	
D. Deveres especiais de informação		✓		✓	
E. Sítio de internet		✓		✓	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral		✓		✓	
VII. Remunerações dos Órgãos Sociais		✓		✓	
A. Competência para a determinação		✓		✓	
B. Comissão de fixação de remunerações		✓		✓	
C. Estrutura e divulgação das remunerações		✓		✓	
D. Divulgação das remunerações		✓		✓	
VIII. Transações com partes relacionadas e Outras		✓		✓	
IX. Análise da Sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental		✓		✓	
X. Avaliação do Governo Societário		✓		✓	

11. Cumprimento de Orientações Legais

Dando cumprimento ao ofício circular n.º 1268 da Direção Geral de Tesouro e Finanças - “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016”, de 27 de fevereiro de 2017, apresenta-se detalhe da informação solicitada:

a) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

No âmbito dos princípios do Governo Societário, o art.º 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro determina o conteúdo e exercício da função Acionista, integrando a definição de orientações a aplicar no desenvolvimento da atividade empresarial e os principais objetivos de gestão e resultados a alcançar pelos titulares dos Órgãos de Gestão, nomeados para cada triénio.

Durante este exercício não se encontrava em vigor qualquer Contrato de Gestão para o mandato para o qual os membros que compõem o Conselho de Administração foram nomeados.

Quadro 38 – Grau de execução do Pannel de Indicadores do PAO 2016

INDICADORES DE ATIVIDADE		ANO 2016		Grau de Execução
		REAL	PAO	
Indicadores de PROCURA				
PT (Passageiros Transportados)	10 ³	153.191	141.724	108%
PKT (Passageiros x km)	10 ³	735.161	682.856	108%
Indicadores de OFERTA				
Ckm (Carruagens x km)	10 ³	23.739	24.924	95%
LKO (Lugares x km)	10 ⁶	3.039	3.190	95%
Qualidade de Serviço				
Regularidade	%	80,5	82,0	98%
Taxa de Ocupação	%	24,2%	21,4%	113%
INDICADORES DE RH				
Nº de efetivos a 31.Dez	Un.	1.363	1.368	100%
Número médio de efetivos	Un.	1.369	1.378	99%
Massa Salarial	m€	44.741	46.333	97%
Indemnizações por Rescisão	m€	372	900	41%
ESTRUTURA ACIONISTA				
Total do Capital Social	M€	2.176,5	2.958,3	74%
Cap. Social detido pelo Estado	%	100	100	100%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL				
Ativo não corrente	M€	5.229,1	5.160,2	101%
Ativo corrente	M€	77,9	99,0	79%
Total Ativo	M€	5.307,0	5.259,2	
Capital Próprio	M€	412,6	1.190,7	35%
Passivo	M€	4.894,4	4.068,5	120%
Total Capital Próprio e Passivo	M€	5.307,0	5.259,2	
INVESTIMENTOS				
Infraestruturas de Longa Duração	M€	5,2	14,9	35%
Renovação e Beneficiação de Frota	M€	0,0	0,0	-
Outros Investimentos	M€	0,2	2,6	7%
FCFB (INVESTIMENTO)	M€	5,4	17,5	31%
INDICADORES DE ESTRUTURA				
Passivo Remunerado	M€	3.487,2	2.718,2	128%
Autonomia Financeira %	%	7,8%	22,6%	34%
Solvabilidade %	%	8,4%	29,3%	29%
INDICADORES FINANCEIROS				
Prazo médio de pagamentos (PMP)	Dias	22	20	111%
Volume de Negócios	M€	101,2	95,0	107%
EBITDA (corrigido) ¹	M€	1,264	(7,442)	-17%
Margem do EBITDA	%	1,2%	-7,8%	-16%
Rendimentos Operacionais ²	M€	106,3	97,9	109%
Gastos Operacionais (s/ indemnizações por rescisão) ³	M€	97,0	114,1	85%
Gastos Operacionais por Passageiro Transportado	€	0,63	0,81	79%
Taxa de Cobertura dos Gastos Operacionais	%	109,5%	85,8%	128%

1) Exclui Provisões e efeitos extraordinários

2) Exclui Reversões, Ajustamentos e Subsídios ao investimento

3) Exclui Provisões + Ajustamentos + Amortizações + Complementos de reforma



Quadro 39 – Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE

	Rubrica	Orçamento	Realização	Grau de execução	Justificação
R06.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.060.902,00 €	2.060.902,00 €	100,0%	
R07.02	02-SERVIÇOS	101.787.361,00 €	110.559.101,00 €	108,6%	Relativamente à receita tarifária verificou-se, no acumulado a dezembro e em relação ao estimado, um aumento de cerca de 8% justificado essencialmente pelo aumento dos títulos ocasionais.
R08.01	01-OUTRAS	1.907.247,00 €	368.652,00 €	19,3%	A baixa realização dos reembolsos de IVA, justificase pelo baixo grau de execução do investimento, que se cifrou em 5,4 M €, a que corresponde 31% do valor estimado.
R09.03	03-EDIFÍCIOS	23.258,00 €	0,00 €	0,0%	
R09.04	04-OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	10.772.442,00 €	10.772.442,00 €	100,0%	
R10.03	03-ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.700.000,00 €	1.186.881,00 €	69,8%	Devido ao rateio aplicado pela SGMA o valor a receber de PIDDAC pelo ML foi reduzido.
R10.09	09-RESTO DO MUNDO	1.089.193,00 €	483.244,00 €	44,4%	Parte da despesa submetida ao Fundo de Coesão não foi aprovada.
R12.07	07-OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	369.206.500,00 €	358.409.543,00 €	97,1%	Dado ter sido possível receber a verba relativa à aquisição de pontões pela TT não foi necessária a totalidade da dotação DGTf prevista.
D01.01	01-REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	41.564.801,00 €	41.916.499,00 €	100,8%	
D01.02	02-ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	3.843.094,00 €	3.066.263,00 €	79,8%	O desvio explica-se pelo baixo valor realizado de indemnizações para despedimento (239 mil euros), que representaram 27% do valor orçamentado (900 mil euros).
D01.03	03-SEGURANÇA SOCIAL	10.969.466,00 €	20.823.376,00 €	189,8%	Fazer face à reposição dos complementos de reforma, aprovados pela Lei 11/2016. Este valor não foi previsto no orçamento por indicação da Tutela e foi suprido através da utilização do saldo de gerência.
D02.01	01-AQUISIÇÃO DE BENS	3.551.909,00 €	3.578.319,00 €	100,7%	
D02.02	02-AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	38.068.912,00 €	39.282.583,00 €	103,2%	
D03.05	05-OUTROS JUROS	112.059.587,00 €	113.515.289,00 €	101,3%	
D03.06	06-OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	1.266.476,00 €	105.633,00 €	8,3%	O desvio está apenas relacionado com o ajustamento do tipo de despesa incluído nesta rubrica, nomeadamente, cauções, avais e juros de swaps que passaram a estar incluídos na rubrica D03.05.
D06.02	02-DIVERSAS	450.775,00 €	5.381.459,00 €	1193,8%	Não foi previsto no OE 2016 o pagamento de impostos, embora na realidade o ML entregue praticamente todos os meses IVA ao Estado.
D07.01	01-INVESTIMENTOS	6.657.322,00 €	223.381,00 €	3,4%	Devido a atrasos/problemas no processo de contratação pública não foram efetuadas as intervenções previstas nas estações C. Militar, Carnide, Areeiro, C. Sodré e Olivais. Também ainda não foram totalmente concluídos os trabalhos na nova estação Reboleira, nomeadamente a nível de arranjos exteriores.
D07.02	02-LOCAÇÃO FINANCEIRA	10.929.116,00 €	7.333.746,00 €	67,1%	O pagamento da renda de leasing financeiro com vencimento em 02 de janeiro de 2016 foi efetuada em dezembro de 2015.
D07.03	03-BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	16.102.244,00 €	9.855.732,00 €	61,2%	Devido a atrasos/problemas no processo de contratação pública não foram efetuadas as intervenções previstas nas estações C. Militar, Carnide, Areeiro, C. Sodré e Olivais.
D10.06	06-EMPRÉSTIMOS A MEDIO E LONGO PRAZOS	229.233.944,00 €	229.233.944,00 €	100,0%	

b) Gestão do Risco Financeiro e Limites de crescimento do endividamento

No ponto “Evolução da taxa de juro implícita” deste relatório procede-se à divulgação prevista no Despacho n.º 101/09-SETF, de 30 de janeiro relativa à evolução dos gastos de financiamento e da taxa média de juro anual dos últimos 5 anos.

Quadro 40 - Financiamento

Anos	2016	2015	2014	2013	2012
Encargos Financeiros (€)	116 271 878	91 461 531	95 459 528	582 068 223	206 083 767
Taxa Média de Financiamento (%)	3,24	3,29	3,63	3,79	4,58

Nos termos definidos no n.º 2 do artigo 31º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, com retificação n.º 10/2016, de 25 de maio, que aprovou o Orçamento de Estado para 2016, o limite máximo de crescimento do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado, foi fixado em 3%.

Quadro 41 - Variação do endividamento

	2016	2015	2014	2013
Financiamento Remunerado	3 487 193 585	3 723 677 187	3 823 438 755	4 280 827 560
Dotação de Capital	358 409 543	189 272 225	549 683 716	475 429 039

Variação do endividamento

2,47%

Conforme demonstrado no quadro anterior o Metropolitano de Lisboa cumpriu o objetivo determinado na lei do OE, de não agravamento superior a 3% dos níveis de endividamento do setor público empresarial.

Quadro 42 - Passivo remunerado

Un: Euros

Passivo remunerado	Valores (€)				Variação 2016/2015	
	2016	2015	2014	2013	Valor	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	3.487.193.585	3.723.677.187	3.823.438.755	4.280.827.560	-236.483.602	-6,4
- dos quais concedidos pela DGTF	1.206.262.385	1.206.262.385	1.206.262.385	1.571.890.846	0	0,0
Aumentos de Capital por Dotação	358.409.543	189.272.225	211.326.846	475.429.039	169.137.318	89,4
Aumento de Capital por conversão de créditos	0	0	338.356.870	0	0	-
Endividamento ajustado	3.845.603.128	3.912.949.412	4.373.122.471	4.756.256.599	-67.346.284	-1,7

O endividamento do ML diminuiu 6,4%, cifrando-se o passivo remunerado nos 3.487 milhões de euros.

c) Prazo médio de pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, é a que consta da tabela abaixo.

Quadro 43 - Prazo médio de pagamentos a fornecedores

PMP	2016	2015	Variação 16/15	
			Valor	%
Prazo (dias)	22	20	2	11,1



d) Pagamentos em atraso (“arrears”)

Mapa demonstrativo da posição em 31 de dezembro de 2016 das contas a pagar, com evidência das dívidas vencidas e dos pagamentos em atraso, conforme definido no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

Quadro 44 - Pagamentos em atraso

Dívidas Vencidas	Valor (€) 0-90 dias	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	2.071.000	377	688	6.745	24.160
Aquisições de Capital	5.403	0	11.119	0	172.883
Total	2.076.403	377	11.807	6.745	197.044

O controlo dos Pagamentos em Atraso é um dos requisitos críticos da aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aplicável ao Metropolitano de Lisboa desde de janeiro de 2012, em consequência da reclassificação desta entidade no perímetro de consolidação das contas públicas, como Serviço e Fundo Autónomo.

Para efeitos do cálculo dos Fundos Disponíveis, é determinante a avaliação da condição da entidade, no âmbito da detenção ou não de pagamentos em atraso, em conformidade com o disposto na LCPA.

e) Recomendações do Acionista

No cumprimento dos deveres especiais de informação e das recomendações periodicamente remetidas pelo acionista, o Metropolitano de Lisboa procura reportar atempadamente toda a informação e esclarecimentos solicitados.

Considerando que as contas de 2014 e 2015 desta entidade ainda não foram aprovadas pelo Acionista, não foram transmitidas à Empresa recomendações específicas que mereçam referência neste ponto.

f) Remunerações dos órgãos sociais**Conselho de Administração – Mandato que terminou em 31/dezembro/2016**

Quadro 45 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente	Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	RCM n.º 1-A/2016	07-01-2016	Não	n.d.	D	1
2016-2018	Vogal 1	Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	RCM n.º 1-A/2016	07-01-2016	Não	n.d.	D	1
2016-2018	Vogal 2	Dr. José Realinho de Matos	RCM n.º 1-A/2016	07-01-2016	Não	n.d.	D	1
2016-2018	Vogal 3	Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	RCM n.º 1-A/2016	07-01-2016	Não	n.d.	D	1
2016-2018	Vogal 4	Dr. António Manuel Domingues Pires	RCM n.º 1-A/2016	07-01-2016	Não	n.d.	D	1

OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Quadro 46 - Acumulação de funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e	Gerente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Presidente	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Presidente	Público
Dr. José Realinho de Matos	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de	Presidente	Público
Dr. António Manuel Domingues Pires	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público

Quadro 47 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração Mensal Bruta	
	(S/N)	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Realinho de Matos	S	A	1.526,07	610,43
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	A	1.526,07	610,43
Dr. António Manuel Domingues Pires	S	A	1.526,07	610,43

Quadro 48 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) + (5)
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	40.923,01	-	40.923,01	4.590,99	1.543,51	37.875,53
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	32.615,95	-	32.615,95	3.663,51	1.235,15	30.187,59
Dr. José Realinho de Matos	32.626,67	-	32.626,67	3.670,14	1.231,61	30.188,14
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	31.647,87	-	31.647,87	3.601,89	1.220,25	29.266,23
Dr. António Manuel Domingues Pires	32.472,83	-	32.472,83	3.660,88	1.232,53	30.044,47
			170.286,32	19.187,41	6.463,05	157.561,96

Quadro 49 - Benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual	Encargo Anual	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Identificar	Valor
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	9,54	721,86	CGA	8.954,60	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	0,00
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	9,54	731,40	CGA	7.127,43	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	208,47
Dr. José Realinho de Matos	9,54	769,56	SS	7.217,32	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	208,55
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	9,54	731,40	CGA	6.954,39	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	0,00
Dr. António Manuel Domingues Pires	9,54	744,12	SS	7.169,69	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	208,49
		3.698,34		37.423,43	0,00	0,00		625,51

Quadro 50 – Encargos com viaturas

Membro do CA	Encargos com Viaturas - 2016								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	S	S	42.750,00	ALD	2010	2014	Viatura adquirida pela CARRIS no final do contrato		
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	S	S	26.317,93	ALD	2011	2014	Viatura pertencente ao METRO, adquirida por esta empresa no final do contrato		
Dr. José Realinho de Matos	S	S	42.520,48	ALD	2015	2018			24
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	S	S	42.822,00	ALD	2010	2014	Viatura adquirida pela CARRIS no final do contrato		
Dr. António Manuel Domingues Pires	S	S	45.305,00	ALD	2010	2015			0

Quadro 51 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias			141,85			
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso			145,97			
Dr. José Realinho de Matos			0,00			
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos			0,00			
Dr. António Manuel Domingues Pires			37,59			
						0,00

Conselho de Administração – Mandato que terminou em 6/janeiro/2016

Quadro 52 - Identificação dos membros do Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			N.º de mandatos
			Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2015-2017	Presidente	Eng. Rui Lopes Loureiro	RCM n.º 4/2015	08-01-2015	Não	n.d.	D	1
2015-2017	Vogal 1	Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	RCM n.º 4/2015	08-01-2015	Não	n.d.	D	1
2015-2017	Vogal 2	Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	RCM n.º 4/2015	08-01-2015	Não	n.d.	D	1
2015-2017	Vogal 3	Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	RCM n.º 4/2015	08-01-2015	Não	n.d.	D	1
2015-2017	Vogal 4	Dr. José Rui Roque	RCM n.º 4/2015	08-01-2015	Não	n.d.	D	1

(1) RCM – Resolução do Conselho de Ministros n.º 4/2015, de 14 de janeiro.

OPRLO – Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Quadro 53 - Acumulação de funções

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Eng. Rui Lopes Loureiro	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Presidente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Presidente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Presidente	Público
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	FERCONSULT – Consultoria, Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, S.A.	Vogal	Público
	TREM – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
	TREM II – Aluguer de Material Circulante, A.C.E.	Vogal	Público
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	CARRISTUR – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade unipessoal, Lda.	Gerente	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público
Dr. José Rui Roque	CARRISBUS – Manutenção, Reparação e Transportes, S.A.	Vogal	Público
	METROCOM – Exploração de Espaços Comerciais, S.A.	Vogal	Público

Quadro 54 - Estatuto do Gestor Público

Membro do CA	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação [A/B/C]	Remuneração Mensal Bruta	
			Vencimento mensal	Despesas representação
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	A	1.907,58	763,03
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	A	1.526,07	610,43
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	A	1.526,07	610,43
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	A	1.526,07	610,43
Dr. José Rui Roque	S	A	1.526,07	610,43

Quadro 55 - Remuneração anual dos membros do Conselho de Administração

Membro do CA	Remuneração Anual - 2016 (€)					
	Fixa	Variável	Valor Bruto	Reduções Remuneratórias	Reversões Remuneratórias	Valor Bruto Final
	(1)	(2)	(3) = (1) + (2)	(4)	(5)	(6) = (3) - (4) + (5)
Eng. Rui Lopes Loureiro	5.488,15	-	5.488,15	792,37	207,19	4.902,96
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	6.564,55	-	6.564,55	949,13	248,36	5.863,78
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	4.173,71	-	4.173,71	602,47	157,51	3.728,76
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	6.157,60	-	6.157,60	890,12	232,90	5.500,37
Dr. José Rui Roque	4.580,66	-	4.580,66	661,47	172,98	4.092,17
			26.964,68	3.895,57	1.018,94	24.088,05

Quadro 56 - Benefícios sociais

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante Pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Eng. Rui Lopes Loureiro	9,54	50,88	SS	1.167,89	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	39,09
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	9,54	19,08	SS	1.393,93	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	46,66
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	9,54	54,06	SS	889,23	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	29,77
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	9,54	60,42	SS	1.310,41	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	43,86
Dr. José Rui Roque	9,54	44,52	SS	974,89	-	-	Seguro de acidentes de trabalho	32,63
		228,96		5.736,35	0,00	0,00		192,02

Quadro 57 – Encargos com viaturas

Encargos com Viaturas - 2016									
Membro do CA	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
Eng. Rui Lopes Loureiro	S	20/01/2010	42.750,00	ALD	2010	2014	Viatura adquirida pela CARRIS no final do contrato		
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	S	16/06/2011	26.317,93	ALD	2011	2014	Viatura pertencente ao METRO, adquirida por esta empresa no final do contrato		
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	S	15/01/2015	42.520,48	ALD	2015	2018			24
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	S	05/08/2010	42.822,00	ALD	2010	2014	Viatura adquirida pela CARRIS no final do contrato		
Dr. José Rui Roque	S	05/03/2010	45.305,00	ALD	2010	2015			0

Quadro 58 - Gastos anuais associados a deslocações em serviço

Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)						
Membro do CA	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Eng. Rui Lopes Loureiro						0,00
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas						0,00
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos						0,00
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo						0,00
Dr. José Rui Roque						0,00
						0,00

Conselho Fiscal

Quadro 59 - Identificação dos membros do Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de mandatos
			Forma (1)	Data		
2012-2014	Presidente	Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	DC SETF e SEOPTC	05-10-2012	801,10	
2012-2014	Vogal Efetivo	Dr. José Carlos Pereira Nunes	DC SETF e SEOPTC	05-10-2012	603,89	
2012-2014	Vogal Efetivo	Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	DC SETF e SEOPTC	05-10-2012	603,89	
2012-2014	Vogal Suplente	Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes	DC SETF e SEOPTC	05-10-2012	-	

(1) De acordo com o Despacho Conjunto de 5 de outubro de 2012 da Senhora Secretária de Estado do Tesouro e do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Quadro 60 - Remuneração anual

Nome	Remuneração Anual (€)			
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Dr. José Emílio Coutinho Garrido Castel-Branco	4.486,28	548,75	277,18	4.214,71
Dr. José Carlos Pereira Nunes	8.412,47	569,23	341,54	8.184,79
Dra. Maria Onilda Oliveira Sousa	8.412,47	560,12	336,06	8.188,42
Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais	0,00	0,00	0,00	0,00
				20.587,91

(2) e (3) - reduções e reversões remuneratórias previstas na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e na Lei n.º 159-A/2015, de 30 de setembro

Revisor Oficial de Contas (ROC)

Quadro 61 - Identificação do SROC/ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Data do contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º Registo na CMVM	Forma	Data			
2015-2017	SROC	Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda. representada por:	74	20161409	Despacho	18-03-2015		1	1
	ROC Efetivo	Dr. José Luís Areal Alves da Cunha	585	20160240					
	ROC Suplente	Dr. Abílio Ançã Henriques	413	20160121					

* Nomeado por Despacho Conjunto dos Ministérios das Finanças e da Economia, de 18 de março de 2015.

Quadro 62 - Remuneração anual

Nome (ROC/FU)	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)				
	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final	Identificação do Serviço	Valor	Reduções	Reversão	Valor Final
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)		(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)+(3)
Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC	17.536,88	0,00	0,00	17.536,88					0,00

g) Remunerações do Auditor Externo

Quadro 63 - Identificação e remuneração do auditor externo

Identificação do Auditor Externo			Data da Contratação	Duração do Contrato	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome Auditor Externo	N.º OROC	N.º CMVM				
Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por:	43	20161389	22/10/2013			
Dr. Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes	1207	20160818				

Nome Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2016 (€)				Identificação do Serviço	Valor Anual de Serviços Adicionais - 2016 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)		Valor (1)	Reduções (2)	Reversão (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Deloitte & Associados, SROC, S.A.	20.000,00			20.000,00	Consultadoria fiscal	1.712,50			1.712,50
				0,00					0,00

h) Remunerações dos restantes trabalhadores

Dando cumprimento ao estatuído no art.º 18.º (Prorrogação de efeitos), da Secção I, Capítulo III, da Lei N.º 7-A/2016, de 30 de março (Lei do Orçamento de Estado para 2016) concretizou-se a reversão de 20%, por trimestre, dos efeitos da norma de redução remuneratória, tendo o seu efeito sido eliminado a partir de outubro de 2016.

Ainda de acordo com o estabelecido na LOE, o Metropolitano de Lisboa procedeu à aplicação do regime remuneratório em vigor na Administração Pública, relativamente a algumas remunerações adicionais, bem como à não atribuição de aumentos salariais ou outros complementos remuneratórios adicionais.

De acordo com o n.º 1 da Lei n.º 11/2016, de 4 de abril – Reposição dos complementos de pensão no sector público empresarial, a partir da entrada em vigor da LOE foi reposto o pagamento de todos os complementos de pensão nas empresas do sector público empresarial aos trabalhadores no ativo e aos antigos trabalhadores aposentados, reformados e demais pensionistas, com efeitos a 31 março de 2016.

i) Estatuto do Gestor Público

Em 2016, nos termos dos art.ºs 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, não houve lugar à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento pelos membros do Conselho de Administração, tendo por objetivo a realização de despesas ao serviço da Empresa, nem qualquer reembolso de despesas no âmbito do conceito de representação pessoal.

Conselho de Administração – Mandato que terminou em 31/dezembro/2016

Quadro 64 - Gastos com comunicações móveis

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	80,00	460,11	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	80,00	337,00	
Dr. José Realinho de Matos	80,00	504,27	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	80,00	144,64	
Dr. António Manuel Domingues Pires	80,00	1.795,40	
		3.241,42	

Quadro 65 - Gastos anuais associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng.º Tiago Alexandre Lopes Farias	190,76	1.585,78	587,05	2.172,83	
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso	152,61	952,47	390,67	1.343,14	
Dr. José Realinho de Matos	152,61	720,18		720,18	
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos	152,61	640,01	288,58	928,59	
Dr. António Manuel Domingues Pires	152,61	1.636,51	627,26	2.263,77	

Conselho de Administração – Mandato que terminou em 6/janeiro/2016

Quadro 66 - Gastos com comunicações móveis

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Eng. Rui Lopes Loureiro	80,00	0,00	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	80,00	0,00	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	80,00	149,92	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	80,00	0,00	
Dr. José Rui Roque	80,00	269,82	
		419,74	

Quadro 67 - Gastos anuais associados a viaturas

Membro do CA	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Eng. Rui Lopes Loureiro	190,76			0,00	
Dr. Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	152,61			0,00	
Dr. Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	152,61			0,00	
Dr.ª Maria Manuela Bruno de Figueiredo	152,61			0,00	
Dr. José Rui Roque	152,61			0,00	

j) Despesas não documentadas

O ML cumpriu o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não tendo realizado despesas não documentadas.

k) Princípio de Igualdade de Género

Os Planos de ação para a igualdade das empresas Carris e ML foram elaborados para vigorar nos períodos 2012-2015 e 2013-2015, respetivamente. Relativamente ao Grupo Transtejo este plano de ação era inexistente.

Com a gestão integrada das empresas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, verificou-se que o estado de desenvolvimento da documentação produzida em questões de igualdade não era equivalente, pelo que nesta conjuntura o plano de ação a elaborar para o triénio 2016/2018 para o conjunto das quatro empresas não se concretizou.



Contudo, considerou-se alinhar as respetivas empresas, agrupando o Grupo Transtejo à Carris e à ML no protocolo efetuado com a CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), na qualidade de parceiros, ao abrigo do Acordo de Adesão, ao “Fórum Empresas para a Igualdade de Género - O nosso compromisso”.

Neste sentido, o Conselho de Administração para o conjunto de empresas assumiu os compromissos definidos de melhoria que se consubstanciam em medidas e/ou práticas em matéria de Igualdade de Género, conforme vertidos em anexo ao Acordo de Adesão ao Fórum Empresas para a Igualdade, mediante a assinatura do mesmo, em sessões distintas (janeiro e dezembro de 2016).

De acordo com o conjunto de obrigações comunitárias e internacionais estabelecidas para os Estados membros da União Europeia, bem como as obrigações estabelecidas a nível nacional para o Sector Empresarial do Estado no âmbito da igualdade de género, cuja prossecução apela a uma cultura efetiva de igualdade de género, cidadania e de direitos humanos nas diversas empresas e associações empresariais, é de salientar que o Metropolitano de Lisboa, a pedido do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), com a colaboração da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), enviaram a sua resposta ao inquérito destinado a monitorizar a aplicação do regime jurídico do Sector Empresarial do Estado, no que se refere à implementação de planos para a igualdade, conforme previsto no “V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação 2014-2017”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2013, de 31 de dezembro.

l) Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

No ano de 2016, e em cumprimento das obrigações legais, foi elaborado o Relatório de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC) referente ao ano de 2015 e enviado ao Conselho de Prevenção da Corrupção e aos órgãos de superintendência, tutela e controlo (*vide ponto 7.4 - Auditoria Interna e Gestão do Risco*).

m) Contratação Pública

Em 2016, o ML aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico.

O ML respeitou igualmente as orientações constantes da Recomendação n.º 1/2015, de 7 de janeiro, do Conselho de Prevenção contra a Corrupção (Tribunal de Contas), transmitidas através do ofício circular n.º 4766, de 10 de Agosto, bem como do Despacho n.º 438/10-SETF, de 10 de maio, transmitidas através do ofício circular n.º 6132, de 6 de agosto de 2010. A Empresa cumpriu ainda todas as normas aplicáveis no que respeita à contratação, designadamente as relativas à auscultação da Agência de Modernização Administrativa nas aquisições de bens e serviços abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de Maio, na redação dada pela Lei n.º 83-C/2014, de 31 de Dezembro, bem como pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 6 de Agosto, bem como nos pedidos de autorização para a assunção de compromissos plurianuais exigidos pelo artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março e pelo artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

Internamente, o ML cumpriu o previsto no Manual do Processo de Compras, tendo ainda sido tramitadas, de forma a promover maior transparência, as pequenas aquisições através de uma aplicação web desenvolvida para o efeito que assegura a confidencialidade das propostas até ao termo do prazo para a sua apresentação.

Em 2016, o ML apenas celebrou um contrato de valor superior a cinco milhões de euros, relativo à “Aquisição de Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica em AT – Alta Tensão, MT – Média Tensão e BTE – Baixa Tensão Especial para as Instalações do Metropolitano de Lisboa, E.P.E” - Proc. n.º Proc. n.º 77/2015 - DLO/C-M-T.

Com efeito, celebrou-se com a EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A. o Contrato n. M027/16 no valor de 8.082.375,08 euros.

Os efeitos do presente contrato ficaram dependentes da verificação da condição suspensiva de concessão do visto prévio pelo Tribunal de Contas, nos termos do disposto no artigo 45.º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, alterada e republicada pela Lei nº 20/2015 de 9 de março, com as alterações introduzidas pelas leis nº. 48/2006, de 29 de agosto, nº. 35/2007, de 13 de Agosto; nº 3-B/2010, de 28 de Abril; nº. 61/2011, de 7 de Dezembro e n. 2/2012, de 6 de janeiro.

n) Sistema Nacional de Compras Públicas (SNPC)

Nesta matéria, desde 2010 que o ML implementa as medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010-2013, tendo aderido voluntariamente ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

De referir que, no âmbito do novo modelo organizacional, a área de Gestão Corporativa responsável pela Logística passou a centralizar os procedimentos de contratação das várias empresas, procurando, sempre que possível, obter as melhores condições na aquisição de bens e serviços para as empresas Carris, Metro, Transtejo e Soflusa, procedendo à contratação com recurso à modalidade de agregação de entidades adjudicantes.

o) Frota Automóvel

No cumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 96º da Lei n.º 18/2016, de 13 de abril, manteve-se em 2016 o esforço de redução de gastos associados à gestão da frota de veículos do ML, resultante das sinergias com as outras empresas.

O quadro que se segue resume o parque total de veículos do ML em 2016:

Quadro 68 - Parque de veículos do ML

Parque de veículos do ML	Ano 2016	Ano 2015	Ano 2014	Var. 2016/2015	
				V. Abs.	%
1. N.º de veículos adquiridos	0	0	0	0	-
2. N.º de veículos abatidos	0	0	0	0	-
3. N.º de veículos atribuídos	38	38	41	0	0,0%
3.1 Conselho de Administração	1	1	1	0	0,0%
3.2 Cargos de chefia	11	11	19	0	0,0%
3.3 Outros (1):	26	26	21	0	0,0%

(1) Viaturas da pool e frota operacional, incluindo piquete, manutenção e obras.

Nota: Existem ainda outras duas viaturas presentemente avariadas, não incluídas no parque de veículos do ML.

p) Plano de Redução de Gastos Operacionais

A Circular n.º 5536 da Direção-Geral do Tesouro e Finanças referente às “Instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2016” estabeleceu os seguintes “Princípios Financeiros” de referência para o exercício, em conformidade com o estabelecido no art.º 31.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março:

- EBITDA tendencialmente nulo (para as empresas deficitárias);
- Redução de custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal, sem indemnizações por rescisão contratual), no seu conjunto, em 15% relativamente a 2010.
- Manutenção dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento e comunicações, ao nível do real de 2014 ou 2015 (o que apresentasse o menor valor);

No cumprimento dos objetivos determinados, em 2016 foi mantido o foco da gestão na aplicação de medidas de contenção de gastos de funcionamento. O desempenho do Metro no exercício 2016 foi o seguinte:

Quadro 69 - Plano de redução de custos^{15 16}

PRC	Meta	2016	2015	2014	2010	Var. 2016/2015		Var. 2016/2010	
		Exec.	Exec.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA *		-1.194.478	-8.850.817	12.951.880	-31.832.634	7.656.339	86,5	30.638.156	96,2
(1) CMVMC		2.180.092	2.439.098	2.639.558	2.606.599	-259.006	-10,6	-426.506	-16,4
(2) FSE		30.513.040	31.909.157	31.322.369	38.674.372	-1.396.117	-4,4	-8.161.332	-21,1
(3) Gastos com Pessoal		66.082.399	66.122.884	67.754.065	87.656.931	-40.485	-0,1	-21.574.532	-24,6
(4) Indemnizações pagas por rescisão		371.709	1.354.241	969.221	0	-982.532	-72,6	371.709	-
(5) Impacto da reversão das reduções remuneratórias		n.d.	n.d.	n.d.	n.a.	-	-	-	-
(6) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)-(4)-(5)	Redução em 15%, face a 2010	98.403.823	99.116.898	100.746.771	128.937.901	-713.075	-0,7	-30.534.078	-23,7
(7) Volume de negócios (VN)**		99.241.786	91.981.280	89.900.742	66.986.884	7.260.506	7,9	32.254.902	48,2
(8) Peso dos Gastos / VN (6)/(7)	Redução face a 2015	0,99	1,08	1,12	1,92	-0,09	-8,0	-0,93	-48,5
Gastos com comunicações (FSE)	= a 2014 ou 2015 (o que apresentar < valor)	68.430	61.375	80.843	159.926	7.055	11,5	-91.496	-57,2
Gastos com Deslocações/Alojamento (FSE)	= a 2014 ou 2015 (o que apresentar < valor)	12.498	16.613	22.414	51.087	-4.115	-24,8	-38.589	-75,5
Gastos com Ajudas de Custo (G c/ pessoal)	= a 2014 ou 2015 (o que apresentar < valor)	913	6.294	2.333	0	-5.380	-85,5	913	-
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)		1.371	1.389	1.432	n.a.	-18	-1,3	n.a.	n.a.
Número de Órgãos Sociais (OS)		8	8	6	n.a.	0	0,0	n.a.	n.a.
N.º de Cargos de Direção (CD)		11	10	17	n.a.	1	10,0	n.a.	n.a.
Número de Trabalhadores (sem OS e sem CD)		1.352	1.371	1.409	1.525	-19	-1,4	-173	-11,3
N.º Trabalhadores / N.º CD		123	137	83	n.a.	-14	-10,4	n.a.	n.a.
N.º de Viaturas	Redução face ao ano anterior	38	38	38		0	0,0	38	-
Gastos com Viaturas	= a 2014 ou 2015 (o que apresentar < valor)	117.369	127.020	175.949	n.a.	-9.652	-7,6	n.a.	n.a.

* Corrigido de provisões, imparidades e aumentos/reduções de justo valor

** Corrigido de subsídios à exploração e de indemnizações compensatórias

¹⁵ As “ajudas de custo” até 2012 não se encontram identificadas por estarem numa conta contabilística agregada.

¹⁶ Foram retirados aos “gastos com o pessoal” os efeitos dos custos associados ao “plano de pensões”.

q) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Desde 2 de janeiro de 2007 que o ML mantém uma conta aberta junto do IGCP, tendo aplicado junto desta entidade pública os seus excedentes de tesouraria pontuais, conforme previsto no art.º 86.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março. Contudo, considerando que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função Acionista, em 2016 o ML pediu dispensa do princípio de unidade de tesouraria, invocando argumentos de ordem operacional, relacionados com a logística de venda de títulos, dispensa esta que foi autorizada para o ano de 2016 e extensível a 2017.¹⁷

Quadro 70 – Unidade de Tesouraria do Estado

UTE	2016
Disponibilidades em 31-12-2016	24.958.140,35
<i>Depositadas no IGCP</i>	24.642.539,60
<i>Outras</i>	315.600,75
Disponibilidades no IGCP (%)	98,7%

Quadro 71 – Disponibilidades na Banca Comercial

Banca Comercial	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
<i>Banco Português de Investimento</i>	1.556.496,91	3.288.214,33	931.601,52	280.760,79
<i>Banco Santander Totta</i>	1.531,18	9.981,85	14.583,61	5.601,52
<i>Banco Bilbao Vizcaya Argentaria</i>	13.004,31	21.560,13	33.133,38	15.116,65
<i>Caixa Banco Investimento</i>	342,08	342,08	342,08	3.158,08
<i>Millennium BCP</i>	382.635,67	-34.217,79	-36.255,34	2.086,52
<i>Caixa Geral de Depósitos</i>	3.371.440,13	904.617,13	3.254.756,76	3.661,63
<i>Montepio Geral</i>	0,00	67,65	0,00	0,00
<i>Deutsche Bank</i>	3.282,69	3.282,69	3.282,69	3.282,69
<i>Haitong Bank (antigo BES Investimento)</i>	1.994,37	1.932,87	1.932,87	1.932,87
Total	5.330.727,34	4.195.780,94	4.203.377,57	315.600,75
Juros auferidos	0,00	0,00	0,00	0,00

r) Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Na sequência das “recomendações” constantes do relatório de auditoria do Tribunal de Contas, cumpre salientar que o cumprimento de algumas das recomendações se encontra fortemente condicionada pela situação económica e financeira que atravessamos, pelo quadro legal vigente.

Neste sentido, relativamente a cada uma das recomendações efetuadas, informamos as medidas tomadas e os resultados obtidos para cada uma, nos quadros seguintes:

¹⁷ Despacho n.º 731/16 - SEATF

Quadro 72 - Cumprimento das recomendações do TC I

Cumprimento das recomendações do TC	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 1:					
Quantificação nas demonstrações financeiras da gratuidade do transporte aos trabalhadores e familiares	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 2:					
Formalização e imputação do pagamento do serviço de transporte aos trabalhadores da Ferconsult	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 3:					
Eliminação da circulação ilegal de passageiros de outras transportadoras	X			O ML promoveu o integral cumprimento desta norma.	Concluído
Recomendação 4:					
Implementação da depreciação contabilística das ILD		X		Por decisão da tutela, em 2014 as ILD passaram a figurar no balanço, mas sem contabilização de amortizações.	Esta recomendação apenas poderá ser ultrapassada com a alteração do contrato de concessão com o Estado.
Recomendação 5:					
Revisão do Acordo de Empresa com vista à eliminação de subsídios, benefícios e prémios sem relação com o aumento de produtividade ou a qualidade		X		-	Os Acordos de Empresa (AE I e AE II) existentes mantiveram-se em vigor em 2016, pelo que não houve alterações nesta matéria.
Recomendação 6:					
Revisão do Acordo de Empresa no sentido de fixar um limite para a atribuição do complemento de pensões	X			-	Os trabalhadores admitidos para a empresa após 31 de dezembro 2003 não se encontram abrangidos pelo pagamento de complemento de reforma e de sobrevivência.
Recomendação 7:					
Diminuição do absentismo dos trabalhadores com funções operacionais e de condução do material	X			Em janeiro de 2013, foi feito o balanço do projeto "Menos Absentismo, Mais Produtividade" com a avaliação do impacto das medidas realizadas.	Concluiu-se que é importante retomar as medidas de intervenção que se mostraram mais eficazes, visando a continuação da tendência para a redução da taxa de absentismo.
Recomendação 8:					
Revisão e contabilização dos montantes atribuídos ao CCD	X			-	Já desde 2013 que o ML não atribui qualquer subsídio ao CCDTML.
Recomendação 9:					
Melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida		X		Instalação de meios mecânicos de acesso às estações	Foi concluída a instalação de uma plataforma elevatória na estação Baixa-Chiado. Os trabalhos em curso na estação Areeiro e na estação Colégio Militar estão suspensos desde 2015 por litígios com o fornecedor, tendo sido aprovado em 2016 o lançamento de novos Procedimentos de Contratação para a conclusão dos mesmos. Estes Procedimentos sofreram alguns atrasos, prevendo-se a conclusão destas empreitadas em 2017.

Quadro 73 - Cumprimento das recomendações do TC II

Cumprimento das recomendações do TC (cont.)	Cumprimento			Medidas tomadas	Resultados obtidos
	Sim	Não	Em parte		
Recomendação 10:					
Construção de parques de estacionamento		X		Construção de parques de estacionamento na Pontinha, Lumiar, Senhor Roubado e Odivelas, com recurso a meios de financiamento próprios.	O objeto do ML é a "exploração, em exclusividade e regime de serviço público do transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e dos concelhos limítrofes da Grande Lisboa", não lhe cabendo explorar e construir parques de estacionamento, embora a Empresa o possa fazer de forma complementar à sua atividade e em parceria com as restantes entidades interessadas, nomeadamente, câmaras municipais e outros operadores de transporte.
Recomendação 11:					
Criação de um sistema de Parque & Siga	X			Criação de um tarifário específico que permite o estacionamento da viatura em alguns parques da EMEL e da Emparque com o acesso à rede do metro.	Concluído
Recomendação 12:					
Potenciar painéis de informação e postos de atendimento relativos à operacionalidade do Metropolitano		X		Informação de tempo de espera para a passagem do comboio seguinte transmitida nos painéis interiores da generalidade das estações.	Concluído
			X	Colocação de painéis informativos na entrada das estações relativa à circulação na rede do ML	Foram aplicados em algumas estações da rede ML.
		X		Criação do Gabinete do Cliente	Foram criadas quatro unidades do "Espaço Cliente CARRIS Metro".
		X		Abertura do gabinete Carris / Metro / Transtejo	Desde Junho/2015, passou a estar integrado, também, o Grupo Transtejo.
Recomendação 13:					
Extensão das funções do Provedor Arbitral para Provedor do Cliente	X				Concluído
Recomendação 14:					
Centralização da relação com o cliente numa única entidade	X			"Relação com o cliente" num único órgão da empresa.	Em consequência da integração CARRIS Metro Transtejo/Soflusa, que se manteve em 2016, a relação com o Cliente das empresas teve uma estratégia comum, centralizada num único "Centro de Atendimento", bem como nos quatro "Espaço Cliente" existentes.
Recomendação 15:					
Sistematização e compilação dos direitos e deveres do cliente equacionando a compensação pela ausência da prestação do serviço	X			Criação da Carta do Cliente	Concluído
		X		Disponibilizar informação relativa à compensação dos titulares do cartão "Viva viagem", em caso de interrupção do serviço de metro.	Esta informação está disponível no Site da Empresa (www.metrolisboa.pt)

s) Informação divulgada no SEE

Quadro 74 - Informação que consta do *site* do SEE (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data atualização	
Estatutos	X			dez/2016	
Caraterização da Empresa	X			dez/2016	
Função de tutela e acionista	X			nov/2016	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	X				
- Identificação dos Órgãos Sociais	X			fev/2016	
- Estatuto Remuneratório Fixado	X			fev/2016	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	X			fev/2016	
- Identificação das funções e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração	X			fev/2016	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	X			fev/2016	
Esforço Financeiro Público	X			nov/2016	
Ficha Síntese	X			jan/2017	
Informação Financeira histórica e atual	X			dez/2016	
Princípios de Bom Governo:	X				
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	X			mar/2017	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	X			mar/2017	
- Outras transações	X			mar/2017	
- Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios:	X				
Económico	X			mar/2017	
Social	X			mar/2017	
Ambiental	X			mar/2017	
- Avaliação do cumprimento dos Princípios do Bom Governo	X			mar/2017	
- Código de ética	X			mar/2017	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável

t) QUADRO RESUMO – Cumprimento das Orientações Legais

Quadro 75 - Cumprimentos das orientações legais I

Cumprimento das Orientações Legais - 2016	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão					
Objetivo de gestão definidos para 2016	X			-	Ver ponto 11. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento "
Metas a atingir constantes no PAO 2016					
Princípios Financeiros de Referência	X			EBITDA corrigido: 1,05 M€	Ver ponto 11. p) "Plano de Redução de Gastos Operacionais "
	X			Redução Gastos Operacionais: -24%	Ver ponto 11. p) "Plano de Redução de Gastos Operacionais "
	X			Comunicações: +12% Deslocações: - 25% Frota: -8%	Ver ponto 11. p) "Plano de Redução de Gastos Operacionais "
Investimento			X	30,9%	Ver ponto 11. a) "Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento "
Gastos com Pessoal	X			Redução de -25% face a 2010	Ver ponto 11. p) "Plano de Redução de Gastos Operacionais "
Grau de execução do orçamento carregado em SIGO/SOE	X			-	Ver ponto 11. a) "b) Gestão do Risco Financeiro e Limites de crescimento do endividamento "
Gestão do Risco Financeiro			X	3,24%	Ver ponto 11. b) "Cumprimento de Orientações Legais - Objetivos de Gestão "
Limites de Crescimento do Endividamento	X			2,47%	Ver ponto 11. b) "Cumprimento de Orientações Legais - Objetivos de Gestão "
Evolução do PMP a fornecedores	X			+ 2 dias	Ver ponto 11. c) "Prazo médio de pagamentos (PMP) "
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			215.973 €	Ver ponto 11. d) "Pagamentos em atraso ("arrears") "
Recomendações do acionista na última prestação de contas			X		Ver ponto 11. e) "Recomendações do Acionista "
Remunerações					
Não atribuição de prémios gestão	X				Ver ponto 11. f) "Remunerações dos órgãos sociais "
CA - Reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			23.083 €	Ver ponto 11. f) "Remunerações dos órgãos sociais "
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			723 €	Ver ponto 11. f) "Remunerações dos órgãos sociais "
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016			X		Ver ponto 11. g) "Remunerações do Auditor Externo "
Restantes trabalhadores - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2016	X			815.386 €	Ver ponto 8.1.2 - Política Salarial
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 38.8 da Lei82-B/2014, prorrogada para 2016 pelo n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	X				Ver ponto 11. h) "Remunerações dos restantes trabalhadores "
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	X				Ver ponto 11. i) "Estatuto do Gestor Público "
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver ponto 11. i) "Estatuto do Gestor Público "
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X			Valor máximo mensal: 80€	Ver ponto 11. i) "Estatuto do Gestor Público "
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X			Valor máximo mensal: 190,76€ (Presidente CA) e 152,61€ (Vogais)	Ver ponto 11. i) "Estatuto do Gestor Público " Os valores máximos foram calculados de acordo com o n.º 3 do art.º 33.º : 1/4 do valor das despesas de representação (40% do vencimento, de acordo com o n.º 2 do art.º 28.º do EGP)

Quadro 76 - Cumprimentos das orientações legais II

Cumprimento das Orientações Legais - 2016	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do art.º 16.º do RJSP e art.º 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver ponto 11. j) " <i>Despesas não documentadas</i> "
Promoção da igldade entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens			X		Ver ponto 11. k) " <i>Princípio de Igualdade de Género</i> "
Elaboração de relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			http://www.metrolisboa.pt/wp-content/uploads/RelatorioExecucaoDoPlanoPrevencaoRiscosCorrupcaoInfracoesConexas2016.pdf	Ver ponto 11. l) " <i>Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção</i> "
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela Empresa	X			Aplicação do CCP, da Lei n.º 8/2012, do regime de parecer prévio pela AMA, cfr. DL n.º 107/2012	Ver ponto 11. m) " <i>Contratação Pública</i> "
Aplicação das normas de contratação pública pelas Participadas			X		As empresas participadas não se encontram abrangidas pelo Código da Contratação Pública
Contratos submetidos a visto prévio do TC	X				Ver ponto 11. m) " <i>Contratação Pública</i> "
Auditorias do Tribunal de Contas (ocorridas em 2013)					Ver ponto 11. r) " <i>Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas</i> "
Parque automóvel					
N.º de viaturas	X			0	Ver ponto 11. o) " <i>Frota Automóvel</i> "
Gastos com viaturas	X			-9.652 €	Ver ponto 11. p) " <i>Plano de Redução de Gastos Operacionais</i> "
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X				Ver ponto 11. p) " <i>Plano de Redução de Gastos Operacionais</i> "
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP			X	98,7%	Ver ponto 11. q) " <i>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</i> "
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial			X	315.601 €	Ver ponto 11. q) " <i>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</i> "
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			0,00 €	Ver ponto 11. q) " <i>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</i> "

12. Notas Finais

12.1 Agradecimentos

O Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pela colaboração prestada pelas entidades que supervisionam a atividade que constitui o objeto social do Metropolitano de Lisboa e agradece a colaboração de todos os que, ao longo do exercício, contribuíram com o seu desempenho na prossecução do objetivo principal da Empresa, a prestação de um serviço público cada vez mais eficiente e de melhor qualidade.

12.2 Proposta de Aplicação de Resultados

Para efeitos do cumprimento da alínea e) do n.º 2 do art.º 7.º dos Estatutos do Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Conselho de Administração propõe que o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de - 44.140.385,87 euros, seja integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho de Administração

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis



Demonstrações Financeiras e Anexo



Balancos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016					Un-€	
Ativo		Notas	31-12-2016	31-12-2015	Un-€	
Ativo não corrente				Reexpresso		
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7		4.986.145.104	4.827.118.250		
Ativos fixos tangíveis	8		179.535.513	202.330.922		
Propriedades de investimento	10		676.591	675.989		
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	11		2.814.343	3.877.027		
Derivados	12		1.114.000	1.949.000		
Outros ativos financeiros	13		58.787.571	56.353.853		
Total do ativo não corrente			5.229.073.122	5.092.305.040		
Ativo corrente						
Inventários	14		2.173.269	2.216.394		
Clientes	15		6.467.880	5.020.031		
Estado e outros entes públicos	23		3.259.927	3.839.636		
Outros créditos a receber	15		9.635.758	7.800.224		
Diferimentos	16		31.395.581	43.668.045		
Caixa e depósitos bancários	5		24.964.665	15.440.123		
Total do ativo corrente			77.897.079	77.984.453		
Total do ativo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração			4.986.145.104	4.827.118.250		
Total do ativo afecto à operação (ML)			320.825.097	343.171.243		
Total do activo			5.306.970.201	5.170.289.493		
O anexo faz parte integrante do Balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016						
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			O CONTABILISTA CERTIFICADO			
Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos			Dr. Carlos Emérito Ferreira da Mota			
Dr. Luís Carlos Antunes Barroso						
Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos						
Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis						

Balancos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016					Un-€	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			31-12-2016	31-12-2015	Un-€	
Capital Próprio				Reexpresso		
Capital subscrito	17		2.176.544.524	1.818.134.981		
Reserva legais			21.597	21.597		
Outras reservas			1.501.878	1.501.878		
Resultados transitados			(1.727.960.807)	(1.662.816.925)		
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	18,21		6.606.344	15.538.893		
			456.713.537	172.380.424		
Resultado líquido do exercício			(44.140.386)	(65.143.882)		
Total do capital próprio			412.573.151	107.236.542		
Passivo						
Passivo não corrente						
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7		3.070.524.077	3.200.017.540		
Provisões	19		158.408.464	120.642.674		
Financiamentos obtidos	20		80.201.560	211.988.225		
Derivados	12		147.442.569	174.384.013		
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	21		255.738.256	251.727.101		
Total do passivo não corrente			3.712.314.925	3.958.759.554		
Passivo corrente						
Investimentos de infraestruturas de longa duração	7		702.149.898	594.141.986		
Fornecedores	22		4.045.701	1.764.137		
Estado e outros entes públicos	23		1.912.636	2.451.527		
Financiamentos obtidos	20		429.879.292	452.665.976		
Outras dívidas a pagar	25		43.516.421	52.582.748		
Diferimentos	26		578.177	687.023		
Total do passivo corrente			1.182.082.126	1.104.293.397		
Total do passivo em Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração			3.772.673.975	3.794.159.525		
Total do passivo afecto à operação (ML)			1.121.723.076	1.268.893.425		
Total do passivo			4.894.397.050	5.063.052.951		
Total do capital próprio e do passivo			5.306.970.201	5.170.289.493		

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31 de Dezembro de 2016

Un:€

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2016	2015 Reexpresso
Vendas e serviços prestados	27	101.189.096	93.823.085
Subsídios à exploração	28	-	6.000
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11,19	(5.149.393)	(4.545.391)
Trabalhos para a própria entidade		2.448.842	3.223.624
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	(2.180.092)	(2.439.098)
Fornecimentos e serviços externos	29	(30.513.040)	(31.909.157)
Gastos com o pessoal	30	(66.082.399)	(66.122.884)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	15,16	(186.846)	(1.460.128)
Provisões (aumentos / reduções)	19,33	(1.328.157)	(2.283.081)
Aumentos / reduções de justo valor	12,13	26.690.393	23.091.328
Outros rendimentos	31	5.357.429	11.564.191
Outros gastos	32	(6.264.920)	(12.451.188)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		23.980.911	10.497.303
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8,10	(23.483.834)	(24.384.780)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8,10	447.586	318.268
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		944.663	(13.569.209)
Juros e rendimentos similares obtidos	33	1.097.219	1.243.768
Juros e gastos similares suportados	19,33	(44.391.928)	(52.779.953)
Resultado antes de impostos		(42.350.046)	(65.105.394)
Imposto sobre o rendimento do período	24	(1.790.340)	(38.488)
Resultado líquido do período		(44.140.386)	(65.143.882)

O anexo faz parte integrante da demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo a 31 de dezembro de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis

Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2016

Un:€

RÚBRICAS	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		110.504.013	101.475.471
Pagamentos a Fornecedores		(29.729.970)	(30.683.696)
Pagamentos ao Pessoal		(58.994.627)	(56.439.537)
Caixa gerada pelas operações		21.779.416	14.352.237
Pagamento e recebimento de Impostos		1.217.954	1.431.350
Outros recebimentos/pagamentos		(2.019.666)	(5.038.588)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		20.977.704	10.744.999
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Recebimentos Provenientes de:			
Subsídios de Investimento		1.670.125	4.980.122
Juros e rendimentos similares		33.502	-
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(11.212.469)	(14.345.295)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(9.508.842)	(9.365.173)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos obtidos		84.087	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	17	358.409.543	189.272.225
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(229.233.943)	(79.233.943)
Juros e gastos similares		(131.204.006)	(119.708.595)
Outras operações de financiamento		-	(75.555)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(1.944.319)	(9.745.869)
Variação de Caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		9.524.543	(8.366.043)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	15.440.123	23.806.166
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	24.964.665	15.440.123

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de Dezembro de 2016

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.º Vítor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emério Ferreira da Mota

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período de 2015 (reexpresso) e 2016									
Un.€									
	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio	
e Janeiro de 2015		1.628.862.756	21.597	1.501.878	(1.585.808.238)	15.659.863	(50.837.742)	9.400.114	
período:									
o resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2014	17	-	-	-	(50.837.742)	-	50.837.742	-	
o investimento	18	-	-	-	-	(2.906.231)	-	(2.906.231)	
os efeitos definidos - ganhos e perdas atuariais	21	-	-	-	-	2.785.261	-	2.785.261	
o montante de perdas acumuladas em subsidiárias	11 e 19	-	-	-	(26.170.944)	-	-	(26.170.944)	
do do período							(65.143.882)	(65.143.882)	
gral							(91.435.796)	(91.435.796)	
o detentores de capital no período									
o de capital	17	189.272.225	-	-	-	-	-	189.272.225	
de Dezembro de 2015		1.818.134.981	21.597	1.501.878	(1.662.816.925)	15.538.893	(65.143.882)	107.236.542	
e Janeiro de 2016		1.818.134.981	21.597	1.501.878	(1.662.816.925)	15.538.893	(65.143.882)	107.236.542	
período:									
o resultado líquido do período findo em 31 de Dezembro de 2015	17	-	-	-	(65.143.882)	-	65.143.882	-	
o investimento	18	-	-	-	-	(2.691.179)	-	(2.691.179)	
os efeitos definidos - ganhos e perdas atuariais	21	-	-	-	-	(6.241.370)	-	(6.241.370)	
o montante de perdas acumuladas em subsidiárias	11 e 19	-	-	-	-	-	-	-	
do do período							(44.140.386)	(44.140.386)	
gral							(53.072.935)	(53.072.935)	
o detentores de capital no período									
o de capital	17	358.409.543	-	-	-	-	-	358.409.543	
de Dezembro de 2016		2.176.544.524	21.597	1.501.878	(1.727.960.807)	6.606.344	(44.140.386)	412.573.151	

DE ADMINISTRAÇÃO

anuel Jacinto Domingues dos Santos

as Antunes Barroso

elena Arranhado Carrasco Campos

n Ferreira Dinis

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Dr. Carlos Emérito Ferreira da Mota

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em euros)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante designado por “ML” ou “Empresa”) é uma entidade pública empresarial, constituída em 1949, com sede social na Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 28, em Lisboa, cujo atual regime jurídico e Estatutos foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho. Tem por objeto, a título principal, a prestação de atividades e serviços que incidem no transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e nos concelhos limítrofes da Grande Lisboa, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Estado Português em 23 de março de 2015.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o presente anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 14 de julho de 2017. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelas tutelas setorial e financeira, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial.

As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, que serão apresentadas separadamente.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações subsequentes e com a republicação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras são expressas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade e utilizando o regime contabilístico de acréscimo (periodização económica).

2.2 Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF - DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Não aplicável.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

4.1 Atividades de investimento de infraestruturas de longa duração (ILD)

A Empresa ao longo dos anos tem tido a responsabilidade de construção, renovação e gestão das infraestruturas de longa duração relativas ao funcionamento regular do serviço público de transporte coletivo de passageiros fundado no aproveitamento do subsolo da cidade de Lisboa e zonas limítrofes.

Esta é uma atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado.

A Empresa, até ao exercício de 2009, reconheceu no seu balanço os ativos e passivos afetos aos ILD em consonância com a interpretação do Decreto-Lei nº 196/1980 de 20 de Junho, onde o Estado Português se comprometia a sanear económica e financeiramente a Empresa, nomeadamente em suportar os encargos com os investimentos em ILD realizados até 31 de Dezembro de 1978, sendo ainda referido naquele Decreto-Lei que para os investimentos a realizar após 1 de Janeiro de 1979 o Estado fixaria os montantes em dívida que assumiria, disposição esta que nunca veio a ser emitida. Nos exercícios de 2010 e 2011 a Administração entendeu como mais apropriado anular os ativos e passivos afetos aos ILD pelo que o total do balanço da Empresa, naqueles exercícios foi diminuído de forma significativa. No exercício de 2012, ano em que ocorreu o despacho nº 1491/12 da Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças, a Administração decidiu retomar o registo dos ativos e passivos associados aos ILD no balanço da Empresa.

Assim, todos os fluxos resultantes desta atividade são registados no balanço nas rubricas de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem os seguintes itens:

No ativo:

- As infraestruturas de longa duração (“ILD”) do domínio público construídas pela Empresa e sobre as quais tem o direito de acesso para a prestação dos serviços de “Transporte de passageiros” e “Gestão de infraestruturas”, as quais incluem as reavaliações livres efetuadas em anos anteriores;
- Os materiais adquiridos no âmbito da construção/reparação das ILD, com a natureza de inventários;
- Os montantes de subsídios recebidos para o cofinanciamento da construção de ILD a deduzir aos investimentos em ILD;
- Os encargos financeiros diretamente suportados com os financiamentos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação de ILD, correspondentes aos juros, taxa de aval e imposto do selo decorrentes da atividade desenvolvida por conta do Estado, que não tenham sido capitalizados no valor de custo das ILD durante o seu período de construção;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para fazer face às alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se

encontram reconhecidos pelo seu justo valor no ativo, nos casos em que o seu justo valor é positivo.

De mencionar que os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, deduzidos de subsídios e imparidades, apresentados na rubrica ILD não se encontram a ser depreciados (Notas 4.2 e 4.3).

No passivo

- Os saldos a pagar aos fornecedores de serviços de construção de ILD;
- Os empréstimos contraídos para o financiamento da atividade de construção e reparação das ILD, nomeadamente os avalizados pelo Estado;
- Os instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD os quais se encontram reconhecidos pelo seu justo valor no passivo, nos caso em que o seu justo valor é negativo.

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registados na demonstração dos resultados no período em que ocorrem, em resultado das mesmas resultarem da atividade de gestão de infraestruturas efetuada pela Empresa.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumiu o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração construídas pela Empresa, definindo como tais os seguintes tipos de investimentos:

- Estudos para o desenvolvimento da rede;
- Galerias, estações e demais construções acessórias ou complementares;
- Via-férrea;
- Redes de alta e baixa tensão;
- Sistemas de telecomunicações e de controlo;
- Equipamentos de ventilação e bombagens;
- Acessos mecânicos.

Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português, a fundo perdido, para os investimentos realizados até 31 de Dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Naquela data, o montante dos investimentos

efetuados e o valor dos subsídios atribuídos eram coincidentes e tinham expressão contabilística nos ativos financiados pelo Estado e reservas para investimentos, respetivamente.

O Decreto-Lei supra mencionado continha uma cláusula que impunha a sua revisão até ao termo da sua vigência em 31 de dezembro de 1980. Contudo, tal não ocorreu. Assim, e a partir daquela data, os fundos passaram a ser atribuídos com base em legislação pontual enquadrada nos Planos de Investimento do Sector Empresarial do Estado e sob a forma de dotações para capital estatutário ou subsídios genéricos para investimentos e saneamento financeiro passando, consequentemente, a não haver coincidência entre os investimentos realizados e os subsídios atribuídos.

Em resultado da alteração da política de reconhecimento aquando da transição para o SNC, a Empresa procedeu à quantificação dos encargos financeiros relativos a juros, imposto do selo, taxa de aval e gastos de montagem dos financiamentos incorridos em anos anteriores, e não suportados pelo Estado, e alocou os mesmos à rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Afetos à gestão de infraestruturas (ativos não ILD):

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas (quando aplicável).

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico:	

Material circulante de exploração	14 - 28
Material circulante de serviço	10 - 30
Sistema de controlo e telecomunicações	12 - 16
Equipamento de transporte	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	7 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 10

O Conselho de Administração entende que, em qualquer momento, o valor contabilístico dos bens será realizável quer através da sua alienação quer através da sua utilização, no pressuposto da continuidade das operações.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As grandes reparações são registadas na rubrica de “Ativos fixos tangíveis” respetiva e depreciados no mesmo período de anos do investimento a que respeitam.

As peças sobressalentes principais são reconhecidas como ativos fixos tangíveis quando é expectável que sejam utilizadas por mais do que um período.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Afetos às infraestruturas de longa duração (“ILD”):

Os ativos fixos tangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra,

encargos financeiros e quaisquer gastos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer.

Os subsídios obtidos para financiamento das atividades de ILD encontram-se a deduzir ao valor dos ativos fixos tangíveis afetos às infraestruturas de longa duração.

Estes ativos não se encontram a ser depreciados.

4.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis afetos às ILD encontram-se registados na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” e incluem essencialmente, estudos para o desenvolvimento da rede, sendo que não se encontram a ser amortizados.

4.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Locações em que a Empresa age como locadora:

As situações em que a Empresa age como locadora respeitam aos contratos com os arrendatários dos edifícios e andares detidos pela Empresa.

Estes contratos de arrendamento não têm termo de acordo com a Lei do Arrendamento, e foram celebrados em resultado do processo de realojamento efetuado pela Empresa em resultado das obras realizadas.

De acordo com as respetivas condições estes contratos são classificados como locações operacionais, sendo as remunerações devidas reconhecidas como rendimentos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma, a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade e a depreciação do ativo, sendo calculada conforme descrito na Nota 4.2 e reconhecida na demonstração dos resultados do exercício a que respeita.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

4.5 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, essencialmente, imóveis detidos para obter rendas ou valorizações do capital (ou ambos), não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento encontram-se mensuradas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	10 - 50

Os gastos incorridos relacionados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos como um gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de “Propriedades de investimento”.

Sempre que, à data do balanço, a quantia recuperável da propriedade de investimento seja inferior à correspondente quantia escriturada, é reconhecida a correspondente perda por imparidade na demonstração dos resultados do período correspondente.

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de algum componente da propriedade de investimento é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

4.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis (não ILD)

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Caso exista algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos

de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro (que no caso da Empresa se considerou que não existiria) e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

4.7 Participações financeiras em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

As participações em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades.

Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o

investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a subsidiária, associada ou empreendimento conjunto relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

4.8 Inventários

Os inventários são mensurados pelo menor de entre o custo e o valor realizável líquido. As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, o qual não excede o respetivo valor de mercado.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os gastos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, é registado uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Empresa consiste no custo médio ponderado.

4.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) custo amortizado menos perdas de imparidade (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados “ao custo amortizado menos perdas por imparidade” os ativos financeiros que satisfaçam as seguintes condições:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal.

Com exceção dos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, todos os passivos financeiros devem ser mensurados pelo custo amortizado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto do selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos". Os juros incorridos e ainda não liquidados são apresentados na rubrica de "Outras dívidas a pagar".

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados.

No caso concreto da Empresa nesta categoria incluem-se os instrumentos financeiros derivados os quais não reúnem as condições para efeitos de contabilidade de cobertura de acordo com as disposições da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros e os colaterais dados como garantia dos financiamentos.

De acordo com o descrito os ativos e passivos financeiros, foram classificados como segue:

		2016		2015	
			Custo		Custo
Ativos Financeiros	Notas	Justo valor	amortizado	Justo valor	amortizado
Não corrente:					
Derivados	12	1.114.000	-	1.949.000	-
Outros ativos financeiros	13	58.787.571	-	56.353.853	-
		59.901.571	-	58.302.853	-
Corrente:					
Clientes	15	-	6.467.880	-	5.020.031
Estado e outros entes públicos	23	-	3.259.927	-	3.839.636
Outros créditos a receber	15	-	9.635.758	-	7.800.224
Caixa e depósitos bancários	5	-	24.964.665	-	15.440.123
		-	44.328.230	-	32.100.013
		59.901.571	44.328.230	58.302.853	32.100.013

		2016		2015	
			Custo		Custo
Passivos Financeiros	Notas	Justo valor	amortizado	Justo valor	amortizado
Não corrente:					
Financiamentos obtidos	20	-	80.201.560	-	211.988.225
Derivados	12	147.442.569	-	-	-
		147.442.569	80.201.560	-	211.988.225
Corrente:					
Fornecedores	22	-	4.045.701	-	1.764.137
Estado e outros entes públicos	23	-	1.912.636	-	2.451.527
Financiamentos obtidos	20	-	429.879.292	-	452.665.976
Outras dividas a pagar	25	-	43.516.421	-	52.582.748
		-	479.354.050	-	509.464.388
		147.442.569	559.555.610	-	721.452.613

4.10 Encargos financeiros com financiamentos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição e construção de ativos são capitalizados, fazendo parte integrante do custo do ativo. O início da capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de construção do ativo ou quando o ativo em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos gerados por financiamentos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o Governo assumia o princípio de que competia ao Estado Português financiar as ILD no Metro. Aquele princípio teve concretização prática através de subsídios concedidos pelo Estado Português a Fundo Perdido para os investimentos realizados até 31 de dezembro de 1980 e para os encargos financeiros até então incorridos com esses investimentos. Decorrente deste princípio, a Empresa regista os encargos financeiros relativos a ILD na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

4.11 Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao pagamento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

A Empresa não procedeu ao registo de impostos diferidos e a esta data não se encontram totalmente quantificados. Os ativos por impostos diferidos corresponderiam a prejuízos fiscais reportáveis e provisões não aceites fiscalmente e os passivos por impostos diferidos corresponderiam a depreciações de bens reavaliados não aceites fiscalmente e mais-valias fiscais com tributação diferida.

a. Subsídios do Governo (não ILD)

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma

saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.14 Benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido

A Empresa tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades da Empresa relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, o qual é efetuado de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no exercício.

A responsabilidade associada aos benefícios garantidos reconhecida no balanço representa o valor presente da correspondente obrigação, ajustado por ganhos e perdas atuariais e pelo gasto dos serviços passados não reconhecidos e deduzido do justo valor dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos anualmente no capital próprio.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pela Empresa para apuramento destas responsabilidades são:

- a) Complemento de pensões de reforma, invalidez e sobrevivência;
- b) Pré-reformas.

Cuidados de saúde

A Empresa assumiu ainda responsabilidades pelo pagamento aos seus empregados, até à idade de reforma, de benefícios relacionados com cuidados de saúde, as quais não se encontram registadas no balanço em 31 de dezembro de 2016. Para fazer face a estas responsabilidades, a Empresa assegurou aos seus empregados no ativo, um seguro coletivo de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos participados pela Empresa. Estes encargos são registados na demonstração dos resultados do exercício em que são pagos.

4.15 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa contrata instrumentos financeiros derivados para os financiamentos contraídos para financiar as atividades relacionadas com a gestão de infraestruturas e os afetos aos ILD.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor sendo, em cada data de relato mensurados pelo justo valor, com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração de resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura designados e eficazes.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados que não cumprem todos os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos Financeiros para que seja aplicada a contabilidade de cobertura, são considerados como de especulação.

A valorização destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício efetuada de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontravam em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com a valorização determinada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (“IGCP”) que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa não classifica nenhum dos instrumentos financeiros derivados como de cobertura, em resultado de não cumprir com os requisitos da NCRF 27.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa relativamente aos financiamentos associados à atividade de gestão de infraestruturas, caso o justo valor seja positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica de “Derivados”, caso o justo valor seja negativo, é

reconhecido como um passivo financeiro na rubrica de “Derivados”. As alterações de justo valor destes instrumentos financeiros derivados são reconhecidas na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

No caso dos instrumentos financeiros derivados contratados pela Empresa, relativamente aos financiamentos contratados para financiar a atividade dos ILD, encontram-se reconhecidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” no ativo ou passivo consoante o agregado do justo valor dos diversos instrumentos financeiros à data de relato seja positivo ou negativo, respetivamente, registado por contrapartida de uma conta a receber/a pagar dentro da rubrica de ILD, pelo que o efeito das variações de justo valor no capital próprio da Empresa é, neste caso, nulo.

4.16 Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.17 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis

na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes, fixados pelo Estado.

A Empresa reconhece as receitas relacionadas com a prestação de serviços da seguinte forma:

- Passes intermodais - As receitas originadas pelos passes intermodais vendidos pela Empresa e outros operadores de transportes, são afetas a cada um dos operadores com base numa distribuição mensal determinada pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (“IMT, I.P.”).

Esta distribuição é calculada de acordo com índices estatísticos que tomam em linha de conta o nível de utilização dos serviços da Empresa e de cada um dos outros operadores.

- Títulos de uso esporádico – as receitas originadas por estes títulos são repartidas em função das utilizações à exceção do bilhete Carris/ML 24 horas que tem quota definida.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

As compensações tarifárias não reembolsáveis, são atribuídas pelo Estado à empresa, para compensar a sua operação em cumprimento das obrigações de serviço público, as quais são registadas no exercício em que são atribuídas.

4.18 Gastos departamentais incluídos nos ILD

Os gastos internos de funcionamento dos diversos serviços de gestão que não trabalham exclusivamente para o investimento, são imputados na percentagem de 10% ao valor dos investimentos em curso.

Estes gastos são imputados aos investimentos de infraestruturas de longa duração – ILD, aos equipamentos e estudos para o material circulante de exploração e parques de material e oficinas (ativos financiados pela Empresa) (Nota 7 e 8), por serem estes os de execução mais prolongada, tecnicamente mais complexos e, consequentemente, carecem de uma gestão mais intensa em meios humanos.

4.19 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

4.20 Regime do acréscimo (periodização económica)

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica), pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

4.21 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis;
- c) Perda por imparidade de contas a receber - são calculadas tendo em consideração o risco global de cobrança dos saldos a receber;
- d) Determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados – o qual com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi determinado pela entidade com a qual os mesmos foram contratados, com a exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontravam em contencioso com o Banco Santander, sendo que estes encontram-se valorizados de acordo com a valorização determinada pelo IGCP que tem como incumbência gerir todas as operações sobre instrumentos derivados do ML;
- e) Determinação das responsabilidades com benefícios de reforma – no final de cada exercício é obtida a avaliação atuarial das responsabilidades com complementos de pensões e preparada pelo atuário.

4.22 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

5 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalha-se conforme se segue:

Fluxos de Caixa	2016	2015
Numerário	6.525	7.611
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	24.958.140	15.432.512
	24.964.665	15.440.123

6 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa procedeu à alteração da classificação das subvenções relacionadas com os títulos “Passe 4_18@escola.tp”, “Passe Sub23@superior.tp” e “Passe Social +”, de subsídios à exploração para vendas e serviços prestados no montante de 1.947.310 Euros. De forma a adotar o mesmo critério de classificação, a empresa reexpressou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2015. Esta alteração deve-se ao facto de o Estado compensar financeiramente os operadores de transporte em função dos descontos concedidos tendo em conta o preço pago pelo cliente e o que seria pago pelo título correspondente de tarifa inteira.

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa procedeu a alteração da classificação dos ganhos e perdas atuariais da rubrica resultados transitados para a rubrica ajustamentos/outras variações no capital próprio no montante de (4.808.369) euros. De forma a adotar o mesmo critério de classificação, a empresa reexpressou as demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2015.

7 INVESTIMENTOS DE INFRAESTRUTURAS DE LONGA DURAÇÃO

O saldo apresentado na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração” decorre da atividade de investimentos de infraestruturas efetuada pela Empresa, sendo a sua decomposição por rubricas de ativos e passivos como segue:

	Notas	2016	2015
Actividades de investimento de ILD:			
Ativo não corrente:			
Activos Fixos tangíveis	7.1	3.106.959.933	3.098.604.230
Activos intangíveis	7.2	6.938.284	6.936.576
Subsídios	7.3	(992.355.860)	(990.685.735)
Conta a receber - Estado	7.4	2.837.772.507	2.686.784.661
Derivados	7.8	26.830.239	25.478.519
		4.986.145.104	4.827.118.250
Ativo corrente:			
Outras contas a receber	7.6	-	-
		-	-
Total do ativo		4.986.145.104	4.827.118.250
Passivo não corrente:			
Provisões	7.5	155.596.149	100.522.278
Financiamentos obtidos	7.7	2.331.833.345	2.509.935.264
Derivados	7.8	583.094.583	589.559.998
		3.070.524.077	3.200.017.540
Passivo corrente:			
Fornecedores	7.9	1.466.104	1.603.735
Financiamentos obtidos	7.7	645.279.388	546.411.412
Outras dividas a pagar	7.10	55.404.405	46.126.839
		702.149.898	594.141.986
Total do passivo		3.772.673.974	3.794.159.526
Total ILD liquido		1.213.471.129	1.032.958.725

A variação do saldo líquido da rubrica de ILD face a 31 de dezembro de 2016 resulta, essencialmente, dos seguintes factos:

- Juros incorridos no exercício de 2016 por conta dos financiamentos obtidos no montante de 103.627.370 euros (Nota 7.4.1.);
- Provisões para processos judiciais em curso no montante de 55.073.871 euros (Nota 7.5).

7.1 Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2016						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	Saldo Inicial (custo histórico)	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.210.053.514	(199.793.426)	3.010.991.506	1.249.462	50.583.647	3.062.824.614
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943	-	-	13.478.943
Edifícios e outras construções	2.741.062.764	(177.041.447)	2.564.752.735	1.011.083	49.859.996	2.615.623.814
Equipamento básico	453.123.365	(20.363.537)	432.759.828	238.378	723.651	433.721.857
Activos fixos tangíveis em curso	85.171.373	-	85.171.373	8.663.272	(50.567.317)	43.267.328
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	74.974.249	-	74.974.249	4.124.646	(49.859.996)	29.238.899
Equipamento básico	10.165.012	-	10.165.012	4.538.626	(707.321)	13.996.318
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			3.172.769	-	(1.576.914)	1.595.855
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções			(731.418)	4.178	(625)	(727.865)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.295.224.887	(199.793.426)	3.098.604.230	9.916.912	(1.559.960)	3.106.959.933

31 de Dezembro de 2015						
Activo Bruto	Saldo Inicial	Reavaliações	(custo histórico)	Aumentos	Abates	Saldo Final
Activos fixos tangíveis - ILD's	3.197.326.905	(199.793.426)	2.998.264.897	1.835.398	10.891.210	3.010.991.506
Terrenos e recursos naturais	15.867.385	(2.388.442)	13.478.943	-	-	13.478.943
Edifícios e outras construções	2.733.235.753	(177.041.447)	2.556.925.724	1.665.076	6.161.935	2.564.752.735
Equipamento básico	448.223.767	(20.363.537)	427.860.230	170.322	4.729.275	432.759.828
Activos fixos tangíveis em curso	82.185.724	-	82.185.724	13.706.954	(10.721.305)	85.171.373
Terrenos e recursos naturais	32.112	-	32.112	-	-	32.112
Edifícios e outras construções	72.173.224	-	72.173.224	9.058.449	(6.257.424)	74.974.249
Equipamento básico	9.980.389	-	9.980.389	4.648.504	(4.463.881)	10.165.012
Adiantamentos por conta de activos fixos tangíveis			1.654.771	2.638.522	(1.120.524)	3.172.769
Perdas por Imparidade Edifícios e outras construções			-	(731.418)	-	(731.418)
Total do activo fixo tangível bruto - ILD's	3.279.512.630	(199.793.426)	3.082.105.392	17.449.456	(950.618)	3.098.604.230

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – Edifícios e outras construções”, no montante de 1.011.083 euros referem-se, essencialmente, ao empreendimento Alameda/S.Sebastião, com 803.915 euros, empreendimento Amadora/Reboleira 160.035 euros.

As transferências ocorridas durante o exercício de 2016 para as rubricas de “Ativo fixo tangível – Edifícios e outras construções” e de “Ativo fixo tangível – Equipamento básico”, nos montantes de 49.859.996 euros e 707.321 euros, respetivamente, referem-se essencialmente ao movimento de

transferência de ativo fixo tangível em curso de investimentos relativos à remodelação da rede, Amadora/Reboleira e à extensão Oriente/Aeroporto, respetivamente.

As adições ocorridas no exercício findo a 31 de dezembro de 2016 na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso”, no montante de 8.663.272 referem-se essencialmente ao empreendimento Amadora/Reboleira, Edifícios e outras construções 3.059.019 euros e Equipamento básico 3.881.052 euros.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2016, a rubrica adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis no montante de 1.595.855 euros refere-se ao empreendimento Amadora Este /Reboleira.

No valor de custo dos ativos fixos tangíveis (incluindo os que se encontram em curso), em 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontram-se incluídos os seguintes gastos departamentais:

Gastos capitalizados	2016			2015		
	Tangível	Tangível em curso	Total	Tangível	Tangível em curso	Total
Gastos departamentais	70.412.835	10.286.945	80.699.779	70.070.762	8.216.965	78.287.727
	70.412.835	10.286.945	80.699.779	70.070.762	8.216.965	78.287.727

7.2 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis foi o seguinte:

Activo Bruto	31 de Dezembro de 2016			
	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.907.846	-	666.844	4.574.690
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.008.903	1.708	(666.844)	343.767
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.936.576	1.708	-	6.938.284

31 de Dezembro de 2015				
Activo Bruto	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências/ Abates	Saldo Final
Activos intangíveis - ILD's:				
Despesas de investigação e desenvolvimento	3.907.846	-	-	3.907.846
Despesas de instalação	2.019.827	-	-	2.019.827
Activos intangíveis em curso	1.006.853	2.050	-	1.008.903
Total do activo intangível bruto - ILD's	6.934.526	2.050	-	6.936.576

7.3 Subsídios

O montante ocorrido na rubrica de subsídios no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi como se segue:

31 de Dezembro de 2016				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Feder	229.464.397	-	-	229.464.397
Piddac	180.547.124	1.186.881	-	181.734.005
Fundo Coesão	376.156.818	483.244	-	376.640.062
Subsídios diversos	204.517.396	-	-	204.517.396
Total de subsídios	990.685.735	1.670.125	-	992.355.860

O aumento verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de 1.670.125 euros respeita, aos subsídios atribuídos no âmbito do: (i) Fundo de Coesão, relativamente à comparticipação nas despesas relativas à extensão Amadora Este/Reboleira, e (ii) PIDDAC, no montante de 1.186.881 euros para o mesmo empreendimento.

7.4 Conta a receber do Estado

Esta rubrica refere-se à conta a receber do Estado Português relativamente às atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, sendo que a sua composição é como segue:

Descrição	Notas	2016	2015
Derivados	7.8	556.264.343	564.081.479
Provisões	7.5	155.596.149	100.522.278
Juros, taxa de aval e imposto de selo	7.4.1	1.814.288.370	1.710.661.000
Gastos de emissão	7.4.1	20.230.150	20.230.150
Saldo inicial corrigido na transição para as NCRF	7.4.1	289.555.301	289.555.301
Perdas por Imparidade em ativos fixos tangíveis	7.4.2	727.865	731.418
Encargos financeiros capitalizados	7.4.3	(3.495.216)	(3.495.216)
Trabalhos Especializados	7.4.4	2.563.836	2.456.543
Perdas por imparidade em dívidas a receber	7.6	2.041.708	2.041.708
		2.837.772.507	2.686.784.661

7.4.1 Gastos com empréstimos

A rubrica de gastos de empréstimos refere-se aos encargos suportados com empréstimos contraídos pela Empresa para o financiamento da atividade de investimentos e infraestruturas de longa duração que não foram passíveis de capitalização nas ILD construídas.

Até 2009, os encargos financeiros suportados com as ILD's que não foram passíveis de ser capitalizados nas mesmas encontravam-se a ser reconhecidos na demonstração dos resultados. Com efeitos no exercício de 2010 (reexpresso), no decurso da transição para as NCRF, a Empresa decidiu recapturar o valor desses encargos financeiros para os poder acrescer à rubrica de “Investimentos de Infraestruturas de Longa Duração – Gastos de empréstimos”, seguindo o princípio descrito na Nota 4.10 relativamente aos encargos financeiros no montante de, aproximadamente, 1.017.000.000 euros incorridos de 1995 até 2008, a Empresa procedeu à sua quantificação com base nos registos contabilísticos disponíveis. Contudo, e no que respeita aos encargos financeiros incorridos, anteriores a 1995, e por manifesta

dificuldade de se proceder à sua quantificação, o Conselho de Administração optou por registar o valor de 289.555.301 euros que permitiu saldar as rubricas ativas e passivas de ILD em 31 de dezembro de 2009, como sendo a estimativa possível, àquela data, dos juros e outros encargos incorridos e anteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados até 1995.

7.4.2 Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2016 a Empresa obteve uma avaliação dos imóveis, a qual foi efetuada por uma entidade especializada e independente, da qual resultou o registo de uma perda por imparidade de 625 euros e uma reversão de 4.178 euros.

7.4.3 Encargos Financeiros Capitalizados

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 e 2015 os encargos financeiros capitalizados nas rubricas de “Ativo intangível”, “Ativo fixo tangível” e “Ativo tangível em curso” detalha-se como segue:

Descrição	31 de Dezembro de 2016				31 de Dezembro de 2015			
	Intangível	Tangível	Em curso	Total	Intangível	Tangível	Em curso	Total
Gastos com empréstimos	155.989	297.841.263	11.753.181	309.750.433	154.281	297.645.814	11.496.348	309.296.442

7.4.4 Trabalhos especializados

Na sequência do processo que se encontravam a decorrer num Tribunal de Londres, interposto por uma instituição financeira e o Estado Português, no exercício de 2016 foram reconhecidos os honorários com Advogados relativo aos instrumentos financeiros derivados que se encontram afetos à atividade de ILD.

7.5 Provisões

O montante de 155.596.149 euros em 31 de dezembro de 2016 (100.522.278 euros em 31 de dezembro de 2015) inclui: (i) o montante de 21.506.333 euros (19.716.542 euros em 2015) referente à provisão constituída para fazer face a processos intentados que se encontravam em fase de resolução em resultado dos investimentos efetuados; (ii) o montante de 134.089.816 euros (78.795.870 euros em 2015) relativo aos juros vencidos e não pagos desde dezembro de 2013 até dezembro de 2016 à instituição financeira com quem foram contratados os dois instrumentos financeiros derivados

associados. Em consequência da decisão tomada pela Tutela e pelo Estado Português em suspender os referidos pagamentos na sequência do processo que se encontrava a decorrer num Tribunal de Londres, interposto pela instituição financeira contra o Estado Português; e (iii) com o acordo celebrado entre a Empresa e o Banco Santander Totta foram revertidos os montantes de provisão de 2.009.866 euros relativo aos juros de mora correspondentes aos juros vencidos e não pagos e 1.683.378 euros referentes a custas judiciais.

7.6 Outros créditos a receber

A rubrica de “Clientes” em 31 de dezembro de 2016 inclui um montante de 2.041.708 euros que respeita a uma multa contratual correspondente ao débito efetuado ao empreiteiro na sequência de atrasos na entrega da empreitada de ampliação e remodelação da estação do Areeiro, a qual foi objeto do registo de uma perda de imparidade por contrapartida da rubrica de ILD.

7.7 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos afetos à atividade dos ILD em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalham-se como se segue:

2016						2015			
	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Total	Limite	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas:									
Emissão "Private placement"	Merrill Lynch	77.313.674	-	-	-	77.313.674	7.731.367	-	7.731.367
Emissão Metro 2019	JP Morgan	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2026	BNPP	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2027	Barclays	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000	400.000.000
Emissão Metro 2025	DBI, AG	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000	110.000.000	-	110.000.000	110.000.000
			-	1.310.000.000	1.310.000.000		7.731.367	1.310.000.000	1.317.731.367
Empréstimos bancários:									
ML A	BEI	57.193.405	3.183.611	-	3.183.611	57.193.405	3.183.611	3.183.611	6.367.221
ML I/2	BEI	234.435.012	16.300.000	31.279.594	47.579.594	234.435.012	18.000.000	47.579.594	65.579.594
ML II	BEI	74.819.685	4.987.979	9.975.958	14.963.937	74.819.685	4.987.979	14.963.937	19.951.916
ML III	BEI	54.867.769	5.584.000	13.951.084	19.535.084	54.867.769	5.584.000	19.535.084	25.119.084
ML II/B	BEI	99.759.579	6.650.639	19.951.916	26.602.555	99.759.579	6.650.639	26.602.555	33.253.193
ML II/C	BEI	54.867.769	3.657.851	16.460.331	20.118.182	54.867.769	3.657.851	20.118.182	23.776.033
ML IV	BEI	169.591.285	22.400.000	17.904.090	40.304.090	169.591.285	22.400.000	40.304.090	62.704.090
ML I/3	BEI	124.699.474	8.738.497	86.003.566	94.742.062	124.699.474	7.038.497	94.742.062	101.780.559
ML I/3B	BEI	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685	74.819.685	-	74.819.685	74.819.685
ML V/A	BEI	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000	150.000.000	-	150.000.000	150.000.000
ML V/B	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
ML V/C	BEI	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000	80.000.000	-	80.000.000	80.000.000
Emp. LP 613,9 M EUR	DGTF (parte)	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782	507.957.564	253.978.782	-	253.978.782
Emp. LP 648,6 M EUR	DGTF (parte)	237.747.877	178.310.908	-	178.310.908	237.747.877	118.873.939	59.436.969	178.310.908
Emp. LP 412,9 M EUR	DGTF (parte)	282.974.244	141.487.122	141.487.122	282.974.244	282.974.244	94.324.748	188.649.496	282.974.244
			645.279.388	721.833.345	1.367.112.733		538.680.045	899.935.264	1.438.615.309
Outros empréstimos obtidos:									
Schuldschein	ABN AMRO	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000	300.000.000	-	300.000.000	300.000.000
				300.000.000	300.000.000			300.000.000	300.000.000
Total de empréstimos obtidos			645.279.388	2.331.833.345	2.977.112.733		546.411.412	2.509.935.264	3.056.346.676

No decurso do exercício de 2016, a empresa liquidou o empréstimo por obrigações "Private Placement", foi contraído em 7 de outubro de 1996 por um período de vinte anos, com SWAP/PTE para o montante total final da emissão. O reembolso foi feito em pagamentos iguais a partir do décimo ano de vida.

O empréstimo por obrigações "Metro 2019" foi contraído em 4 de fevereiro de 2009, por um período de dez anos, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

O empréstimo por obrigações "Metro 2026" foi contraído em 4 de dezembro de 2007 por um período de vinte anos, à taxa "bullet", à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Inglesa.

O empréstimo por obrigações “Metro 2027”, foi contraído em 7 de dezembro de 2007, por um período de vinte anos “bullet”, à taxa fixa, com a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa, à exceção do “subscription agreement” que é regido pela Lei Inglesa. A emissão foi admitida à cotação na Euronext Lisbon.

O empréstimo por obrigações “Metro 2025” foi contraído em a 23 de dezembro de 2010 por um período de quinze anos, “bullet”, à taxa fixa, tendo sido dada a garantia pessoal do Estado. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Empresa contraiu um empréstimo por obrigações no montante de 85.000.000 euros, por um período de 15 anos, com a garantia pessoal do Estado Português o qual, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve um reforço de 25.000.000 euros. A lei aplicável é a Lei Portuguesa.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 613.932.000 euros, dos quais 507.957.564 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2013.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 648.581.846 euros, dos quais 237.747.877 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 5 anos, amortizável em 8 prestações iguais e semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atendendo à situação dos mercados financeiros, nomeadamente o mercado de capitais, não foi possível concretizar qualquer emissão de obrigações a longo prazo, pelo que a Empresa, contratou com a Direção Geral do Tesouro e Finanças (“DGTF”) um financiamento no montante de 412.860.000 euros, dos quais 282.974.244 euros, estão associados a responsabilidades com as Infraestruturas de Longa Duração (ILD), pelo prazo de 6 anos,

amortizável em 12 prestações semestrais de capital iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em maio de 2015.

Por Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças n.º 1518/16-SEATF, de 29 de dezembro, foi concedida uma moratória no pagamento do serviço da dívida dos empréstimos supra indicados. No âmbito da referida moratória o serviço da dívida não está sujeito ao pagamento de juros.

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos por obrigações classificados como não corrente, têm o seguinte plano de amortizações:

Anos	Montante
2019	400.000.000
2022 e seguintes	910.000.000
	1.310.000.000

A parcela dos empréstimos bancários e outros empréstimos obtidos classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Anos	Montante
2018	118.664.950
2019	118.664.950
2020	263.676.971
2021	139.863.958
2022 e seguintes	380.962.515
	1.021.833.345

Em 31 de dezembro de 2016 os financiamentos obtidos que têm associados covenants, nomeadamente, os que se encontram associados ao “rating” da República Portuguesa ou que incluem cláusulas de detenção, detalham-se como segue:

CONTRATO	Montante em Dívida a 31-12-2016 (€)	PRAZO	NEGATIVE PLEDGE (SIM / NÃO)	PARI PASSU (SIM / NÃO)	OWNERSHIP CLAUSE (SIM / NÃO)	RATING DOWNGRADE (SIM/NÃO)	GROSS UP (SIM / NÃO)	CROSS DEFAULT	DESPESAS/IMPOSTO DO SELO (SIM/NÃO)	OUTRAS CLÁUSULAS RELEVANTES / COMENTÁRIOS
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Dezembro de 1992, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML A"), alterado em 10 de Março de 2006	3.183.610,69	5 de Dezembro de 2017	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/2"), alterado em 10 de Março de 2006	47.579.594,03	15 de Setembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 16 de Dezembro de 1994, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II")	14.963.936,79	15 de Dezembro de 2019	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 7 de Setembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML III"), alterado em 10 de Março de 2006	19.535.084,02	15 de Junho de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 18 de Dezembro de 1995, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/B")	26.602.554,80	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 28 de Outubro de 1996, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3"), alterado em 10 de Março de 2006	94.742.062,47	15 de Setembro de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML I/3 B"), alterado em 10 de Março de 2006	74.819.684,56	15 de Setembro de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 14 de Julho de 1997, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML II/C")	20.118.181,88	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 26 de Novembro de 1998, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML IV"), alterado em 10 de Março de 2006	40.304.089,68	15 de Setembro de 2018	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 23 de Fevereiro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/A"), alterado em 10 de Março de 2006	150.000.000,00	15 de Dezembro de 2020	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 19 de Dezembro de 2001, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/B"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2021	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Contrato de Financiamento celebrado com o Banco Europeu de Investimento, em 9 de Maio de 2003, sujeito à lei portuguesa e ao foro da Comarca de Lisboa ("ML V/C"), alterado em 10 de Março de 2006	80.000.000,00	15 de Junho de 2022	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa
Schuldschein Loan Agreement celebrado com o ABN Amro Bank, NV em 20 de Julho de 2004, sujeito à lei alemã e aos tribunais de Frankfurt am Main	300.000.000,00	20 de Julho de 2024	SIM (cfr. Anexo D)	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República Portuguesa / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,061% Guaranteed Notes due 2026 JP Morgan Securities Ltd / Dezembro 2006, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2026	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 4,799% Guaranteed Notes due 2027 BNP Paribas / Dezembro 2007, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2027	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
EUR 400.000.000,00 5,75% Guaranteed Notes due 2019. Barclays Capital, BNP Paribas, Caixa - Banco de Investimento, S.A., Santander Global Banking & Markets/Fevereiro 2009, sujeita à lei portuguesa e à jurisdição dos tribunais portugueses, excepto o Subscription Agreement, regulado pela lei inglesa e sujeito à jurisdição dos tribunais ingleses	400.000.000,00	2019	NÃO	SIM	SIM - Perda da qualidade de Empresa Pública (participação do Estado inferior a 51%)	NÃO	SIM	SIM	Despesas e Impostos suportados pelo ML	Garantia da República / Não alteração substancial da natureza ou do objecto social da empresa
TOTAL	2.151.848.798,92									

7.8 Derivados

A Empresa conforme referido na Nota 4.15, contratou swaps de taxa de juro com diversas entidades bancárias, relativamente aos empréstimos bancários afetos às ILD. De acordo com o entendimento do

Conselho de Administração da Empresa, apesar de estes não terem sido avalizados pelo Estado Português, foram contratados no âmbito da gestão das infraestruturas de longa duração, pelo que os mesmos se encontram refletidos na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o justo valor dos contratos de swaps afetos às ILD foi determinado de acordo com o descrito na Nota 4.15 e detalha-se como se segue:

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2016			Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("N")		Variação	
								(contraparte)			
								31.12.2016	31.12.2015		
B E I (ML A)	BBVA	02-02-2006	05-12-2005	15-12-2017			3.010.179	(58.955)	(185.637)	126.681	
	Total de financiamento				3.010.179	173.431	3.183.611			-	
B E I (ML I/2) *	2º, 3º E 6º DESEMBOLSOS BST	30-03-2006	15-03-2006	15-09-2019			17.457.926	(10.741.324)	(14.937.508)	4.196.184	
	Total de financiamento				46.887.002	692.592	47.579.594			-	
B E I (ML III)	1º E 4º DESEMBOLSOS BBVA	02-02-2006	15-12-2005	15-06-2020			8.147.032	(410.391)	(599.142)	188.751	
	Total de financiamento				12.802.479	6.732.605	19.535.084			-	
B E I (ML IV)	1º, 2º, 3º, 4º E 5º DESEMBOLSOS BES INV	11-02-2010	15-12-2009	15-09-2018			33.918.257	(1.403.159)	(2.785.329)	1.382.170	
	Total de financiamento				33.918.257	6.385.833	40.304.090			-	
B E I (ML V/C)	1º DESEMBOLSO BST	26-05-2003	16-06-2003	15-06-2022			28.000.000	(5.058.276)	(5.774.678)	716.403	
	Total de financiamento				61.333.334	18.666.666	80.000.000			-	
BEI (REEST-INC CAPITAL) *	TRANCHE B BST	31-05-2007	15-03-2007	15-06-2022				(403.997.485)	(424.543.986)	20.546.501	
	Total de financiamento				227.879.165	(227.879.165)	-			-	
A B N (SCHULDSCHEIN)	TRANCHE C BST	25-02-2005	22-07-2005	22-07-2024			100.000.000	(31.648.303)	(30.845.813)	(802.490)	
	Total de financiamento				300.000.000	-	300.000.000			-	
MERRILL LYNCH	M LYNCH	16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016			-	-	(182.622)	182.622	
	Total de financiamento				-	-	-			-	
OBRIGAÇÕES 2026	BBVA	15-12-2006	04-12-2006	04-12-2026			70.000.000	(24.548.092)	(24.866.523)	318.431	
OBRIGAÇÕES 2026	M LYNCH	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026			30.000.000	(45.657.182)	(32.719.891)	(12.937.291)	
OBRIGAÇÕES 2026	CGD	16-07-2010	04-12-2009	04-12-2026			30.000.000	(44.768.457)	(32.238.470)	(12.529.987)	
	Total de financiamento				400.000.000	-	400.000.000			-	
OBRIGAÇÕES 2019	CITIBANK	15-01-2010	04-02-2010	04-02-2019			100.000.000	(14.802.958)	(19.880.400)	5.077.442	
	Total de financiamento				400.000.000	-	400.000.000			-	
					1.485.830.416	(195.228.038)	1.711.135.773	(583.094.583)	(589.559.998)	6.465.415	

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP conforme referido na Nota 4.15.

Financiamentos bancários derivados			Data			Capital coberto 31.12.2016		Justo valor		
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Inc. Capital (BEI)	Total do financiamento associado	Justo valor ("N")		Variação
								(contraparte)		
								31.12.2016	31.12.2015	
B E I (ML II)	2º E 3º DESEMBOLSOS	RBS	16-01-2009	15-12-2008	15-12-2019		5.985.575	23.750	34.614	(10.864)
BEI (REEST-INC CAPITAL)	TRANCHE B	CAIXA BI	16-07-2009	15-03-2010	15-06-2022		28.484.896	3.410.000	3.235.000	175.000
MERRILL LYNCH		M LYNCH	16-07-2010	15-04-2010	15-10-2016		-	-	1.908.137	(1.908.137)
OBRIGAÇÕES 2026		CAIXA BI	28-04-2010	04-12-2009	04-12-2026		100.000.000	23.396.489	20.300.768	3.095.721
					-	-	134.470.470	26.830.239	25.478.519	1.351.720

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados tem impacto nulo no capital próprio da Empresa, dado que o passivo/ativo tem como contrapartida uma conta a receber do Estado na rubrica de ILD.

7.9 Fornecedores

A rubrica de fornecedores, é composta, essencialmente, por dívidas correntes originadas no âmbito de obras efetuadas com a continuação da política de expansão e modernização/remodelação da rede.

7.10 Outras dividas a pagar

A rubrica de outras dividas a pagar é composta, essencialmente, pelo gasto com juros de empréstimos, juros de instrumentos financeiros derivados e taxas de aval a liquidar no decurso do exercício seguinte.

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis da Empresa, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

2016								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24 287 679	253 605 508	494 157 342	560 863	22 813 658	24 219 697	1 205 777	820 850 524
Aquisições	-	10 077	38 632	-	87 140	31 222	90 700	257 771
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	(16 330)	(16 330)
Abates	-	-	-	-	(7 439)	-	-	(7 439)
	24 287 679	253 615 585	494 195 974	560 863	22 893 359	24 250 919	1 280 148	821 084 527
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	207 402 102	375 449 568	551 218	22 418 572	12 698 143	-	618 519 603
Depreciações do exercício	-	9 517 355	12 960 177	7 232	155 081	811 537	-	23 451 382
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	(7 439)	-	-	(7 439)
	-	216 919 457	388 409 744	558 450	22 566 214	13 509 680	-	641 963 546
Imparidades	-	(414 532)	-	-	-	-	-	(414 532)
	24 287 679	37 110 660	105 786 229	2 413	327 145	10 741 238	1 280 148	179 535 513

2015								
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo								
Saldo inicial	24.287.679	251.471.719	492.006.948	573.983	22.865.764	24.182.189	5.328.465	820.716.746
Aquisições	-	138.789	2.118.840	-	260.752	37.508	-	2.555.889
Alienações	-	-	-	(13.120)	(9)	-	-	(13.129)
Transferências	-	1.995.000	32.145	-	-	-	(4.122.687)	(2.095.543)
Abates	-	-	(590)	-	(312.849)	-	-	(313.439)
	24.287.679	253.605.508	494.157.342	560.862,93	22.813.658	24.219.697	1.205.777	820.850.524
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial	-	196.695.075	362.275.733	552.880	21.897.463	11.882.458	-	593.303.609
Depreciações do exercício	-	9.482.969	13.174.165	11.458	833.791	815.685	-	24.318.067
Alienações	-	-	-	(13.120)	(9)	-	-	(13.129)
Abates	-	-	(330)	-	(312.673)	-	-	(313.003)
	-	206.178.044	375.449.568	551.218	22.418.572	12.698.143,28	-	617.295.545
Imparidades	-	1.224.058	-	-	-	-	-	1.224.058
	24.287.679	46.203.406	118.707.774	9.645	395.086	11.521.553	1.205.777	202.330.922

No decurso do exercício de 2016 a empresa obteve avaliações de diversos imóveis, resultando uma reversão de imparidade dos mesmos no montante de 414.532 euros.

9 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Conforme referido na Nota 4.4. a Empresa regista no seu ativo fixo tangível (Nota 8) os ativos adquiridos em regime de locação financeira. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados, essencialmente, com a aquisição de 55 unidades triplas de tração registados na rubrica de “Ativos fixos tangíveis – equipamento básico”.

Os bens detidos em regime de locação financeira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são detalhados conforme se segue:

Locações Financeiras - Bens	2016			2015		
	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Amortização acumulada	Montante líquido
Equipamento básico	299.632.078	206.716.530	92.915.548	299.632.078	196.015.302	103.616.776
	299.632.078	206.716.530	92.915.548	299.632.078	196.015.302	103.616.776

As rendas de locação financeira, das unidades triplas de tração, venceram juros anuais, cuja taxa, em média, se situou em -0,39915%.

O capital em dívida das locações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

Capital em dívida		
Locações Financeiras	2016	2015
Até 1 ano	3.739.632	3.642.831
Entre 1 ano e 5 anos	15.258.682	22.689.229
	18.998.314	26.332.060

Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa tem responsabilidades com dez contratos de locação operacional celebrados com o TREM, A.C.E. e o TREM II, A.C.E. não reconhecidas no balanço (Nota 4.4) no montante de 201.686.447 euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

Pagamentos mínimos		
Locações Operacionais	2016	2015
Até 1 ano	7.117.038	7.115.513
Entre 1 ano e 5 anos	194.569.409	80.306.764
A mais de 5 anos	-	123.063.880
	201.686.447	210.486.156

10 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 foi como segue:

	31 de dezembro de 2016					31 de dezembro de 2015				
	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor	Montante bruto	Depreciações acumuladas	Perdas de imparidade acumuladas	Montante líquido	Justo valor
Imóveis arrendados a terceiros	1.621.540	780.719	164.230	676.591	714.965	1.621.540	748.267	197.284	675.989	716.440
	1.621.540	780.719	164.230	676.591	714.965	1.621.540	748.267	197.284	675.989	716.440

As propriedades de investimento detidas pela Empresa referem-se a 34 imóveis situados na zona metropolitana de Lisboa, para realojamento de famílias de baixos recursos afetadas pelo programa de expansão da rede, os quais se encontram a ser amortizados por um período de 50 anos.

O justo valor das propriedades de investimento teve por base uma avaliação por uma entidade especializada e independente. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram reconhecidos em resultados os seguintes rendimentos e gastos relacionados com propriedades de investimento:

	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado	Rendimentos de rendas (Nota 29)	Gastos directos	Depreciações do exercício	Resultado
Imóveis arrendados a terceiros	107.755	16.776	32.452	58.527	38.681	17.047	61.463	(39.829)
	107.755	16.776	32.452	58.527	38.681	17.047	61.463	(39.829)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa procedeu ao desreconhecimento de perdas por imparidade anteriormente reconhecidas no montante de 33.054 euros.

11 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa evidenciava os seguintes investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos:

	2016									
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	8 547 414	9 432 749	(885 335)	5 613 793	(2 220 590)	(2 220 590)	(2 220 590)	- a)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	3 670 824	1 050 698	2 620 127	2 615 877	285 223	285 223	285 361	2 620 127 a)
TREM, A.C.E. b)	Lisboa	90,00%	2 892 718	61 236 314	(58 343 596)	2 531 266	2 467 147	2 220 433	2 220 433	- a)
TREM II, A.C.E. b)	Lisboa	90,00%	7 521 939	140 675 325	(133 153 386)	4 695 680	4 622 426	4 160 183	4 160 183	- a)
Associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1 646 569	1 646 110	458,40	1 727 152	407	163	183	183
Total de investimento em subsidiárias e associadas									4 445 571	2 620 310
Empreendimentos conjuntos										
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	5 960 607	4 602 517	1 358 090	5 111 951	478 258	68 323	68 323	194 033
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	3 872 038	3 906 381	(34 343)	2 881 818	(34 343)	(1 717)	(1 717)	-
Total Empreendimentos conjuntos										194 033
Total										2 814 343

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

b) Montantes a corrigir com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

	2015									
	Sede	% detida	Activo	Passivo	Capital próprio	Total de rendimentos	Resultado líquido	Proporção no resultado	Efeito em resultados	Participação detida
Subsidiárias:										
Ferconsult, S.A.	Lisboa	100,00%	9.140.344	7.805.089	1.335.255	8.212.176	(1.601.632)	(1.601.632)	(1.601.632)	1.335.255 a)
Metrocom, S.A.	Lisboa	100,00%	3.162.245	827.341	2.334.904	2.527.570	245.361	245.361	245.361	2.334.904 a)
TREM, A.C.E. b)	Lisboa	90,00%	3.433.750	64.244.493	(60.810.743)	2.769.095	2.588.278	2.329.450	2.329.450	- a)
TREM II, A.C.E. b)	Lisboa	90,00%	8.558.026	146.333.838	(137.775.812)	4.840.797	908.922	818.030	818.030	- a)
Associadas:										
Publimetro - Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A.	Lisboa	40,00%	1.442.145	1.442.094	52,00	1.750.395	1.650	660	660	21
Total de investimento em subsidiárias e associadas									1.791.869	3.670.180
Empreendimentos conjuntos										
Otlis, A.C.E.	Lisboa	14,29%	4.151.829	2.742.474	1.409.354	4.263.095	529.522	75.646	75.642	201.332
Ensitrans - Engenharia e Sistemas de Transporte, A.E.I.E.	Lisboa	5,00%	4.002.150	3.892.261	109.889	4.983.325	109.889	5.515	5.515	5.515
Total Empreendimentos conjuntos										206.847
Total										3.877.027

a) Entidades a serem consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

b) Montantes a corrigir com os ajustamentos a considerar na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

A participação financeira detida pela Empresa na subsidiária Ferconsult, S.A. encontra-se em 31 de dezembro de 2016 registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda

no decurso do exercício de 2016 no montante de 1.335.255 euros e foi reconhecida uma provisão no montante de 885.335 euros, correspondente ao valor do capital próprio negativo desta subsidiária.

A participação financeira detida pela Empresa no empreendimento conjunto Ensitrans, A.E.I.E. encontra-se a 31 de dezembro de 2016 registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo esta, registado uma perda no decurso do exercício de 2016 no montante de 34.343 euros, foi reconhecida uma provisão no montante de 1.717 euros.

O movimento ocorrido nas participações financeiras detidas pela Empresa no decurso do exercício de 2016 e 2015 foi como segue:

2016			
	Método da equivalência Patrimonial	Custo	Total
Participações financeiras			
Saldo inicial	3 877 027	-	3 877 027
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(1 062 684)	-	(1 062 684)
Saldo final	2 814 343	-	2 814 343
Ativo líquido	2 814 343	-	2 814 343

12 DERIVADOS

O saldo das rubricas de “Derivados” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 corresponde ao justo valor dos contratos de SWAP, determinado pelos bancos contratados, e detalham-se como segue:

Financiamentos bancários		Data				Justo valor			Justo valor		
						Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2016		Variação	Justo valor ("JV") (contraparte) 31.12.2015		Variação
Designação	Entidade	Swap	Inicial	Final	Capital	Activo	Passivo		Activo	Passivo	
DB EXPORT/97	BST	26-02-2003	15-06-2003	30-12-2015	18.946.700	-	-	-	-	-	443.914
BSN-CGD (US LEASE) *	BST	22-09-2005	01-07-2005	01-01-2019	43.846.560	-	(13.196.139)	9.208.635	-	(22.404.774)	9.954.835
BSN-CGD (US LEASE)	CAIXA BI	16-07-2009	01-07-2009	01-01-2019	21.923.280	1.114.000	-	(835.000)	1.949.000	-	(1.729.000)
TREM II (2ª TRANCHE) *	BST	06-06-2005	23-09-2005	23-09-2022	79.850.569	-	(134.246.430)	17.732.810	-	(151.979.239)	13.927.252
					164.567.109	1.114.000	(147.442.569)	26.106.445	1.949.000	(174.384.013)	22.597.001

(*) Encontram-se valorizados de acordo com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública- IGCP.

De acordo com análise de sensibilidade reportada a 31 de dezembro de 2016, efetuada pelo IGCP e considerando determinadas assunções e pressupostos, o impacto da variação de 1% na taxa de juro no justo valor da carteira de investimentos financeiros detidos pela Empresa, conforme detalhe acima e nos afetos aos ILD (Nota 7.8), seria como segue:

2016	+1%	-1%
Justo Valor	157.915.945	(230.143.234)
	157.915.945	(230.143.234)

13 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 na rubrica “Outros ativos financeiros - não corrente” inclui: (i) o montante de 31.972.283 euros relativo a um colateral que a Empresa teve de conceder em Abril de 2009, a favor do Bank of America Leasing & Capital, LCC, o qual foi avalizado pelo Estado Português, em resultado da descida do “rating” atribuído à Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 149.280 euros, encontra-se registado na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”; e (ii) o montante de 26.815.288 euros relativo a um colateral que a Empresa constituiu em 2013, em obrigações americanas com a Wilmington Trust em consequência do “downgrade” do rating da Empresa, sendo que o efeito resultante da variação do justo valor no montante de 434.668 euros, encontra-se registado na rubrica de “Aumentos/reduções de justo valor”.

Designação	Varição do JV	Varição do JV
	2016	2015
Bank of America Leasing & Capital, LCC	149.280	110.057
Wilmington Trust	434.668	384.271
	583.948	494.328

14 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Inventários	2016			2015		
	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade	Montante Líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:						
Materiais	2.062.371	(299.936)	1.762.435	2.007.013	(299.936)	1.707.077
Ferramentas	21.159	-	21.159	20.383	-	20.383
Produtos de limpeza	40.120	-	40.120	22.075	-	22.075
Combustíveis	23.805	-	23.805	27.869	-	27.869
Outros materiais	307.223	-	307.223	419.555	-	419.555
Artigos promocionais/publicações	18.527	-	18.527	19.435	-	19.435
	2.473.205	(299.936)	2.173.269	2.516.331	(299.936)	2.216.394

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa não tinha inventários à guarda de terceiros, nem existiam naquelas datas, inventários em trânsito e à consignação.

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

Custo das mercadorias vendidas	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	
	2016	2015
Saldo inicial	2.516.331	2.782.126
Compras	2.205.823	2.260.086
Regularizações	(68.856)	(86.783)
Saldo final	2.473.205	2.516.331
	2.180.092	2.439.098

Perdas por imparidade

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

2016				
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

2015				
Perdas por Imparidade - Inventários	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Mercadorias	299.936	-	-	299.936
	299.936	-	-	299.936

15 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2016			2015		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Clientes e Outros créditos a receber						
Clientes	7.403.104	(935.224)	6.467.880	5.953.566	(933.535)	5.020.031
Outros créditos a receber	12.964.668	(3.328.910)	9.635.758	10.943.977	(3.143.753)	7.800.224
	20.367.772	(4.264.134)	16.103.637	16.897.542	(4.077.288)	12.820.255
	20.367.772	(4.264.134)	16.103.637	16.897.542	(4.077.288)	12.820.255

O detalhe de clientes e outras contas a receber é como segue:

	2016	2015
Cientes	Corrente	Corrente
Ar Telecom	463.383	463.383
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	2.010.660	1.381.805
Multas por cobrar	4.050.124	3.171.181
Outros	878.936	937.198
	7.403.104	5.953.566
Imparidade de contas a receber	(935.224)	(933.535)
	6.467.880	5.020.031

O saldo da sub rubrica Multas corresponde às coimas que estão por cobrar por falta de título de transporte válido, este valor encontra-se compensado em igual montante na rubrica de “Diferimentos” no passivo.

	2016	2015
Outros créditos a receber	Corrente	Corrente
C.P. - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	1.174.062	914.699
Serviços Municipais Transportes Coletivos Barreiro	3.065.305	3.114.359
Receitas de tráfego	3.452.645	1.614.138
Pessoal	588.267	599.879
Empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos cor	3.595.151	3.283.257
Outros	1.089.238	1.417.644
	12.964.668	10.943.977
Imparidade de outros créditos a receber	(3.328.910)	(3.143.753)
	9.635.758	7.800.224
	16.103.638	12.820.255

O movimento das perdas de imparidade no decurso dos exercícios de 2016 e 2015 foi como segue:

	2016					
Imparidades	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Reclassificação	Saldo final
Cientes	933 535	50 792	(49 102)	-	-	935 224
De outros créditos a receber	3 143 753	185 355	(198)	-	-	3 328 910
	4 077 288	236 146	(49 300)	-	-	4 264 134

2015						
Imparidades	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Reclassificação	Saldo final
Clientes	421	469 731	-	-	463 383	933 535
De outros créditos a receber	4 382 808	365 993	(10 180)	(1 131 485)	(463 383)	3 143 753
	4 383 229	835 724	(10 180)	(1 131 485)	-	4 077 288

16 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos activos	2016	2015
Encargos com contratos de leasing	924.477	1.159.290
Trabalhos por conta de terceiros	30.438.455	42.881.974
Outros	667.233	261.365
Imparidade - Outros gastos a Reconhecer	(634.584)	(634.584)
	31.395.581	43.668.045

A rubrica “Diferimentos ativos - encargos com contratos de leasing”, no montante de 924.477 euros, diz respeito a encargos incorridos na realização de contratos de locação operacional celebrados em 1995, 1997, 1999, 2000, 2001 e 2002, os quais são reconhecidos na demonstração dos resultados durante o período dos respetivos contratos.

A rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros” inclui, os montantes relativos às obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado relativamente às quais o Conselho de Administração entende que terá de ser alvo de um de protocolo para regularização da situação.

No decurso do exercício de 2016 a Empresa transferiu para a Transtejo o montante de 9.776.077 euros relativo à instalação e montagem de postos de acostagem no interface do Terreiro do Paço.

17 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2016 o capital da Empresa, subscrito e realizado cujo valor não se encontra fixado, mas que naquela data ascendia a 2.176.544.524 euros, é detido na totalidade pelo Estado Português.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi efetuado um aumento de capital no montante de 358.409.543 euros, sendo este valor totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

Os resultados líquidos negativos dos exercícios findos entre 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram transferidos para a rubrica de “Resultados transitados” nos exercícios subsequentes, apesar das demonstrações financeiras dos exercícios findos naquelas datas não terem ainda sido objeto de aprovação formal em despacho ministerial pela Tutela.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

18 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios não afetos aos ILD:

2016					
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	279.786	10.253.287	689.595
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	2.411.393	46.401.412	10.725.117
	68.069.412	68.069.412	2.691.178	56.654.699	11.414.712

2015					
Subsídios	Montante total	Montante recebido	Rendimento do período	Rendimento acumulado	Outras variações no capital próprio
Subsídios relacionados com activos:					
FEDER-PRODAC	10.942.882	10.942.882	494.838	9.973.501	969.380
FEDER-QCA	57.126.530	57.126.530	2.411.393	43.990.019	13.136.510
	68.069.412	68.069.412	2.906.231	53.963.521	14.105.890

Os subsídios recebidos pela Empresa no âmbito do FEDER – PRODAC 1993 e QCA 1994, visaram financiar investimentos efetuados pela Empresa relativamente aos protótipos PMO II, PMO III e com a série intercalar de 17 UT's, série complementar de 10 UT's e PMO III.

19 PROVISÕES

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

2016				
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	1.587.622	610.000	1.587.620	610.002
Juros a liquidar (nota 33)	74.313.700	34.165.321	-	108.479.022
Juro de mora (nota 33)	1.895.538	-	1.895.538	-
Impostos	-	2.305.777	-	2.305.777
Cobertura de prejuízos	42.845.814	4.167.849	-	47.013.663
	120.642.674	41.248.947	3.483.158	158.408.464

2015				
Provisões	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Processos judiciais em curso	795.227	1.042.394	250.000	1.587.622
Juros a liquidar (nota 33)	41.394.085	33.181.496	261.881	74.313.700
Juro de mora (nota 33)	-	1.895.538	-	1.895.538
Despesas com pessoal	142.971	-	142.971	-
Cobertura de prejuízos	13.404.583	29.441.870	639	42.845.814
	55.736.867	65.561.299	655.491	120.642.674

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa reconheceu provisões no montante de 34.165.321 euros relativas aos juros vencidos e não pagos em 2016, na sequência do processo judicial no Tribunal de Londres.

Em maio de 2017 foi celebrado entre a Empresa e o Banco Santander Totta, com a concordância da Estado Português, um acordo para terminar o processo judicial no Tribunal de Londres. Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa desreconheceu as provisões no montante de 1.895.538 euros referente a juros de mora correspondentes aos juros vencidos e não pagos e 1.587.620 euros referentes a custas judiciais.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2016 o passivo vencido encontra-se refletido nas demonstrações financeiras.

Em 2016 a Empresa foi notificada pela Autoridade Tributária (AT) a apresentar elementos fiscalmente relevantes referente ao exercício de 2014. Na sequência do processo a AT efetuou uma correção ao IRC de 2014 no montante de 2.305.777 euros, da qual o ML apresentou reclamação graciosa. A 31 de dezembro de 2016 foi constituída uma provisão que se encontra refletida na sub-rubrica de “Impostos” no montante de 2.305.777 euros.

A sub-rubrica de “Cobertura de prejuízos” tem um valor acumulado de 42.845.814 euros, que decorre do valor dos capitais próprios negativos das subsidiárias Trem ACE, Trem II ACE e Ferconsult e do empreendimento conjunto Ensitrans AEIE, sendo que no caso da Trem ACE e da Trem II ACE se consideram capitais próprios ajustados e não os que constam nas contas desses ACE’s (evidenciados na Nota 11), contemplando a depreciação do material circulante detido por estes ACE’s em quotas constantes. Esta sub-rubrica registou um aumento de 4.167.849 euros em 2016, na sequência:

- (i) das perdas apuradas em 2016 na Trem ACE (866.186 euros) e na Trem II ACE (2.414.611 euros), incluindo quer os 90% detidos diretamente pelo ML, quer os 10% detidos por via indireta através da Ferconsult;
- (ii) da parte do resultado líquido de 2016 pela Ferconsult que fez com que o seu capital próprio ficasse negativo em 885.335 euros;

- (iii) do valor proporcional detido (1.717 euros) no resultado líquido negativo de 2016 da Ensitrans AEIE.

20 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos afetos à atividade de exploração em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 detalham-se como se segue:

		2016			2015		
		Montante utilizado			Montante utilizado		
Financiamentos	Entidade financiadora	Limite	Corrente	Não corrente	Limite	Corrente	Não corrente
Instituições financeiras:							
Empréstimos bancários:							
Emp. LP 100 M EUR	Goldman Sachs Bank	-	-	-	100 000 000	100 000 000	-
Emp. LP 50 M EUR	Goldman Sachs Bank	-	-	-	50 000 000	50 000 000	-
Emp. LP 613,9 M EUR	D G T F 2011 (parte)	105 974 436	52 987 218	-	105 974 436	52 987 218	-
Emp. LP 648,6 M EUR	D G T F 2012 (parte)	410 833 969	308 125 476	-	410 833 969	205 416 984	102 708 492
Emp. LP 412,9 M EUR	D G T F 2013 (parte)	129 885 756	64 942 878	64 942 878	129 885 756	43 295 252	86 590 504
Descoberto			84 087	-		-	-
Total Empréstimos bancários			426 139 660	64 942 878		451 699 454	189 298 996
Locações financeiras:							
Emp. CP/LP M EUR	Santander Totta	18 998 314	3 739 632	15 258 682	26 332 060	3 642 831	22 689 229
Total de Locações financeiras			3 739 632	15 258 682		3 642 831	22 689 229
Encargos financeiros			-	-	(2 676 309)		
Total instituições financeiras			429 879 292	80 201 560		452 665 976	211 988 225

A parcela dos empréstimos bancários classificados como não corrente tem o seguinte plano de reembolsos:

Ano	Montante
2018	21.647.626
2019	21.647.626
2020 e seguintes	21.647.626
	64.942.878

Em 31 de dezembro de 1998, a Empresa celebrou um contrato de locação financeira, relacionado com 24 UT de material circulante da série ML 95, pelo montante de 124.699.474 euros e com o valor residual de 3% do valor do equipamento, destinado ao financiamento parcial do Plano de Expansão e Modernização da Rede do Metro, o qual tem um prazo de 20 anos e vence juros à taxa EURIBOR a 6 meses menos 0,71%, tendo o Estado Português, na sua qualidade de detentor da totalidade do capital, prestado um aval. A realização do contrato de financiamento ocorreu em 6 de janeiro de 1999. Em 31 de dezembro de 2016, o montante a pagar deste contrato de locação financeira ascende a 18.998.314 euros.

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa utiliza em regime de locação financeira 55 unidades triplas de tração, sendo que os compromissos assumidos com o pagamento de rendas de contratos de locação financeira é como segue:

2016	Corrente	Não corrente	Total
55 Unidades de tração (nota 7)	3.739.632	15.258.682	18.998.314
	3.739.632	15.258.682	18.998.314

A parcela classificada como não corrente tem o seguinte plano de reembolso:

Anos	Montante
2018	7.628.011
2019	7.630.670
	15.258.682

A Empresa tem vindo a obter, nos últimos meses, em permanente comunicação e coordenação com o seu acionista, linhas adicionais de financiamento para fazer face às responsabilidades de curto prazo, não tendo existido até à data, situações de dívidas bancárias vencidas e não pagas.

O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista.

De acordo com o orçamento da Empresa para 2017 aprovado pela Assembleia da República Portuguesa e considerado no orçamento de Estado para 2017, encontrava-se previsto: (i) o recebimento de um empréstimo da DGTF no montante de 204.422.370 euros, com o propósito de proceder à liquidação dos juros que se irão vencer no decurso do exercício de 2017 e efetuar o reembolso de empréstimos contratados junto de entidades bancárias, estando previsto que este montante seja convertido num aumento de capital o qual à data de aprovação destas demonstrações financeiras ainda não se encontra concretizado.

O “downgrade” do rating da Empresa bem como de um banco internacional emissor de uma carta de crédito, colocaram o Metropolitano numa situação de incumprimento das cláusulas contratuais relativas às garantias das operações de “US Cross Border Lease”, respeitantes ao financiamento do material circulante. Decorrente desta situação a Empresa no decurso no exercício de 2016 tinha concedido um colateral no montante de 26.815.288 euros (Nota 13).

21 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO – PLANOS DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

Conforme mencionado na nota 4.14, a Empresa assumiu o compromisso de conceder aos empregados prestações pecuniárias a título de complemento de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Em 31 de dezembro de 2016, o número de empregados ativos e reformados /pensionistas ascendia a 1.014 e 1.367, respetivamente (1.027 e 1.389 em 31 de dezembro de 2015).

As prestações anteriormente mencionadas correspondem a complementos das pensões garantidas pelo regime de Segurança Social e são determinadas em função do número de anos ao serviço da Empresa, de contribuições para a Segurança Social e pelo último salário auferido à data da reforma.

No exercício de 2004, a Empresa decidiu e acordou com os sindicatos que todos os empregados que passaram ao quadro após 31 de dezembro de 2003 já não são abrangidos por este plano de pensões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi efetuada uma avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação e benefícios definidos por uma entidade independente.

De acordo com os estudos atuariais reportados a 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor atual das responsabilidades da Empresa por serviços passados dos seus empregados no ativo e reformados foi estimado em:

	2016	2015
Trabalhadores activos	71.682.164	62.043.044
Reformados	184.056.093	189.684.056
	255.738.256	251.727.101

O estudo atuarial reportado a 31 de dezembro de 2016 foi efetuado utilizando o método denominado por “Projected Unit Credit” e considerou os seguintes pressupostos e bases técnicas e atuariais:

Projected Unit Credit	2016	2015
Tábuas de mortalidade		
Tábua de Mortalidade Masculina	TV73/77-1	TV73/77-1
Tábua de Mortalidade Feminina	TV88/90	TV88/90
Tábuas de invalidez	EKV80	EKV80
Taxas		
Taxa Técnica das Pensões	1,75%	2,00%
Taxa de Crescimento Salarial	1,50%	0,00%
Taxa de Atualização Prestação PRT	1,50%	1,50%
Taxa de desconto	1,75%	2,00%

Com referência a 31 de dezembro de 2016, na quantificação das responsabilidades com benefícios pós-emprego foi tida em consideração: (i) a alteração introduzida pelo Orçamento de Estado de 2016, no que se refere à não suspensão de pagamentos de complementos de reformas para as empresas públicas que apresentem prejuízos; e (ii) a alteração da idade de reforma de 65 para os 66 anos (em 2014 e 2015), sendo que após 2015 a idade normal de reforma varia em função da esperança média de vida aos 65 anos de idade conforme artº 20 do DL 167-E/2013.

A evolução nas responsabilidades da Empresa com pensões no exercício de 2016 e 2015 foi como se segue:

	2016	2015
Responsabilidades totais no início do período	251.727.101	247.102.172
Custos dos serviços correntes	2.594.771	2.727.142
Custo dos juros	5.034.542	4.942.043
Benefícios pagos no exercício	(9.859.529)	(258.996)
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	6.241.371	(2.785.261)
Reponsabilidades totais no fim do período	255.738.256	251.727.101

O custo dos serviços correntes e o custo dos juros do exercício de 2016, nos montantes de 2.594.771 euros e 5.034.542 euros, respetivamente, foram reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos com o pessoal”.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras o montante de 6.241.371 euros e (2.785.261) euros, respetivamente, relativo a ganhos(perdas) atuariais apuradas no exercício, por contrapartida da rubrica de “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, conforme descrito na sua política contabilística (Nota 4.14).

A evolução dos ganhos(perdas) atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

Outras variações no capital próprio	2016			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	1.433.001	-	6.241.371	(4.808.369)

Outras variações no capital próprio	2015 Reexpresso			
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Ganhos (perdas) atuariais	(1.352.259)	2.785.261	-	1.433.001

Em 31 de dezembro de 2016, as perdas atuariais resultam, essencialmente, da alteração da taxa de desconto de 2% para 1,75.%

Em 31 de dezembro de 2016 a Empresa não tem constituído qualquer fundo para fazer face àquelas responsabilidades, encontrando-se as mesmas registadas no balanço.

22 FORNECEDORES

O saldo da rubrica de “Fornecedores” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se como segue:

Fornecedores	2016	2015
Companhia Carris de Ferro	1 954 931	6 712
Edp Comercial	818 048	733 137
Efacec Engenharia e Sistemas, S.A.	25 400	24 600
Otlis	376 398	80 813
American Appraisal - Consultores	94 710	20 295
Iberlin, S.A.	75 358	12 161
Outros	700 857	886 419
	4 045 701	1 764 137

23 . ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Nos termos do artigo 88º do código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos as taxas previstas no artigo mencionado.

O Conselho de Administração entende que, com exceção ao exercício de 2014 para o qual foi constituída uma provisão (nota 19), as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

Estado e outros entes públicos	2016		2015	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas	1.132.158	-	2.239.140	38.488
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1.003.772	-	807.744
Imposto sobre o valor acrescentado	60.109	471.844	355.556	123.313
Contribuições para a Segurança Social	-	48.590	-	1.167.301
Outros Impostos	2.067.660	388.431	1.244.940	314.681
	3.259.927	1.912.636	3.839.636	2.451.527

Em 31 de dezembro de 2016, os montantes referentes ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, correspondem à retenção efetuada no processamento salarial de dezembro de 2016, os quais serão liquidados em janeiro de 2017. As contribuições para a Segurança Social efetuadas no processamento salarial de 2016 foram liquidadas em dezembro de 2016, ficando apenas por liquidar os valores referentes à CGA.

24 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

Imposto sobre o rendimento	2016	2015
Imposto corrente	1 790 340	38 488
	1 790 340	38 488

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 125.636.266 euros e 418.829.346 euros, respetivamente. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes naquelas datas é conforme se segue:

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

Imposto sobre o rendimento	2016	2015
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama Estadual *	7,00%	7,00%
Imposto sobre o rendimento corrente	29,50%	29,50%

* 3% sobre os rendimentos tributáveis entre 1,5M€ e 7,5M€, 5% sobre os rendimentos tributáveis entre 7,5 M€ e 35 M€, 7% sobre os rendimentos tributáveis superiores a 35 M€.

Apresenta-se de seguida a reconciliação da taxa efetiva de imposto para os períodos em análise:

Reconciliação da taxa efetiva de imposto	2016	2015
Resultados antes de impostos	(42.350.046)	(65.105.394)
Taxa nominal de imposto	21,00%	21,00%
	(8.893.510)	(13.672.133)
Gastos contabilísticos não dedutíveis fiscalmente no ano	(30.284.284)	(21.346.169)
Rendimentos contabilísticos não tributáveis fiscalmente	14.908.145	5.827.931
Prejuízos fiscais deduzidos no ano	10.763.297	10.862.766
Excesso / Insuficiência de estimativa	2.812.674	108.488
Derrama estadual	573.807	580.912
Tributações autónomas	17.194	(23.096)
Imposto corrente	(10.102.676)	(17.661.301)
Gasto (rendimento) de imposto	1.790.340	38.488
Taxa efetiva de imposto	n.a.	n.a.

25 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

Outras dívidas a pagar	2016	2015
Pessoal	575.188	560.008
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais	7.918.991	7.199.100
Juros vincendos e não pagos	22.017.977	33.069.168
Credores por acréscimos de gastos	256.540	310.880
Fornecedores de investimentos	3.651.877	3.761.116
Multas por cobrar (Nota 15)	4.050.124	3.171.181
Outros	5.045.723	4.511.295
	43.516.421	52.582.748

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” em 31 de dezembro de 2016 e 2015 respeita, essencialmente, a gastos incorridos pela Empresa com investimentos realizados, relativamente aos quais à data do balanço ainda não havia sido rececionada a respetiva fatura.

O montante de 3.651.877 euros (3.761.116 euros 31 de dezembro 2015) relativo à rubrica de “Fornecedores de investimentos” respeita ao saldo a pagar a fornecedores, relativamente à aquisição de ativos fixos tangíveis, dos quais se destacam: (i) 498.798 euros a pagar à Câmara Municipal de Lisboa; (ii) 1.315.421 euros a pagar à CJC – Engenharia e Projetos.

26 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica do passivo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

Diferimentos passivos	2016	2015
Leasings financeiros - mais valias diferidas	489.267	684.974
Rendimento de imóveis	15.872	2.049
Outros acréscimos de rendimentos	73.038	-
	578.177	687.023

As mais-valias decorrentes dos contratos de leasing financeiro referentes às 14 UT's e 24 UT's encontram-se a ser diferidas pelos períodos de vigência dos mesmos (Nota 31).

27 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

Rédito	2016	2015 - Reexpresso
Vendas:		
Sucatas	65.449	12.554
Prestação de serviços:		
Bilhetes	47.622.383	42.022.693
Passes	47.114.732	45.639.290
Cartões	3.086.083	2.823.751
Serviços secundários	3.300.447	3.324.783
Descontos e abatimentos	1	14
	101.189.096	93.823.085

O aumento verificado nas receitas em 2016 resulta, essencialmente, pelo aumento do número de passageiros transportados.

Conforme referido na nota 6 a rubrica de passes inclui as compensações financeiras pelo preço reduzido da venda dos respetivos títulos de transporte.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4_18@escola.tp no montante de 446.603 euros (419.807 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), para o passe sub23@superior.tp no montante de 453.774 euros (426.548 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e para o social + no montante de 1.171.230 euros (1.100.956 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi atribuída pelo Estado uma compensação financeira para o passe 4_18@escola.tp no montante de 531.877 euros (501.771 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA), para o passe sub23@superior.tp no montante de 532.186 euros (502.062 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA) e para o social + no montante de 888.250 euros (837.972 euros reconhecido como rédito após dedução do IVA).

28 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

O detalhe dos subsídios à exploração recebidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

Subsídios à exploração	2016	2015 - Reexpresso
Outros recebimentos	-	6.000
	-	6.000

No ano de 2015 as compensações financeiras atribuídas pelo Estado, a título de indemnização compensatória não reembolsável para financiar parcialmente as suas operações em cumprimento das obrigações de serviço público deixaram de ser atribuídas.

29 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e serviços externos	2016	2015
Electricidade	7.978.818	7.502.025
Rendas e alugueres	8.042.617	7.436.091
Conservação e reparação	3.461.604	4.092.426
Limpeza, higiene e conforto	2.583.458	2.490.512
Vigilância e segurança	5.071.427	4.671.041
Trabalhos especializados	683.050	3.185.142
Outros	2.692.067	2.531.919
	30.513.040	31.909.157

A rubrica de “Rendas e alugueres” inclui, essencialmente, o montante de 7.920.879 euros relativo às rendas dos leasings operacionais (7.338.419 euros em 31 de Dezembro de 2015).

30 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhada conforme se segue:

Gastos com pessoal	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	222.462	168.909
Remunerações do pessoal	45.133.691	45.159.576
Benefícios pós-emprego (Nota 21)	7.629.314	7.669.186
Encargos sobre remunerações	10.901.766	10.082.070
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	688.175	640.551
Seguro de saúde	818.725	702.221
Gastos de acção social	214.151	238.216
Indemnizações por despedimento	390.709	1.354.241
Outros	83.407	107.914
	66.082.399	66.122.884

A Empresa reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 as responsabilidades com pensões nesta rubrica, sendo a responsabilidade com os serviços correntes, no montante de 2.594.771 euros e o custo dos juros, no montante de 5.034.542 euros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número médio de trabalhadores foi de 1369 e 1408 pessoas, respetivamente, sendo o número de efetivos no final do exercício de 1363 e 1381 pessoas, respetivamente.

31 OUTROS RENDIMENTOS

O detalhe da rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

Outros rendimentos	2016	2015
Subsídios ao investimento (Nota 18)	2.691.178	2.906.231
Reconhecimento de mais-valias leasings	195.707	446.629
Venda de energia	176.319	164.357
Diferenças de câmbio	1.880.244	5.694.112
Rendas de imóveis (Nota 10)	107.755	38.681
Alienação - Ganhos em imobilizado	-	904.144
Correcções relativas a periodos anteriores	59.635	1.163.184
Outros	246.590	246.854
	5.357.429	11.564.191

O saldo da rubrica de “Reconhecimento de mais-valias” é relativo à amortização das mais-valias das 24 UT’s, cujo montante a 31 de dezembro de 2016 ascendeu a 195.707 euros. (Nota 26).

O saldo da rubrica “Diferenças de câmbio” é relativo à atualização de dois colaterais que a Empresa constituiu em obrigações americanas (Nota 13).

32 OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é conforme se segue:

Outros gastos	2016	2015
Imposto municipal sobre imóveis	208.070	118.389
Quotizações	74.510	105.098
Perdas em inventários	147.205	235.698
Insuficiência da estimativa para impostos	2.812.674	-
Correcções relativas a períodos anteriores	2.795.234	11.801.467
Outros	227.226	190.536
	6.264.920	12.451.188

O saldo da rubrica “Insuficiência da estimativa para impostos” é referente ao Imposto sobre o Rendimento Pessoa das Coletivas de 2015.

O saldo da rubrica “Correcções relativas a períodos anteriores”, inclui essencialmente o montante de 2.713.497 euros é referente à instalação e montagem de postos de acostagem no interface do Terreiro do Paço (Nota 16).

33 RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo desta rubrica tem a seguinte decomposição:

Resultados financeiros	2016	2015
Gastos:		
Juros suportados com financiamentos bancários	12.122.145	17.243.545
Juros a liquidar (Nota 19)	32.269.783	35.077.034
Locações financeiras	-	459.374
	44.391.928	52.779.953
Rendimentos de juros:		
Juros obtidos em aplicações financeiras	36.028	159
Outros	1.061.192	1.243.609
	1.097.219	1.243.768
Resultados financeiros	(43.294.709)	(51.536.185)

34 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2016						
Partes relacionadas	Contas a receber			Contas a pagar		Efeito líquido
	Cientes (Nota 15)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 22)	Outras dívidas a pagar	
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	3.465.838	-	627.665	2.917.847
Metrocom, S.A.	628.150	440.803	-	-	-	1.068.953
Associadas:						
Publimento	954.112	-	-	-	-	954.112
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	428.399	59	-	376.398	-	52.060
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	134.807	-	136.839	(2.032)
	2.010.660	520.537	3.600.645	376.398	764.505	4.990.940

2015						
Partes relacionadas	Contas a receber			Contas a pagar		Efeito líquido
	Cientes (Nota 15)	IRC - Retenções na fonte	Outros créditos a receber	Fornecedores (Nota 22)	Outras dívidas a pagar	
Subsidiárias:						
Ferconsult, S.A.	-	79.675	2.293.783	-	122.782	2.250.677
Metrocom, S.A.	2.461	435.981	-	1.956	-	436.486
Associadas:						
Publimento	1.022.406	-	-	-	-	1.022.406
Empreendimentos conjuntos:						
Otlis, A.C.E.	356.938	292	-	80.813	-	276.417
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	129.313	-	136.839	(7.527)
	1.381.805	515.948	2.423.096	82.769	259.621	3.978.459

O saldo da rubrica “Outras dívidas a pagar”, referente à Ferconsult, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, inclui o montante 113.195 euros e 43.037 euros, respetivamente, os quais encontram-se registados na rubrica de “Atividades de investimentos em infraestruturas de longa duração”

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

2016				
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	317.840	37.989	23.734
Metrocom, S.A.	-	-	2.027	2.345.981
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	1.026.187
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	1.585.030	-	325.414	5.798.015
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
	1.585.030	317.840	365.430	9.193.917

2015				
Partes relacionadas	Compra de inventários	Compra activos fixos	Serviços obtidos	Serviços prestados
Subsidiárias:				
Ferconsult, S.A.	-	317.840	50.539	124.273
Metrocom, S.A.	-	-	6.715	1.360.257
Associadas:				
Publimetro	-	-	-	994.613
Empreendimentos conjuntos:				
Otlis, A.C.E.	1.393.340	-	117.091	5.339.264
Ensitrans A.E.I.E.	-	-	-	-
	1.393.340	317.840	174.345	7.818.407

35 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de dezembro de 2016, as garantias prestadas pela Empresa ascendiam a 4.242.952 euros, das quais 2.909.668 euros dizem respeito à garantia prestada à Autoridade Tributária (Nota 19).

O detalhe das responsabilidades assumidas pela Empresa relacionadas com garantias prestadas em 31 de dezembro de 2016, é como segue:

2016			
Entidade	Montante	Data Início	Beneficiário
Banco BPI	7.494	10-03-2006	TRIB.ADM.F.LX-2ºJUÍZO
Banco BPI	95.482	11-05-2006	FINANÇAS 4ºBAIRRO FISCAL
Banco BPI	13.087	30-03-2010	EDP - SERV.UNIVERSAL, S.A
Banco BPI	1.583	30-06-2010	TRIB.TRIBUT.2ª.INST.LIS
Banco BPI	7.661	17-08-2011	MUNICÍPIO DE LISBOA
Banco BPI	7.500	17-06-2014	PETROGAL
Banco BPI	1.820	01-06-2015	SMAS SINTRA
Banco BPI	438.047	03-07-2015	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	760.610	28-04-2016	Comarca de Lisboa Inst. Central 1 Trab
Banco BPI	2.909.668	21-12-2016	Autoridade Tributária
4.242.952			

36 PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016, existem pedidos de indemnizações reclamados à Empresa, no montante de 27.077 euros, os quais referem-se essencialmente, processos de expropriações e danos causados pelos trabalhos relacionados com o plano de expansão da rede. Em 31 de dezembro de 2016, a Empresa encontra-se em fase de apuramento do valor total das expropriações, tendo sido registada uma provisão para os processos cujo desfecho é desconhecido até à data de aprovação das demonstrações financeiras. Relativamente aos restantes processos não foi registada em 31 de dezembro de 2016 qualquer provisão, uma vez que, caso aquelas indemnizações sejam pagas, as mesmas virão a ser registadas como encargos com expropriações na rubrica de “Investimentos de infraestruturas de longa duração”.

37 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a revisão legal das contas anuais ascenderam a 17.537 euros.

38 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

De acordo com a Lei nº 22/2016, de 4 de agosto, é revogado o Decreto-Lei nº 98/2012, de 3 de maio, e o Decreto-Lei nº 161/2014, de 29 de outubro, a revogação implica a repriminção do regime respeitante à composição e duração dos mandatos dos conselhos de administração das empresas, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2017.

Em 2 de Maio de 2017 as empresas de transportes, nas quais se inclui o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Estado Português e o Banco Santander Totta acordaram desistir das ações judiciais que corriam em Londres e em Lisboa sobre os contratos SWAP. O acordo contempla o cumprimento dos referidos contratos por parte das empresas de transportes, nomeadamente o pagamento dos fluxos vencidos e não pagos e fluxos vincendos. Ficou igualmente definido que nenhum outro montante é devido pelas empresas de transporte à referida instituição financeira, incluindo o pagamento de despesas de juros de mora, bem como a título de custas de parte ou custas judiciais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Eng.º Vitor Manuel Jacinto Domingues dos Santos

Dr. Carlos Emério Ferreira Mota

Dr. Luís Carlos Antunes Barroso

Eng.ª Maria Helena Arranhado Carrasco Campos

Dr. Rui Nelson Ferreira Dinis



**PARECER DO CONSELHO FISCAL****RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS 2016 DA METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.****1. ENQUADRAMENTO**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias em vigor, em especial da alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º dos Estatutos da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML)¹ e dos artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC)², cabe ao Conselho Fiscal (CF), no exercício da sua ação fiscalizadora, emitir parecer sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, o relatório de governo societário e a proposta de aplicação de resultados relativamente ao exercício terminado em 31 de dezembro de 2016, tendo em conta a certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e o relatório de auditoria apresentado pelo Auditor Externo.

Em conformidade com as orientações transmitidas pelo Estado, enquanto detentor do capital estatutário, através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 1268, de 27 de fevereiro de 2017, compete ainda ao CF aferir o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado (SEE), designadamente as referentes às reduções remuneratórias vigentes em 2016, bem como o cumprimento, nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), no que respeita à exigência de apresentação do relatório de boas práticas de governo societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo capítulo II do mencionado diploma legal, conforme determina o n.º 1 do citado artigo 54.º.

Neste âmbito e para efeitos do presente parecer, importa salientar o seguinte:

- A ML é uma entidade pública empresarial que se rege pelos respetivos Estatutos e pelo RJSPE;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da ML, aprovados pelo Conselho de Administração (CA) em reunião ocorrida em 14 de julho de 2017, foram elaborados em

¹ Aprovados através do Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.

² O n.º 2 do artigo 60º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua atual redação, estabelece que os órgãos de fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do disposto no citado Decreto-Lei.

P.S.

conformidade, respetivamente, com o disposto nos artigos 65.º, 66.º e 66.º-A do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;

- As demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2015 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela, tendo o Conselho de Administração (CA) procedido ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios por considerar que as referidas demonstrações financeiras e as propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas;
- A ML é considerada, nos termos da Lei de Execução Orçamental, como entidade pública reclassificada, integrando, assim, o perímetro da consolidação da Administração Pública.

2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF ora em funções foi nomeado em janeiro de 2017, tendo, desde essa data, reunido com regularidade e acompanhado os aspetos que considerou relevantes no âmbito da sua ação de fiscalização. Acresce que um dos membros que integra o atual CF também integrou o anterior, em funções durante o exercício de 2016, o que permitiu assegurar a continuidade do acompanhamento da atividade da empresa por este órgão de fiscalização.

Assim, no desenvolvimento da atividade do CF, foram efetuadas diversas reuniões e estabelecidos contactos com o CA e responsáveis da área financeira, bem como com o ROC e com os auditores externos.

A emissão do presente parecer é ainda suportada, designadamente, na análise ao Relatório e Contas individuais da ML referentes ao exercício de 2016, ao Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adotadas pela ML em 2016, à CLC, ao relatório adicional apresentado pelo ROC ao CF, ao Relatório de Auditoria dos auditores externos e aos relatórios de execução orçamental relativos ao 1º semestre e 3.º trimestre de 2016, bem como nas atas das reuniões do CA, nos esclarecimentos prestados e nas reuniões de trabalho realizadas com o CA, com o ROC e os responsáveis da área financeira.



3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão, apresentado pelo CA, em conformidade com o disposto no artigo 66.º do CSC, reflete adequadamente a atividade da ML durante o exercício de 2016, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras do referido exercício.

O CF considera que, pela sua importância no desempenho global, devem ser realçados, ainda que em síntese, os seguintes aspetos do Relatório de Gestão:

- O exercício de 2016 foi caracterizado, por um lado, pela continuidade do modelo de gestão integrado com as empresas de transporte Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A., Transtejo – Transportes do Tejo, S.A. e Soflusa – Sociedade Fluvial de Transportes, S.A., iniciado em maio de 2015, na decorrência da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 161/2014, de 29 de outubro, e, por outro lado, pela ponderação de uma nova estratégia para o modelo de gestão a adotar pela ML, na decorrência da Lei n.º 22/2016, de 4 de agosto, que estabeleceu a total autonomia jurídica da ML, da Carris, da Transtejo e da Soflusa, determinando, desta forma, o *terminus* do projeto de gestão implementado em 2015 e designado por “Transportes de Lisboa”, no âmbito do desenvolvimento estratégico do sector dos transportes;
- Ao nível da operação e tendo como referência o plano de expansão da rede ML, foi inaugurada, em abril de 2016, a estação Reboleira no Troço Amadora Este/Reboleira – Linha Azul, o que contribuiu para o aumento da oferta do serviço público de transporte, indo ao encontro dos objetivos estratégicos delineados pela ML;
- A atividade da ML no exercício em referência, norteadada pelo Plano de Atividades e Orçamento para 2016 e tendo subjacente as determinações contidas na Lei do Orçamento do Estado, centrou-se essencialmente i) na consolidação da tendência de crescimento da procura já verificado nos dois anos anteriores, com um acréscimo de 8,7% do indicador “Passageiros com título pago” e de 7,8% nas receitas tarifárias, correspondente a um aumento de cerca de 11,1 milhões de passageiros, bem como ii) na melhoria do serviço prestado ao cliente, resultante designadamente do aumento generalizado da oferta em todas as linhas, da realização de lugares x Km e de um maior atendimento e apoio ao cliente fora dos postos de venda;



- A receita não tarifária, resultante da área comercial, totalizou um montante de 7,3 milhões de euros;
- A ML participou ainda em diversos eventos com impacto ao nível da promoção e comercialização de títulos de transporte;
- Do ponto de vista organizacional, a ML procedeu à implementação de um novo modelo de guarnecimento de estações e consequente reorganização da rede de vendas, bem como de um Plano de Contingência para fazer face à falha do fornecimento dos cartões Viva Viagem, sendo ainda de destacar a concretização de melhorias funcionais em diversos sistemas em exploração e a implementação de novos projetos neste âmbito.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A 31 de dezembro de 2016, as demonstrações financeiras individuais da ML evidenciam um ativo total de 5.306.970.201 euros, um passivo de 4.894.397.050 euros e um capital próprio de 412.573.151 euros.

O resultado líquido apurado, embora negativo em 44,1 milhões de euros, representa uma melhoria de 21,0 milhões de euros face a 2015 (prejuízo de 65,1 milhões de euros), a qual se ficou a dever à evolução positiva do resultado operacional, em 14,5 milhões de euros (+107%), e do resultado financeiro, em 8,2 milhões de euros (+16%).

O crescimento do resultado operacional, que se situou em 0,9 milhões de euros positivos (13,6 milhões de euros negativos em 2015), resultou do aumento dos rendimentos operacionais, em 4,1 milhões de euros (+3,1%), e da redução dos gastos operacionais, em 10,4 milhões de euros (-7,1%).

Nos rendimentos operacionais, que atingiram o valor de 136,1 milhões de euros (132,0 milhões de euros em 2015), realça-se o aumento de 7,3 milhões de euros da receita tarifária (+8,1%), suportado no aumento da procura (+8,6% do número de passageiros transportados com título pago – validações), dado que não houve atualizações tarifárias.

Quanto aos gastos operacionais manteve-se a tendência de redução verificada nos últimos anos, situando-se em 135,1 milhões de euros (145,6 milhões de euros em 2015), sendo de salientar os



outros gastos e perdas, que diminuíram cerca de 6,2 milhões de euros (-49,7%)³, as imparidades de dívidas a receber, que reduziram cerca de 1,3 milhões de euros, e os fornecimentos e serviços externos, que decresceram 1,4 milhões de euros (-4,4%)⁴.

Nos gastos com pessoal, que se mantiveram estáveis (cerca de 66,1 milhões de euros em 2015 e 2016), realça-se a reposição dos complementos de pensões a partir de 31 de março, dando cumprimento ao estabelecido no n.º 1 da Lei n.º 11/2017, de 4 de abril, bem como a redução das indemnizações por despedimento (-71,1%, cerca de 1 milhão de euros).

A melhoria do resultado financeiro, que se situou em -43,3 milhões de euros (-51,5 milhões de euros em 2015), decorreu da diminuição dos juros suportados com financiamentos de médio e longo prazo (-24,3%).

Também a situação financeira da ML evoluiu favoravelmente, passando os capitais próprios de 107,2 milhões de euros para 412,6 milhões de euros, exclusivamente por via dos aumentos de capital que em 2016 ascenderam a 358,4 milhões de euros.

A este nível, realça-se a manutenção do modelo de financiamento através do acionista, por aumentos de capital, permitindo reduzir o passivo remunerado em cerca de 236,5 milhões de euros.

Ainda assim, em 31 de dezembro de 2016 o passivo remunerado ainda totalizava 3.487,2 milhões de euros, sendo de salientar os empréstimos obrigacionistas (1.310,0 milhões de euros, cerca de 38% do total) e o Tesouro (1.206,3 milhões de euros, aproximadamente 35% do total).

Em 2016, registou-se uma quebra do investimento, em resultado da conclusão do projeto de prolongamento da Linha Azul no troço Amadora Este/Reboleira, inaugurado em abril, tendo totalizado no exercício em análise um valor de aproximadamente 3,7 milhões de euros investidos.

As remodelações da rede, com destaque para as intervenções na Linha Verde e na Linha Vermelha, totalizaram um investimento de 0,8 milhões de euros.

Numa ótica de fluxos financeiros, em 2016, os cash-flows gerados pelas operações e o recebimento de 1,7 milhões de euros, relativo a subsídios ao investimento (fundos comunitários e PIDDAC),

³ Explicada pela variação no reconhecimento de custos relacionados com exercícios anteriores registado em 2015 e que naturalmente não tiveram impacto em 2016.

⁴ Devido sobretudo à redução em 2,2 milhões de euros em trabalhos especializados (-69,6%), justificado pela diminuição em cerca de 2,3 milhões de euros dos gastos com assistência jurídica nos processos judiciais relativos a instrumentos financeiros de cobertura de risco (-95,6%).



permitiu libertar os fundos necessários para liquidar as despesas de investimento e cobrir o défice gerado pelas atividades de financiamento.

No nosso entendimento, para a sustentabilidade económico-financeira da ML, é desejável o seguinte:

- Definir os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração (ILD);
- Manter o modelo de financiamento através do acionista, com aumentos de capital, tendo como principal objetivo a redução do passivo remunerado;
- Melhorar as condições de operacionalidade e a qualidade do serviço prestado, fatores determinantes para o crescimento da procura e, consequentemente, da receita tarifária.

5. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E PARECER DOS AUDITORES EXTERNOS

As demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício de 2016 foram objeto do Parecer dos Auditores Externos, assim como da Revisão do Revisor Oficial de Contas, o qual, de acordo com as normas legais, emitiu a competente CLC. Nestes documentos foram expressas as reservas e ênfases julgadas adequadas, documentos que merecem, na sua generalidade, a concordância do CF e se consideram aqui como reproduzidos.

O CF tomou conhecimento e apreciou o relatório de auditoria externa, datado de 26 de julho de 2017, no âmbito do qual é expressa uma opinião com reservas.

O CF tomou ainda conhecimento e apreciou a CLC, datada de 19 de julho de 2017, na qual é expressa uma opinião com reservas. As quatro reservas e as quatro ênfases expressas na CLC são coincidentes com as reservas e as ênfases expressas no relatório de auditoria.

Seguidamente, o CF sintetiza as reservas expressas no âmbito da revisão legal e da auditoria realizadas às demonstrações financeiras da ML:

1⁵ - Em 23 de março de 2015, o Estado celebrou com a ML um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos concessionados, bem como outros

⁵ Corresponde às reservas 1 e 3 do relatório de auditoria.



efeitos decorrentes da celebração do referido contrato. Em 28 de março de 2016, a ML procedeu à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transporte do metropolitano de Lisboa e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não se obteve informação suficiente sobre eventuais responsabilidades não registadas pela ML, decorrentes dos factos mencionados, e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016;

2 – Não obstante a celebração do contrato de concessão de serviço público mencionado no parágrafo antecedente, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre o Estado Português e a ML no que respeita à posse e utilização das infraestruturas de longa duração, não sendo possível concluir quanto à adequação da política contabilística relativamente à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras de 2015;

3 – O balanço inclui, em 31 de dezembro de 2016, na rubrica “Outros ativos correntes – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 30.438.455 euros relativo a obras efetuadas pela ML por conta de entidades do sector empresarial do Estado, relativamente às quais, até à presente data, as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não é possível concluir quanto ao momento da realização e à mensuração daqueles ativos;

4 – O balanço inclui, em 31 de dezembro de 2016, uma participação financeira de 100% no capital da subsidiária Ferconsult – Consultoria Estudos e Projetos de Engenharia de Transportes, SA, mensurada pelo método de equivalência patrimonial por montante nulo, tendo sido constituída provisão pelo montante de 885.335 euros para fazer face aos prejuízos da subsidiária em 2016. A CLC desta subsidiária inclui reservas por limitação de âmbito e a existência de uma incerteza material sobre a capacidade da entidade dar continuidade às suas atividades, o que impossibilita concluir sobre o eventual impacto nas demonstrações financeiras da ML.



6. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO “ACIONISTA”

O relatório de gestão da ML, reportado a 31 de dezembro de 2016, é apresentado de acordo com as instruções transmitidas pelo detentor do capital estatutário sobre o processo de prestação de contas de 2016⁶, e contém, em termos gerais, a informação estabelecida no artigo 66.º do CSC.

No âmbito da avaliação do cumprimento do quadro normativo aplicável à ML, enquanto entidade pública reclassificada, e das orientações transmitidas pelo detentor do capital estatutário, destacam-se as seguintes matérias:

Princípios Financeiros de Referência⁷

A ML deu cumprimento ao princípio financeiro de equilíbrio, traduzido num valor de EBITDA nulo, tendo em consideração o valor do EBITDA AJUSTADO⁸ de 1,2 milhões de euros, registado no exercício de 2016, face ao EBITDA AJUSTADO registado no período homólogo do ano anterior (-7,2 milhões de euros).

Em 2016 a ML registou uma redução de 24% do conjunto dos gastos operacionais (custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal) face a 2010, o que resulta no cumprimento do designado “Plano de Redução de Custos”.

No que respeita às orientações para diferentes rubricas de gastos operacionais (gastos com comunicações, com deslocações/estadas, com ajudas de custo, com alojamento e os associados à frota automóvel)⁹, apenas se registou um incumprimento da orientação relativamente aos gastos com comunicações.

⁶ Ofício circular n.º 1269, de 27 de fevereiro de 2017, da Direção-Geral do Tesouro e das Finanças.

⁷ No caso de empresas deficitárias, garantir um orçamento económico equilibrado, traduzido num valor de EBITDA nulo, por via de uma redução dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal de 15 %, no seu conjunto, face a 31 de dezembro de 2010.

⁸ O EBITDA AJUSTADO corresponde ao valor do EBITDA (DRN) expurgado dos aumentos/reduções do justo valor, imparidades, provisões, ganhos/perdas imputados de subsidiárias, imputação dos subsídios ao investimento.

Embora as instruções e orientações legais não indiquem que ao valor do EBITDA (DRN) se devem retirar os efeitos não cash, importa notar que tem sido esta a metodologia adotada pela ML, inclusivamente no Plano de Atividades e Orçamento para 2016 (aprovado pelas Tutelas).

⁹ Gastos que se devem manter ao nível de 2014 ou 2015, consoante o que apresentar o menor valor.



Evolução dos recursos humanos e dos respetivos gastos¹⁰

Em 2016 a ML reduziu o número de efetivos (em 31 de dezembro de 2016 a ML dispunha de um quadro com 1.363 efetivos¹¹, quando em 2015 ascendia a 1.381¹²). Assinala-se, neste domínio, que os gastos com o pessoal se situaram nos níveis do ano anterior, apesar do efeito dos complementos de reforma.

Remunerações - reduções e reversões

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a ML deu cumprimento às disposições legais aplicáveis em matéria de reduções/reversões remuneratórias, no ano de 2016.

Estatuto do Gestor Público (EGP)¹³

Tendo em consideração a informação disponível no relatório de gestão, a ML deu cumprimento ao disposto no EGP no que respeita à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite dos gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afeto às viaturas de serviço.

Limites ao crescimento do endividamento

Em 2016 a ML deu cumprimento ao limite estabelecido para o crescimento do endividamento, na medida em que o endividamento ajustado aumentou 2,47%, por aplicação da fórmula estabelecida pelo titular do capital estatutário.

Importa sublinhar que os dados previsionais para 2016 apontavam para uma diminuição de 4,7% do endividamento¹⁴, por considerar nos seus pressupostos a conversão de créditos em capital de cerca de 401 milhões de euros.

¹⁰ Prosseguir uma política de ajustamento dos seus quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, apenas podendo ocorrer aumento dos encargos com pessoal, relativamente aos valores constantes do PAO para 2016, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações e das reversões das reduções remuneratórias, em determinadas situações excecionais, devidamente fundamentadas.

¹¹ Não considerando os órgãos sociais.

¹² *Idem*.

¹³ Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro.

¹⁴ Conforme o Plano de Atividades e Orçamento para 2016, aprovado por despacho das Tutelas Técnica e Financeira de dezembro de 2016.



Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

Através do Despacho n.º 731/2016-SEATF, de 14 de julho, foi concedida à ML a dispensa do cumprimento da UTE para 2016 (extensível a 2017), relativamente à prestação de garantias bancárias e à recolha de fundos.

Embora a arrecadação de receitas provenientes de pagamentos efetuados em bilhéticas não tenha sido objeto de dispensa no citado despacho, como a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP) ainda não disponibilizou tal serviço, a ML tem recorrido à banca comercial. Porém, estão a ser efetuadas diligências entre a ML e o IGCP no sentido de ser regularizada esta situação, conforme esclarecimentos prestados pela ML e confirmados pelo ROC na CLC.

Contratação Pública

No relatório de gestão, a ML, enquanto entidade adjudicante, explicita que aplicou o Código dos Contratos Públicos¹⁵ e que deu cumprimento a todos os normativos e regulamentos em matéria de contratação pública. Neste âmbito, o CF destaca ainda a existência, a nível interno, de um “Manual de processo de compras”, bem como a celebração de um contrato de valor superior a 5 milhões de euros (aquisição de serviços de energia elétrica em alta tensão, média tensão e baixa tensão especial).

Frota Automóvel

Em 2016 a ML não reduziu a sua frota automóvel, pelo que se tem como não cumprida a orientação vigente em 2016 sobre esta matéria. Sublinha-se que o Plano de Atividades e Orçamento para 2016 (aprovado) previa uma redução de 10 viaturas no ano de 2016, face ao ano anterior. Contudo, o desvio verificado decorre da alteração dos pressupostos¹⁶ que sustentaram a elaboração das projeções para 2016.

Prazo Médio de Pagamento e Pagamentos em Atraso

De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 31 de dezembro de 2016, o PMP era de 22 dias e os pagamentos em atraso de 216 milhares de euros.

¹⁵ Aprovado através do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a última alteração conferida pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro.

¹⁶ A 4 de agosto foi publicada a Lei 22/2016, que estabelece a total autonomia jurídica da ML, da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S. A., da Transtejo - Transportes do Tejo, S. A., e da Soflusa - Sociedade Fluvial de Transportes, S. A., revogando os Decretos-Lei n.ºs 98/2012, de 3 de maio, e 161/2014, de 29 de outubro.



Divulgação de informação

A ML não deu cumprimento integral com as obrigações de divulgação de informação no respetivo sítio da internet, que carece de atualização e de divulgação de alguma informação, designadamente dos relatórios de auditoria, das certificações legais das contas, dos relatórios trimestrais de execução orçamental e dos respetivos pareceres do órgão de fiscalização.

7. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DO ANO DE 2016 (RGS 2016)

No que concerne ao RGS 2016, a ML apresentou o mesmo em conformidade com o previsto no artigo 54.º do RJSPE e tendo como referência o modelo definido pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM), obedecendo à estrutura previamente definida.

Assim, tendo em conta a análise que o CF fez ao conteúdo do RGS 2016, os esclarecimentos prestados e o parecer expresso pelo ROC na CLC neste domínio, o CF é de parecer que o RGS 2016 da ML, disponibilizado a este órgão de fiscalização no dia 21 de julho de 2017, e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 14 de julho de 2017, inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e traduz, na generalidade, a observância das disposições legais aplicáveis e o cumprimento das orientações em vigor, salientando-se que, sempre que não são aplicáveis alguns dos princípios recomendatórios, são fundamentadas as razões da respetiva inaplicabilidade.

No entanto, a informação divulgada no sítio da ML carece de alguma atualização, conforme referido no ponto 6 do presente Parecer, e o RGS 2016 beneficiaria com a divulgação (em anexo) do cumprimento do disposto na Lei n.º 4/83, de 2 de abril, e do artigo 52.º do RJSPE.

8. PARECER

Atento o acima exposto e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas e o Relatório do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão e as respetivas demonstrações financeiras evidenciam com clareza e rigor a evolução da atividade da empresa durante o exercício e refletem de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da ML à data de 31 de dezembro de 2016.

Face ao exposto, e em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal é de parecer que:


- i) Sejam aprovados o Relatório de gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e respetivo anexo da ML, respeitantes ao exercício de 2016, atentas as reservas e ênfases expressas na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de – 44.140.385,87, ser integralmente transferido para a conta de resultados transitados.

O Conselho Fiscal regista ainda com apreço a colaboração e a atenção dispensada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, não só pelos responsáveis pelas Direções e Serviços, como pela generalidade dos colaboradores da ML que teve necessidade de contactar no desempenho das suas competências.

Lisboa, 28 de julho de 2017,

O Conselho Fiscal

Presidente


(José Carlos Pereira
Nunes)

Vogal efetiva


(Cristina Maria Pereira
Freire)

Vogal efetiva


(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Exmo. Senhor

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração da
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Complexo de Carnide – Estrada da Pontinha
1600-582 Lisboa

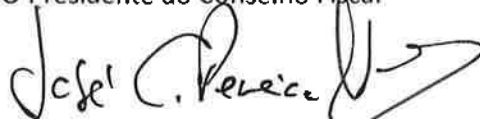
Lisboa, 28 de julho de 2017.

Assunto: Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas individuais de 2016

Para os devidos efeitos, junto remeto o Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório e Contas individuais de 2016 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Fiscal



(José Carlos Pereira Nunes)

Relatório de Auditoria – Individuais



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (adiante também designado por Metropolitano ou Empresa) que compreendem o balanço 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5 306 970 201 euros e um total de capital próprio de 412 573 151 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 44 140 386 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 a 5 da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilístico.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado nas notas 4 e 7 do anexo às demonstrações financeiras, o Metropolitano considera que a responsabilidade pelo financiamento das infraestruturas de longa duração (ILD) que tem vindo a construir, renovar e explorar pertence ao Estado Português, registando assim no seu ativo não corrente todos os custos de construção e gastos associados à construção e financiamento das ILD, numa rubrica designada “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, no valor acumulado de 4 986,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016, incluindo ativos fixos tangíveis que não têm vindo a ser depreciados, líquidos de subsídios, no valor de 2 114,6 milhões de euros, bem como uma conta a receber do Estado de 2 837,8 milhões de euros. De igual modo, tem vindo a registar no passivo, em rubricas com a mesma designação de “Investimentos em infraestruturas de longa duração”, os financiamentos obtidos, outras dívidas a pagar e provisões relacionados com a construção, renovação e financiamento das ILD, incluindo 3 070,5 milhões de euros no passivo não corrente e 702,1 milhões de euros no passivo corrente. Não é claro o enquadramento legal ou contratual, que tem vindo a ser assumido pelo Metropolitano, da eventual obrigação do Estado de reembolsar a Empresa pela parte não subsidiada do investimento em ILD e pelos gastos associados ao seu financiamento, subsistindo assim uma importante incerteza quanto à recuperação dos valores investidos em ILD e à forma e valor de realização da referida conta a receber do Estado de 2 837,8 milhões de euros, o que configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho no que respeita à valorização dos referidos ativos e ao impacto desta política contabilística nos resultados e no capital próprio do Metropolitano.

2. Através de contrato de concessão celebrado em março de 2015, o Estado Português atribuiu ao Metropolitano a concessão, até 1 de julho de 2024, do transporte público por metropolitano de passageiros na cidade de Lisboa e concelhos limítrofes, compreendendo a universalidade dos bens afetos à concessão, que se encontram evidenciados no ativo da Empresa, bem como os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público. No entanto, as demonstrações financeiras de 2015 e de 2016 não refletem qualquer alteração na classificação, reconhecimento e mensuração dos ativos afetos à concessão, bem como outros eventuais efeitos decorrentes do contrato de concessão, nomeadamente de acordo com o definido na Interpretação nº 12 do *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC 12) - “Contratos de Concessão”, não sendo possível quantificar os efeitos desta situação nas demonstrações financeiras, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

3. Em 28 de março de 2016, a Empresa procedeu à anulação administrativa da adjudicação da subconcessão da atividade a uma outra entidade, que havia sido efetuada em 2015. Tendo essa entidade contestado judicialmente a referida anulação, desconhece-se os eventuais efeitos caso a decisão judicial venha a ser desfavorável às pretensões do Metropolitano, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

4. No ativo, a rubrica de “Diferimentos” inclui 30,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2015: 42,9 milhões de euros) de obras efetuadas pela Empresa por conta de entidades do sector empresarial do Estado que ainda não foram faturadas, encontrando-se pendentes de formalização de protocolos para regularização da situação. Não estão disponíveis elementos que nos permitam concluir sobre a recuperabilidade destes montantes, o que constituiu uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

5. O Metropolitano detém uma participação de 100% no capital de uma entidade que, de acordo com as suas demonstrações financeiras preliminares de 2016, apresenta um capital próprio negativo em 0,9 milhões de euros, na sequência de um resultado líquido negativo de 1,3 milhões de euros apurado no período, pelo que o Metropolitano, após reduzir a zero o valor desta participação evidenciado no ativo no âmbito da aplicação do método da equivalência patrimonial, reconheceu uma provisão no referido valor de 0,9 milhões de euros. A Certificação Legal das Contas de 2016 desta entidade subsidiária inclui três reservas por limitação de âmbito e uma incerteza material relacionada com a continuidade das operações, situações que podem vir a influenciar significativamente as responsabilidades a assumir pelo Metropolitano relativas a essa entidade. Esta situação constituiu assim uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. O total do capital próprio apresenta-se inferior a metade do capital social, pelo que são aplicáveis as disposições do Código das Sociedades Comerciais sobre a recomposição dos capitais e sobre a necessidade de divulgação externa do montante do capital próprio segundo o último balanço aprovado. Apesar do ativo corrente (77,9 milhões de euros ser significativamente inferior ao passivo corrente (1 182,1 milhões de euros), conforme referido nas notas 4.1 e 20 do Anexo: o Metropolitano tem uma “atividade desenvolvida de acordo com as diretivas do Estado, cujo financiamento é garantido através de subsídios e empréstimos maioritariamente avalizados pelo Estado”; e “O Conselho de Administração da Empresa entende que a liquidação dos seus passivos, nomeadamente no que respeita a financiamentos obtidos passíveis de reembolso a curto prazo, continuará a ser cumprida, essencialmente através da obtenção de linhas adicionais de financiamento em coordenação com o seu acionista”.

2. Conforme divulgado na nota 1 do Anexo, as demonstrações financeiras dos exercícios de 2014 e 2015 não foram ainda objeto de aprovação formal pela Tutela. O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos relatórios de gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.

3. Conforme divulgado nas Notas 19 e 38 de Anexo: “Em 2 de Maio de 2017 as empresas de transportes, nas quais se inclui o Metropolitano de Lisboa, E.P.E., o Estado Português e o Banco Santander Totta acordaram desistir das ações judiciais que corriam em Londres e em Lisboa sobre os contratos SWAP. O acordo contempla o cumprimento dos referidos contratos por parte das empresas de transportes, nomeadamente o pagamento dos fluxos vencidos e não pagos e fluxos vincendos”. Em consequência deste acordo, a Empresa desreconheceu, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, provisões nos montantes de 1,9 milhões de euros referentes a juros de mora e de 1,6 milhões de euros referentes a custas judiciais.

4. Conforme divulgado na nota introdutória do Anexo, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, para além das presentes demonstrações financeiras individuais, a Empresa está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, que serão apresentadas separadamente.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Para além da matéria mencionada na secção das “Base para a opinião com reservas”, considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
1. Valorização de instrumentos financeiros	
<p>Na sequência das operações de financiamento, o Metropolitano subscreveu instrumentos financeiros derivados, de mensuração complexa, relevados no ativo por 29,9 milhões de euros e no passivo por 730,5 milhões de euros.</p> <p>Estes instrumentos financeiros foram registados de acordo com a valorização dos bancos com os quais foram contratados, com exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontravam em contencioso com o Banco Santander Totta, os quais se encontram registados de acordo com a valorização determinada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (“IGCP”).</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 7, 12 19 e 36 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>A resposta de auditoria envolveu a realização dos seguintes principais procedimentos:</p> <p>(i) Envolvimento de especialistas para a realização de avaliação independente; (ii) Análise das avaliações efetuadas pelo IGCP e pelas entidades financeiras; (iii) Análise da avaliação independente e comparação dos resultados com a quantia escriturada pelo Metropolitano com referência a 31 de dezembro de 2016.</p>
2. Mensuração de provisões e das responsabilidades por benefícios pós-emprego	
<p>A mensuração das provisões para processos judiciais em curso e das responsabilidades por benefícios pós-emprego reveste-se de grande complexidade, tendo em consideração o volume e natureza dos processos judiciais em curso, os pressupostos atuariais utilizados na mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego e a exposição da Empresa, envolvendo um grau de incerteza elevado e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes aos passivos reconhecidos é uma área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4, 7, 19 e 21 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Abordagem substantiva, que inclui: (i) A compreensão e análise crítica dos pressupostos técnicos e financeiros utilizados na mensuração das provisões; (ii) Indagações junto do órgão de gestão quanto à consistência e validade técnica dos pressupostos e estimativas e quanto à documentação que suporta os pressupostos; (iii) Verificação detalhada dos cálculos dos especialistas externos relacionados com os encargos pós-emprego; (iv) Análise das respostas dos advogados externos aos pedidos de informações efetuados e indagações adicionais junto dos responsáveis da Empresa; e (v) Conferência detalhada das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</p>

Matéria relevante de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
3. Reconhecimento do rédito	
<p>A dispersão da rede de pontos de venda, o envolvimento de entidades terceiras e os automatismos associados à geração de receita, constituem fatores de risco que nos levam a considerar o reconhecimento do rédito como área significativa de auditoria.</p> <p>As divulgações relacionadas com esta matéria constam das notas 4 e 27 do anexo às demonstrações financeiras.</p>	<p>Para fazer face a este risco efetuámos, nomeadamente, o seguinte trabalho: (i) Análise dos procedimentos de controlo interno e de contabilização de receita; (ii) Validação da concordância da faturação e das estimativas de rendimento com a informação proveniente de terceiros e do concentrador de bilhética; e (iii) Testes específicos aos lançamentos no diário, destinados a validar a plenitude e detetar eventuais indícios de fraude.</p>

Outras matérias

As demonstrações financeiras do exercício de 2015 foram examinadas por outro auditor, tendo o respetivo Relatório de Auditoria, datado de 14 de outubro de 2016, sido emitido com três reservas por limitação de âmbito, que se mantêm (correspondendo aos parágrafos 1 a 5 da secção “Bases para a opinião com reservas” do presente relatório), bem uma incerteza fundamental quanto à continuidade, que entendemos não existir, na presente data, na sequência do referido no parágrafo 1 da secção das “Ênfases” do presente relatório.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC); (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

- (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

Lisboa, 26 de julho de 2017

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'JCF', written over a horizontal line.

João Paulo Torres Cunha Ferreira, em representação de
BDO & Associados - SROC





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (a Entidade ou ML), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.306.970.201 euros e um total de capital próprio de 412.573.151 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 44.140.386 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Na sequência da “atualização e unificação do quadro jurídico geral da concessão de serviço público atribuída ao ML”, através do Decreto-Lei n.º 175/2014, de 5 de dezembro, o Estado Português celebrou com o ML, em 23 de março de 2015, um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa. Este contrato compreende os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público, bem como a universalidade dos bens afetos à concessão, particularmente os constantes no ativo da Entidade em 31 de dezembro de 2014, caracterizados como ativos concessionados. No entanto, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 continuam a não apresentar alterações de classificação, reconhecimento e mensuração dos referidos ativos, bem como outros eventuais efeitos decorrentes da celebração do contrato de concessão. Saliente-se ainda que, em 28 de março de 2016, o ML procedeu, em simultâneo, à anulação administrativa do ato de adjudicação do concurso relativo à subconcessão da exploração do sistema de transportes do ML e à anulação do correspondente contrato de subconcessão. Não obtivemos informações suficientes, que nos permitissem concluir sobre eventuais responsabilidades não registadas pelo ML decorrentes dos factos mencionados e, consequentemente, sobre os efeitos destas matérias nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

2. Conforme divulgado nas notas 4.1 e 7 do anexo, o Governo assumiu, nos termos do Decreto-Lei n.º 196/80, de 20 de junho, o princípio de que competia ao Estado Português financiar as infraestruturas de longa duração (“ILD”) do ML, o qual, de acordo com os seus estatutos, é responsável pela administração dos bens do domínio público afetos às suas atividades. Não obstante a celebração, em 23 de março de 2015, entre o Estado Português e o ML, de um contrato de concessão de serviço público de transporte por metropolitano de passageiros na Grande Lisboa, permanecem omissos os termos e condições que regem o relacionamento entre as partes no que respeita à posse e utilização das ILD. Deste modo, o ML continua a registar todos os fluxos relacionados com as ILD em rubricas de balanço denominadas “Investimentos de infraestruturas de longa duração”, apresentadas no ativo e no passivo. Assim, em 31 de dezembro de 2016, o ativo não corrente compreende o montante de 4.986.145.104 euros referente aos gastos suportados com a construção, administração e financiamento das ILD (deduzidos dos subsídios entretanto recebidos), sendo que parte desses gastos não se classifica como ativos fixos tangíveis ou intangíveis mas como créditos a receber do Estado; o passivo inclui o montante de 3.772.673.975 euros (do qual 3.070.524.077 euros classificado como não corrente), relacionado com os respetivos financiamentos e outras contas a pagar. De salientar ainda, que em consequência da referida omissão contratual, os ativos fixos tangíveis e intangíveis classificados como ILD não se encontram a ser depreciados e amortizados. Desta forma, face à indefinição contratual que persiste nesta matéria, não nos é possível concluir quanto à adequação da política contabilística adotada pelo



AC

ML relativa à administração das atividades de investimento de infraestruturas de longa duração, bem como quanto aos seus efeitos sobre as demonstrações financeiras em apreço.

3. Conforme divulgado na nota 16 do anexo, o balanço inclui em 31 de dezembro de 2016, na rubrica “Diferimentos ativos – trabalhos por conta de terceiros”, o montante de 30.438.455 euros relativo a obras efetuadas pelo ML por conta de entidades do setor empresarial do Estado, relativamente às quais as quantias a faturar e as respetivas condições de pagamento, até à presente data, ou não foram formalizadas, ou foram-no de forma insuficientemente vinculadora. Consequentemente, não nos é possível concluir quanto ao momento de realização e à mensuração daqueles ativos.

4. Em 31 de dezembro de 2016, o balanço inclui uma participação financeira de 100% no capital da Ferconsult – Consultoria Estudos e Projectos de Engenharia de Transportes, S.A., mensurada pelo método de equivalência patrimonial por montante nulo, tendo sido constituída uma provisão pelo montante de 885.335 euros para fazer face aos prejuízos apresentados por esta subsidiária em 2016. Tendo em conta que a Certificação Legal das Contas desta participada inclui reservas por limitação de âmbito, cujo efeito global não foi possível quantificar, bem como uma secção relativa à existência de uma incerteza material sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades, não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destas situações nas demonstrações financeiras do ML em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

1. As operações do ML têm vindo a gerar prejuízos consecutivos, sendo o seu financiamento assegurado pelo Estado Português através de indemnizações compensatórias e de dotações de capital, para além de que o ativo corrente é substancialmente inferior ao passivo corrente. Dado estarmos perante uma Entidade Pública Empresarial (EPE), com obrigações de serviço público decorrentes da atividade de transporte por metropolitano de passageiros, entendemos que não está colocada em causa a continuidade das operações da Entidade, embora esta se mantenha dependente do apoio financeiro do Estado Português, da estratégia para o setor dos transportes e do êxito a obter nas operações a realizar no futuro.

2. As rubricas do passivo não corrente ‘Investimentos de infraestruturas de longa duração’ e ‘Provisões’ em 31 de dezembro de 2016 incluem os montantes de 134.089.816 euros e 108.479.022 euros, respetivamente, relativos aos juros vencidos e não pagos desde setembro de 2013 de quatro “swaps” contratados com uma instituição financeira, situação decorrente de orientações da tutela financeira para suspensão dos referidos pagamentos. No entanto, conforme referido na nota 38 do anexo, foi acordado, em 2 de maio de 2017, o cumprimento dos referidos contratos de *swap*, nomeadamente o pagamento dos fluxos vencidos e não pagos e dos fluxos vincendos. Ficou igualmente definido que nenhum outro montante é devido à referida instituição financeira, incluindo o pagamento de juros de mora, custas de parte ou custas judiciais, tendo a Entidade desreconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, provisões constituídas para este efeito nos montantes de 1.895.538 euros referentes a juros de mora e de 1.587.620 euros referentes a custas judiciais.

3. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, as demonstrações financeiras do ML relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, não foram ainda objeto da competente aprovação formal pelas tutelas financeira e setorial. O Conselho de Administração procedeu ao registo contabilístico da aplicação dos resultados daqueles exercícios, conforme as propostas incluídas nos respetivos Relatórios de Gestão, por considerar que as referidas demonstrações financeiras e aquelas propostas de aplicação de resultados serão aprovadas sem alterações significativas.



AC

4. Conforme divulgado na nota 1 do anexo, o ML irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas que melhor apresentam a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa do conjunto formado pela Entidade, suas subsidiárias e associadas, para aprovação e publicação em separado.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Para além das matérias incluídas na secção "Bases para a opinião com reservas", definimos as seguintes matérias relevantes de auditoria:

1. Mensuração de instrumentos financeiros derivados

O ML contratou instrumentos financeiros derivados para cobrir o risco de alterações na taxa de juro dos financiamentos obtidos para financiar a atividade das ILD. A mensuração destes instrumentos financeiros derivados é, no final de cada exercício, efetuada de acordo com a valorização determinada pelas instituições financeiras com as quais foram contratados, com exceção dos instrumentos financeiros derivados que se encontravam em contencioso, os quais foram valorizados de acordo com avaliação efetuada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública ("IGCP"), a qual faz a gestão de todas as operações relacionadas com os derivados do ML.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor, o qual é determinado com base em técnicas de valorização que envolvem a utilização de estimativas, julgamentos e pressupostos.</p> <p>Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração dos instrumentos financeiros derivados é significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação das metodologias e pressupostos considerados na determinação do justo valor;• Análise das avaliações efetuadas pelas entidades bancárias e pelo IGCP;• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.15, 7.8 e 12 do anexo são adequadas.

2. Mensuração de responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Entidade tem um plano de benefício definido para complemento de reforma (velhice, invalidez e sobrevivência) adicional ao pago pela Segurança Social. As responsabilidades do ML relacionadas com este plano são determinadas através do método da unidade de crédito projetada, sendo as respetivas avaliações atuariais efetuadas em cada data de relato, de acordo com métodos e pressupostos atuariais internacionalmente aceites, de modo a conhecer o valor das responsabilidades na data do balanço e o gasto com pensões a registar no período.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>As responsabilidades com benefícios pós-emprego são mensuradas pelo justo valor, o qual é determinado através de julgamentos e estimativas relativamente a diversos pressupostos, nomeadamente taxa de desconto, taxa de inflação, taxa de crescimento dos salários e pensões e tábuas de mortalidade.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação da razoabilidade dos pressupostos e estimativas utilizados no estudo atuarial efetuado por perito externo;



AC

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
Dada a incerteza associada às estimativas utilizadas e a complexidade envolvida na respetiva valorização, é nosso entendimento que o risco associado à mensuração das responsabilidades com benefícios pós-emprego é significativo.	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação da competência, independência e integridade do atuário contratado;• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.14 e 21 do anexo são adequadas.

3. Reconhecimento do rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços compreende as receitas da venda de títulos de transporte na rede própria, bem como a repartição do produto da venda de passes sociais intermodais utilizáveis na rede própria e em outros transportes públicos urbanos e suburbanos explorados por outros operadores, sendo os preços de venda destes fixados pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2016, o rédito resultante dos serviços prestados pela Entidade ascendeu a 101.123.647 euros.

Riscos de distorção material mais significativos	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O rédito da prestação de serviços é reconhecido mensalmente com base nos relatórios emitidos pelo sistema de bilhética contratado pelo ML, nas vendas reportadas por entidade externa e nos mapas de vendas reportados pelos restantes operadores.</p> <p>Acresce que é integrado na contabilidade um elevado número de registos proveniente do sistema de bilhética e que o reconhecimento do rédito tem na maioria dos casos associado um risco de fraude.</p> <p>Assim, consideramos que o reconhecimento do rédito constitui um risco de distorção material significativo.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">• Levantamento e identificação dos controlos existentes no ciclo da receita;• Teste à operacionalidade dos controlos relacionados com o processo de reconhecimento do rédito;• Testes de detalhe às transações, nomeadamente quanto ao momento de reconhecimento do rédito;• Avaliação sobre se as correspondentes divulgações nas notas 4.17 e 27 do anexo são adequadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Na sequência das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2016 emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do Ofício n.º 1268, de 27 de fevereiro de 2017, somos de parecer que a Entidade cumpre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, exceto quanto ao não recurso aos serviços bancários prestados pelo IGCP no que respeita à arrecadação de receitas provenientes de pagamentos efetuados em bilhéticas através de Terminais de Pagamento Automático (TPA), os quais não foram objeto de dispensa pelo Despacho n.º 731/16 – SEATF. De salientar que estão a ser efetuadas diligências entre o ML e o IGCP no sentido de regularizar esta situação.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos como Revisor Oficial de Contas do ML – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* pela primeira vez por despacho de 18 de março de 2015 das tutelas setorial e financeira para um mandato compreendido entre 2015 e 2017.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do ML – *Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 19 de julho de 2017

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luis Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)